

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

ALUNO: LUCAS TADEU FERREIRA (88/72988)

A IMPRENSA AGRÍCOLA NO IMPÉRIO, NA PRIMEIRA REPÚBLICA
E NO ESTADO NOVO
(SUBSÍDIOS PARA UMA HISTORIOGRAFIA)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE EM COMUNICAÇÃO

BRASÍLIA, DF 1989.

Tabela de Ilustrações

Ilustração	Assunto	Página
01	- 1a página da primeira Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, de setembro de 1869.	27-A
02	- 1a página da Revista do IIFA, de março de 1876.	28-A
03	- 1a página do jornal O Auxiliador da Indústria Nacional, de janeiro de 1878.	32-A
04	- 1a página do Jornal do Agricultor, de janeiro de 1880.	33-A
05	- 1a página do jornal A Lavoura, de julho de 1897.	62-A
06	- capa do 1o número da revista Chácaras e Quintais, de janeiro de 1910.	63-A
07	- capa do 1o número da revista La Hacienda, de outubro de 1905.	63-B
08	- capa do 1o número da revista A Fazenda, de junho de 1910.	63-C
09	- publicidade da revista Brasil Agrícola, número 1 de 1916.	64-A
10	- publicidade da revista A Fazenda, volume I, ano 12, de 1911.	64-B
11	- publicidade da revista La Hacienda, número 1, de 1905.	64-C
12	- publicidade da revista A Fazenda, número 1, de 1910.	64-D
13	- publicidade da revista A Fazenda, número 1, de 1911.	64-E
14	- publicidade da revista Brasil Agrícola, de janeiro de 1916.	64-F
15	- publicidade da revista Brasil Agrícola, de janeiro de 1918.	64-G
16	- editorial da Revista Econômica, número 38, de janeiro de 1941.	120-A
17	- editorial da revista Agricultura e Pecuária, de maio de 1944.	120-B
18	- editorial da revista O Campo, número 121, ano XI.	120-C
19	- artigo da revista O Campo, de junho de 1941.	120-D

SUMÁRIO:

	PÁGINA
RESUMO	01
ABSTRACT	02
INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO I	
GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	09
A IMPRENSA AGRÍCOLA NO IMPÉRIO	26
NOTAS	35
CAPÍTULO II	
A PRIMEIRA REPÚBLICA	38
A IMPRENSA AGRÍCOLA NA 1ª REPÚBLICA	52
NOTAS	66
CAPÍTULO III	
A ERA DE VARGAS	69
A IMPRENSA AGRÍCOLA NO ESTADO NOVO	98
NOTAS	125
CAPÍTULO IV	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
BIBLIOGRAFIA	137
ANEXOS	144

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar, de forma contextualizada, a origem e a evolução da Imprensa Agrícola no Brasil, em três fases distintas da história brasileira: no Império, na Primeira República e no Estado Novo.

Durante o Império, a partir de 1850, foram criados vários institutos de pesquisa e escolas agrícolas visando promover o desenvolvimento do Setor Primário brasileiro. Neste contexto, o Império criou um periódico especializado em agricultura, além de outros que foram incentivados e protegidos pelo Imperador, para difundir os conhecimentos agrários desenvolvidos no país e no exterior. A lavoura passava por crises. Desde 1850 o tráfico de escravos havia sido interrompido. Doenças desconhecidas também atacavam a agricultura. A saída encontrada pelo Império para compensar a falta de mão-de-obra e resolver problemas de fitossanidade foi a utilização de métodos racionais e científicos de cultivo. A Imprensa competia difundir estes métodos.

A partir da Proclamação da República (1889), principalmente após a virada do século, com a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, é que surge uma imprensa agrícola em moldes capitalistas, reafirmando a cultura burguesa emergente. O jornal passa a ser empresa capitalista, sendo financiado por anunciantes e patrocinadores. A notícia passa a seguir o mesmo percurso das mercadorias e promover a venda destas. O discurso publicitário também passa a fazer parte integrante dos Jornais, Revistas e Periódicos agrícolas. Inúmeros jornais especializados em agricultura e áreas afins financiados por particulares ou pelo Estado passam a ser publicados sistematicamente a partir da Primeira República.

Com o golpe de 30, principalmente, durante o Estado Novo, a questão da comunicação social é trazida para dentro do Aparelho de Estado. É criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para coordenar e censurar toda a divulgação da imprensa no país, segundo os interessados do Estado. Para o Setor Agrícola, especificamente, foi criado o Serviço de Informação Agrícola (SIA), como órgão auxiliar do DIP, que mantinha uma estrutura de funcionamento em todos os estados, semelhante ao DIP. A mesma estratégia de censura à imprensa e de culto à personalidade dos governantes feita com os meios de comunicação de massa à época pelo DIP, também era feita pelo SIA com o meio rural. O cinema, o rádio e todo tipo de publicação impressa passaram a ser muito visados pelo SIA/DIP e foram intensivamente utilizados entre os anos de 1940 e 1950.

Portanto, esta pesquisa pretende reunir elementos para formação de uma historiografia da imprensa agrícola brasileira, enfatizando as condições políticas e econômicas dos três momentos da história objeto deste trabalho.

ABSTRACT

This dissertation has the objective of - through a contextual approach - analyzing the origin and evolution of the agricultural press in Brazil, during three different phases of the Brazilian history: Empire, First Republic, and New State.

During the Empire, beginning by the year of 1850, many research and teaching institutions for fostering the development of Brazilian primary sector (mining and agriculture, in special) have been created. It was in this context that the Empire has created a specialized agricultural periodical - in addition to others stimulated in protected by the Emperor himself - aiming the divulgation of agricultural knowledge developed both in the country and abroad. Agriculture was under a severe crisis. Since 1850 the slave traffic was discontinued. Unknown plant diseases and pest occurred. The solution found by the Emperor in order to counterbalancing the scarcity of the labor force and the plant diseases and pest was the utilization of rational and scientific methods of plant husbandry. The press was encharged of conveying these methods.

From the Republic proclamation on (1889), mainly after the end of the century, with the participation of foreign funds, there occurred the emergence of an agricultural press, according to capitalist patterns, in a clear reaffirmation of the emerging bourgeois culture. The newspaper becomes a capitalist enterprise, supported by advertisers and sponsors. News comes to follow the same flow of goods and, at the same time, promoting their sale. The publicity discourse turns to be an indispensable part of agricultural newspapers, journals, and periodicals. Many specialized newspapers on agriculture and related subjects, sponsored by private citizens or by state agencies become systematically published since the First Republic.

As of 1930, a coup-d'Etat took place, giving origin to the so-called New State. Mainly during this latter period the question of social communication is brought into the State apparatus. The Department of Press and Propagand - DIP, is created for the coordination and censorship of all press divulgation in the country. For the Agricultural Sector, especially, the Agricultural Information Service (SIA) was created, as a DIP auxiliary organ, which maintained a network in every State, similar to DIP. The same strategy of press censorship and the cult of the governor's personality, usually accomplished by DIP was also done by SIA in the rural environment. Movies, radio and every type of press publication were under a strict vigilance by SIA/DIP, a procedure intensively utilized between 1940 and 1950.

Therefore, this research aims to put together elements for the constitution of a historiography of the Brazilian agricultural press, emphasizing the political and economic conditions of these three historical moments under consideration.

INTRODUÇÃO

O registro histórico da Imprensa Agrícola no Brasil é uma página quase em branco na literatura existente sobre os meios de comunicação. Esse esquecimento por parte dos historiadores, não importa se deliberado ou não, talvez seja reflexo da cultura urbano-industrial que tomou conta do país, desde a década de 30, quando Getúlio Vargas assumiu o poder pela primeira vez.

O Brasil, contudo, permaneceu eminentemente agrário até, pelo menos, 1956, quando o setor industrial superou o setor primário em termos de formação de renda para o Produto Interno Bruto (PIB).

Os valores arraigados em nossa cultura primam pela estética urbano-industrial, a despeito das nossas origens estarem fortemente ligadas ao campo. A cultura predominante é a cultura dos grandes centros urbanos.

Portanto, a impressão primeira que se tem é a de que a Imprensa, em nosso país, esteve sempre voltada para as questões dos centros urbanos e que, somente a partir dos anos 60, quando se expandiu o serviço de Extensão Rural, é que passou a existir uma Comunicação Rural; isto é, o meio rural passou a ser assunto em jornais, rádios, televisão, revistas e outros periódicos. Isto, porém, não corresponde à total realidade dos fatos. A Imprensa Agrícola no Brasil tem suas raízes no século passado, como pretendemos demonstrar neste trabalho.

Império

Pela falta de registros históricos, para esta pesquisa tivemos que recorrer a fontes primárias, de modo a inventariar os jornais, revistas e periódicos especializados em agricultura que começaram a aparecer no Brasil após a Independência, em 1822. Encontramos jornais que, desde 1833, promoviam a Agricultura, o Comércio e a Indústria, patrocinados e protegidos pelo Império, publicados na Bahia e no Rio de Janeiro, além de muitos que eventualmente publicaram artigos dedicados à agricultura ou a assuntos correlatos. Alguns desses jornais tiveram vida efêmera, enquanto outros duraram vários anos.

Foi por volta da segunda metade do Século XIX que surgiu no Brasil um periódico especializado em agricultura, também promovido e patrocinado pelo Império: a Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que teve seu primeiro número lançado em setembro de 1869 e que, pelo seu conteúdo e apresentação gráfica e editorial, foi considerada um marco do desenvolvimento da agricultura brasileira. Ela apresentava um discurso "moderno" e embasado em conhecimentos cientificamente adquiridos nos institutos imperiais de pesquisa agrícola, existentes no Brasil, e também nos institutos de pesquisa existentes na Europa.

Com a Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura se fez uso pela primeira vez, no Brasil, de um veículo de comunicação objetivando promover o desenvolvimento da agricultura de forma sistematizada. Em seu primeiro editorial, subscrito por D. Pedro II, a Revista preconiza a necessidade de

"modernizar" a agricultura, ao mesmo tempo em que tenta vencer a indiferença com que a Imprensa tradicional tratava o setor primário. Os jornais daquela época, em sua maioria, estavam preocupados fundamentalmente com questões políticas, abolicionistas e republicanas e era natural que o Estado Monárquico encontrasse resistência junto às elites urbanas, que desejavam a queda do Império, com a consequente instalação da República.

A 1ª República

A partir da Proclamação da República, em 1889 e, principalmente, após a virada do século, o capital estrangeiro e o capital nacional fazem maciços investimentos na agricultura, inclusive importando maquinário e mão-de-obra. Os reflexos da industrialização da Europa e dos Estados Unidos ecoam no Brasil e a agricultura, principal fonte de riquezas e divisas, também passa a se modernizar.

O discurso da Imprensa Agrícola imediatamente assimila essas inversões financeiras, fazendo eclodir um mercado editorial agrícola em moldes capitalistas. Inúmeros jornais, revistas e periódicos surgem na Primeira República, seguindo o percurso das mercadorias e promovendo a venda destas. O discurso publicitário das publicações agrícolas é bastante representativo nesse período, pois a imprensa agrária mantém consonância com a cultura burguesa agrária, que será o marco da Primeira República ou República Velha.

Por volta de 1911, surge no âmbito do Ministério da Agricultura um Departamento de Publicidade Agrícola, como tentativa do Estado Brasileiro de sistematizar o uso da comunicação rural no desenvolvimento da agricultura, à semelhança do que se fazia nos Estados Unidos e, também, em países europeus. Um Boletim do Ministério da Agricultura passou a ser editado periodicamente.

Alguns dos periódicos que nasceram na Primeira República são publicados regularmente até hoje, como é o caso das revistas Chácaras e Quintais, Brasil Agrícola, e Dirigente Rural. Sobre essa última cabe uma explicação: em 1905 ela era editada em espanhol sob o título de La Hacienda, sendo que, antes mesmo desta data, já era editada em inglês com o nome de The Farmer, em Nova York.

O Estado Novo

Após a Primeira República, já no período do Estado Novo (1938), merece destaque a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instituição que, no governo de Getúlio Vargas, exerceu um poderoso cerceamento aos meios de comunicação em todo o Brasil.

O discurso da Imprensa Agrícola, a partir do Estado Novo, fica sob a égide do DIP, por intermédio do então criado Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, conhecido por sua sigla, SIA. Os mesmos abusos praticados contra a imprensa urbana serão feitos em relação à Imprensa Agrícola.

Nesta pesquisa apresentaremos detalhadamente o quão foi atuante o SIA, descrevendo seus principais mecanismos de ação, conforme a ótica da ditadura de Getúlio Vargas.

Vale lembrar que, a partir de 1930, o Estado privilegiou um modelo de desenvolvimento voltado para as questões urbanas e industriais, distanciando-se da problemática rural. Paradoxalmente, o governo entrava nas casas do homem do campo através, principalmente, do rádio. Para se ter uma idéia, a rede de rádio criada entre os anos 40 e 50 pelo SIA cobria praticamente todo o território nacional. Em 1958, a Rádio Rural do Ministério da Agricultura chegou a formar a maior rede de rádio existente no país, com 250 emissoras, transmitindo inúmeros programas agrícolas em vários horários e dias da semana.

Getúlio Vargas tentou, assim, absorver as contradições existentes no meio rural, através dos meios de comunicação.

Em suma, apresentaremos nesta pesquisa a Imprensa Agrícola, durante as seguintes etapas do desenvolvimento brasileiro: no Império (Capítulo I), na Primeira República (Capítulo II), no Estado Novo (Capítulo III). No Capítulo IV apresentaremos as considerações finais.

Para esses períodos da nossa história, faremos, dentro do possível, contextualizações políticas, econômicas e sociais. Estes períodos foram escolhidos por serem representativos de três fases distintas da história brasileira e da história da própria Imprensa no Brasil.

Cabe acrescentar que temos consciência das limitações deste trabalho. Contudo, queremos registrar que a nossa preocupação primordial foi a de levantar subsídios necessários à formulação de uma histografia da Imprensa Agrícola. Trata-se de um estudo pioneiro no Brasil, pois não temos conhecimento de pesquisa análoga, segundo a literatura disponível.

Numa etapa futura pretendemos avançar nesta pesquisa, fazendo estudos detalhados e contextualizados de cada período da história, resgatando todos os jornais, revistas, periódicos e outros veículos de informação voltados para a agricultura que surgiram e desapareceram ao longo do processo histórico.

Na medida do possível, tentamos apresentar, cronologicamente, os fatos e eventos relacionados à Imprensa Agrícola ao longo da história da formação econômica brasileira, com ênfase no setor primário. Entretanto, convém esclarecer que as interpretações das questões econômicas, sociais e históricas não tem uma lógica linear e cronológica, rigorosamente. A complexidade da temática analisada transcende a uma simples narrativa histórica.

Capítulo I

GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Uma análise da gênese do processo evolutivo da agricultura no Brasil não pode prescindir de um estudo das transformações sociais, políticas e econômicas que contextualizaram e, em última instância, predeterminaram cada período da nossa história. Portanto, não se pode pretender compreender o desenvolvimento da agricultura no Brasil sem o confronto dos fatos e eventos de natureza política, social e econômica, seus antecedentes ou causas determinantes, embora tais constatações, em geral, não se afigurem de maneira tão nítida, pois as interpretações dos fatos e eventos transcendem a simples aparência dos discursos.

Começaremos o nosso estudo por uma descrição sumária da base produtiva, desde o fim do período colonial brasileiro e seus desdobramentos sucessivos.

Carta Régia

A intenção de promover o desenvolvimento da agricultura não é nova no nosso país. De acordo com Simonsen (1), D. João VI, vindo para o Brasil em 1808, com toda a Corte Portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão, baixou uma série de atos normativos, criando aqui a embrionária máquina administrativa do Estado, buscando fomentar o progresso. Dentre esses atos, destacam-se, do ponto de vista econômico, a abertura dos portos brasileiros às "nações estrangeiras amigas", a liberdade de fundação de fábricas no país, os tratados de livre comércio com a Inglaterra e a

instalação do Banco do Brasil.

De acordo ainda com Simonsen, decorridos apenas cinco dias após o seu contato com as terras brasileiras, D. João VI subscreveu a Carta Régia em 28 de janeiro de 1808, na qual estabelecia, dentre outras providências, que:

“...sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, Fazendas e Mercadorias, transportados em Navios Estrangeiros das Potências, que se conservem em Paz, e Harmonia com a minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento ... ficando os Vinhos e Águas Ardentes, e Azeites Doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos... Que não só os Meus Vassallos, mas os sobreditos Estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer a beneficio do Comércio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer Gêneros, e Produções Coloniais, à exceção do Pau-brasil...” (o grifo é nosso).(2)

A mudança da Família Real para o Brasil operou-se sob o conselho e proteção da Esquadra Inglesa, que permaneceu vários anos no Rio de Janeiro, para garantir a autoridade e fazer a defesa da Coroa Portuguesa.

Com o represamento das mercadorias inglesas, provocado pelo bloqueio napoleônico, e com as facilidades assim outorgadas à exportação para os portos brasileiros, verificou-se rápido incremento na remessa de manufaturas britânicas para o Brasil. Não permitiu a Inglaterra que o favor de reciprocidade abrangesse produtos de origem colonial, como o café, e o açúcar, que já eram produzidos em colônias inglesas, continuando a ser praticamente vedada a penetração desses artigos nos mercados britânicos. Aos vinhos e azeites e aos produtos coloniais brasileiros, como o algodão e pau-brasil, de que careciam as colônias inglesas, era estendido aquele favor. (3)

No mesmo ano da assinatura da Carta Régia abrindo os portos às nações amigas e manifestando a intenção de desenvolver o "Comércio e a Agricultura, que tanto desejo promover", D. João VI criou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no mês de junho. Portanto, seis meses após sua chegada ao Brasil.

Jardim Botânico

Para Rodrigues (4), o primeiro marco institucional de pesquisa agrícola no Brasil foi a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808, por iniciativa de D. João VI. Se não tivesse acontecido a transferência da Família Real para o Brasil, certamente o Jardim Botânico não seria criado. Junto com o Jardim Botânico, foram criadas outras instituições para dar suporte à educação, saúde, comércio e à própria defesa e segurança do território nacional. O Jardim Botânico, além de ser uma alternativa de lazer público, desenvolveu um trabalho reconhecidamente fundamental para o avanço dos conhecimentos agrônômicos do Brasil. No princípio, nele se estudaram, em conjunto, as questões de ciência e os problemas de agrotécnica. O Jardim Botânico mantinha conjuntamente coleções de plantas vivas, herbáreo e laboratórios que pesquisavam assuntos agrônômicos e florestais.

A criação do Jardim Botânico foi a única iniciativa da Coroa, em benefício das ciências agrônômicas. Em 1859, o Brasil, já sob uma nova ordem política, instaurada em 1822 com a Independência, viu surgir os primeiros institutos de ensino e pesquisa agrícola, por decreto do Imperador D. Pedro II. Se a

criação do Jardim Botânico não foi executada por pressões endógenas de forças ligadas à produção agrícola, o mesmo não se pode dizer do aparecimento dos imperiais institutos de agricultura e do próprio Ministério da Agricultura em 1860, criado sob a forma de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. A conjuntura político-econômica e social configurava uma série de crises que impuseram, inclusive, a criação de órgãos de fomento à agricultura (5).

Segundo Rodrigues (6), em 1850, quando foi proibido o tráfico de escravos, a economia brasileira em nada diferia da situação prevalecente no regime colonial, embasada que estava na força de trabalho escravo, enquanto no jogo político da composição de alianças regionais predominavam os senhores-de-engenho, no Nordeste, e os aristocratas do café no Centro-sul do País. É bem verdade que a lavoura de cana-de-açúcar já se apresentava em declínio, em razão da adversidade de preços no mercado internacional, e a de café estava em plena ascensão, beneficiada com a alta dos preços ocasionada pela desorganização do Haiti, que figurava entre os maiores produtores de café. A partir da proibição do tráfico de negros, o problema da falta de braços para a lavoura se tornaria uma preocupação obsessiva dos fazendeiros. A perspectiva de diminuição de sua renda, com a eventual mudança das relações de produção, deixava-os apreensivos. As insatisfações tiveram eco na Corte, levando o Império a pensar em algumas alternativas de solução para o problema. A imigração foi uma delas. A escassa oferta de mão-de-obra livre induziu a decisão de estimular a imigração européia.

Em meio às possibilidades imigratórias, o Governo Imperial despertou para medidas de incentivo e racionalização da agricultura. Afinal, a experiência européia, com as Estações Experimentais, estava dando grande impulso à agricultura de nações como a França, Alemanha e Áustria. Inspirado nestes exemplos, o Imperador criou, em 1859, o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e pouco depois, em 1860, os Imperiais Institutos das Províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul.

Crise

O ano de 1860 foi marcado com mais intensidade pela crise que já assolava as grandes lavouras exportadoras, vale dizer a própria economia do Império. Houve problemas de seca nas Províncias do Norte, especialmente na Bahia. A lavoura de café estava ameaçada por uma séria doença de origem desconhecida, que somente seria controlada depois de três anos. A lavoura de cana-de-açúcar prosseguia no seu declínio vertical, sem perspectiva de melhoria dos preços no mercado europeu, e agravada ainda mais pela escassez de mão-de-obra. O Visconde de Inhaúma, então Ministro da Agricultura, relatava à Assembléia Geral Legislativa o quadro difícil da situação, preconizando a necessidade do crédito agrícola, a expansão do sistema viário e a implantação do ensino e experimentação agrícola. Este último item era enfatizado com o argumento de que seria preciso prover os agricultores de um sistema de instrução teórica e prática que possibilitasse o bom emprego do seu capital e o aproveitamento dos novos processos de

cultivo, mecanização e outras informações emanadas de campos experimentais das fazendas-modelo, escolas de agricultura e veterinária.(7)

Para Rodrigues (8), não restam dúvidas quanto às determinações socio-políticas e econômicas que induziram à criação dessas organizações de experimentação e ensino agropecuário, na segunda metade do século passado, quando o sistema agroexportador, baseado no trabalho escravo, mostrava evidentes sinais de crise. Senão, basta examinar os objetivos dos Imperiais Institutos de Agricultura, notadamente os dois primeiros, transcritos a seguir:

“1o, facilitar a substituição dos braços necessários à lavoura por meio de máquinas e instrumentos apropriados, promovendo a introdução e adoção daquelas cuja utilidade for praticamente demonstrada, e bem assim estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira, que parecer mais profícuo; 2o, fundar estabelecimentos normais, onde se experimentem as máquinas e instrumentos aplicáveis à nossa lavoura, se ensaiem os sistemas mais convenientes da cultura da terra, os métodos adequados ao fabrico, ao aperfeiçoamento e à conservação dos produtos agrícolas. assim como à extinção dos vermes e insetos nocivos; 3o, promover a aquisição das melhores sementes e renovos de plantas, e, experimentada a sua superioridade, facilitar a distribuição pelos lavradores; 4o, cuidar do melhoramento das raças de animais úteis, promovendo generalização das melhores espécies; 5o, auxiliar pelos meios a seu alcance a administração pública no empenho de facilitar o transporte dos gêneros, promovendo a abertura de novas vias de comunicação, onde forem necessárias, a conservação e melhoramento das atuais, e que de todas resultem à lavoura vantagens correspondentes ao dispêndio anual dos produtos de agricultura, animando-a por meio de prêmios, e facilitando o transporte e venda dos ditos produtos; 6o, promover a exposição anual dos produtos de agricultura, animando-a por meio de prêmios e facilitando o transporte e venda dos ditos produtos; 7o, formar e rever anualmente a estatística rural, acompanhando-a de uma exposição acerca do estado da agricultura, seu progresso ou decadência, causas permanentes ou transitórias que para isso tenham influído, e, finalmente, sobre tudo quanto possa interessá-la; 8o, criar e manter um periódico no qual, além dos trabalhos próprios do Instituto e dos estabelecimentos normais, se publiquem artigos, memórias, traduções e

notícias de reconhecida utilidade para a nossa agricultura, e que exponha em linguagem acomodada à inteligência da generalidade dos agricultores os melhoramentos que merecem ser adaptados nos processos agrícolas, e os princípios de economia rural indispensáveis para o judicioso emprego dos capitais, boa administração das fazendas e aproveitamento de seus produtos; 9o, criar nos estabelecimentos normais, quando as circunstâncias permitirem, escolas de agricultura, onde se aprendam os princípios gerais e as noções especiais indispensáveis para que o trabalho se torne mais suave, útil e vantajoso". (9) (o grifo é nosso).

Emancipação

Voltando no tempo, vamos analisar o que se passou antes da criação dos institutos.

Tradicionalmente, tem-se a noção de dois processos distintos de emancipação política da América. Um, turbulento, desintegrador, levado a cabo através de uma longa guerra de que resultou o esfacelamento do império espanhol; outro, pacífico, tranquilo, que caracterizou o nascimento do Brasil, país com dimensões continentais. Noção falsa, aliás, dualista e maniqueísta. Ambos emergiram da crise que atingiu o sistema colonial numa conjuntura internacional: guerras européias, guerra de independência de treze colônias do Norte, revolução francesa, revolução industrial inglesa, crise espanhola, crise portuguesa, crise americana, crise mundial (10).

Cada realidade apresenta-se com particularidades que não cabem numa única fórmula e cronologias, por mais interessantes que sejam. Violenta ou pacífica, o que importa é o fato de ter a independência selado o fim de um velho pacto colonial. As transformações que daí decorreram não poderão ser explicadas apenas no bojo desse processo de independência e, sim, também, no próprio processo que remonta às origens do Brasil

português e das outras colônias.

A falsa imagem de um Brasil tranquilo e sem problemas estruturais tem contribuído para dificultar a percepção desses mesmos problemas o que é, para dizer o mínimo, tão ingênuo quanto a interpretação mecânica da mudança do imobilismo - a de que a independência nada mais foi do que a substituição de uma metrópole (Lisboa) por outra (Londres). A emancipação política de 1822 foi realizada pelas categorias sociais dominantes, com o objetivo de romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, razão pela qual se preservou a ordem econômica e se manteve a escravidão. É preciso sublinhar que os fatos transcorridos desde a chegada da família Real em 1808 e a abdicação para D. Pedro I, em 1831, bem como as transformações que se processavam no plano internacional, suscitam contradições: havia entre nós o liberalismo rural (grandes proprietários produtores) e o conservadorismo urbano (comerciantes portugueses, funcionários), numa inversão das alianças político-ideológicas que faziam na mesma época na Europa, as revoluções liberais e nacionais.

Do período regencial a 1850, o café firma suas bases no Vale do Paraíba e o Império consolida sua unidade sobre o tripé: a escravidão, a grande propriedade e a monocultura de exportação. Esse tripé, entretanto, ao se constituir numa base remodelada, não deixa de ser uma herança do sistema colonial, sem ser uma continuação linear. Tratava-se de reativar os fatores existentes e entrosá-los com as novas correntes da economia européia, preenchendo uma função na nova divisão internacional do trabalho,

mas defrontando-se, no tocante à escravidão, com um entrave por parte do mundo civilizado, liberal e capitalista, também em busca de mercados para os seus produtos (11).

No caso do Brasil, é sintomática a abolição do tráfico de escravos em 1850, assim como foi a lei de terras do mesmo ano: consolidação política do Império, expansão do café, expansão demográfica, urbanização, desenvolvimento dos transportes e das comunicações, ampliação gradativa do trabalho livre, sobretudo nas cidades. O Império de D. Pedro II e o café dos barões do Vale do Paraíba pareciam viver seu apogeu de grandeza e estabilidade. O Brasil saíra do marasmo dos primeiros decênios do século e parecia ter escolhido o seu próprio destino - o de um país essencialmente agrícola. Era a vitória do novo pacto, que iria perdurar, sem contestação prática até o momento em que o capitalismo internacional enfrentou a grave crise de 1929/1933.

O quadro esboçado é por demais genérico e não encerra toda a verdade. A abolição da escravatura foi penetrada sucessivamente pelo capital comercial e pelo industrial. Mas as questões estruturais - a concentração da propriedade fundiária, a concentração de renda, as hierarquias sociais expressas nas mentalidades e nas formas de dominação política -, pelo contrário, consolidaram-se. O liberalismo ascendente na Europa, porta-estandarte da burguesia industrial-urbana contra o antigo regime mercantilista, serviu no Brasil, contraditoriamente, para reforçar as estruturas agrárias, impedir o livre-comércio, a revolução industrial interna e revestir com tons suaves o colonialismo das novas metrópoles burguesas (12).

Conforme já vimos, chegando ao Brasil, a primeira medida tomada por D. João VI foi a abertura dos portos brasileiros, "em caráter provisório", ao comércio estrangeiro. Seguiram-se medidas revogando os entraves à produção e ao comércio da colônia, cuja permanência era incompatível com sua nova situação de sede de monarquia. O alvará de 10 de abril de 1808 permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas, levantando as restrições anteriormente estabelecidas. Adotou diversas medidas liberalizantes da então economia incipiente, inclusive, autorizando o Conselho das Fazendas a conceder licenças para o corte do pau-brasil, além de permitir aos ourives comercializar o seu produto.(13)

Esses novos princípios de economia eram justificados como sendo de interesse geral, exigindo que todos os vassallos procurassem, conforme a escolha de cada um, ser útil na divisão do trabalho, tendo os seus próprios meios de subsistência. D. João VI manifesta a intenção de concorrer para a ampliação do mercado e de estimular tanto a indústria quanto o comércio.

Ele afirma que o interesse particular de corporações não deve antepor-se ao bem público, ficando assim estabelecidos os princípios de liberdade e de livre concorrência e a intenção de abolir os monopólios e privilégios que inspiravam a nova política econômica da Coroa. O princípio da liberdade e franqueza do comércio, qualificado de muito superior ao sistema mercantil, era defendido no manifesto com que D. João VI procurava justificar os tratados assinados com a nação Britânica.(14)

D. João VI produziu uma série de medidas e normas acerca da economia, pretendendo conciliar interesses dos comerciantes e produtores estrangeiros, comerciantes e produtores portugueses e brasileiros, necessidades da Coroa, conseguindo descontentar a todos. Desde o ano de 1808, D. João oscilava entre a necessidade de liberalizar a economia, de acordo com as tendências da época e as exigências britânicas, o que o levava a aceitar princípios do livre-cambismo, e a necessidade de preservar os interesses portugueses, o que o levava a tomar posições nitidamente mercantilistas. Adotar em toda a extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa. Manter intacto o sistema colonial era impossível nas novas condições. Daí as contradições de sua política econômica. Os inúmeros conflitos são decorrência natural.(15)

Sucessivas manifestações de independência de Portugal são encetadas por diversos segmentos representativos da sociedade brasileira à época. Foi entre os quadros ainda limitados das populações urbanas que se recrutaram os principais adeptos das idéias liberais e revolucionárias. Não se pode entretanto generalizar. Se na conjuntura do Rio e da Bahia, bem como na Inconfidência, os principais envolvidos pertenciam às categorias urbanas - embora vários inconfidentes fossem fazendeiros - entre os revolucionários de 1817 há numerosos proprietários de terras, fazendeiros de algodão, açúcar e gado que se associaram ao movimento. Um simples exame da composição das maiores fortunas do Recife permite verificar que não raro os indivíduos de maiores posses eram ao mesmo tempo proprietários,

donos de barcos, comerciantes, fazendeiros de cana, algodão e gado. Os letrados, por sua vez, estavam em geral ligados por laços de família, ou de dependência às camadas senhoriais.(16)

Daf até a independência foi uma questão de pouco tempo. Aos olhos dos portugueses, o mal residia exclusivamente na política Real. Identificavam como causa única da crise as medidas decretadas por D. João VI. Por ocasião da independência, o governo inglês fez saber a Portugal que mais importava à Grã-Bretanha a manutenção das vantagens auferidas no comércio com o Brasil, do que manter as boas relações com a Corte portuguesa.(17)

Mudanças

O Século XVIII deixou alguns traços positivos na História Econômica Brasileira que valem a pena serem mencionados, a começar pelas mudanças demográficas e geográficas que se tornariam importantes no século seguinte, quais sejam, a migração maciça interna e externa para o sul. Este movimento da população, que chegou até o Rio da Prata, foi um fator essencial na expansão geográfica do país. Ademais, os movimentos migratórios levaram a população para o interior do país, abrindo regiões que anteriormente eram totalmente inexploradas. O ciclo do ouro gerou o crescimento de centros urbanos e a transferência da capital brasileira de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

O ciclo do ouro também produziu algumas importantes mudanças sociais. Uma concentração mais densa da população nas áreas das minas, com o crescimento de centros urbanos, deu origem

a uma classe média urbana que, de modo geral, não existia nos períodos anteriores. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se importante ponto focal de atividades comerciais e manufatureiras, coordenando tanto o comércio interno como o externo. Foi durante este período que surgiram as primeiras imagens nacionais de identidade.

O ciclo do ouro estabeleceu o cenário para o aparecimento do produto essencial seguinte na história econômica brasileira: o café. Foi durante este período que houve a acumulação de um pouco de capital - sob a forma de gado e escravos -, necessário à produção do café. Regiões ecologicamente apropriadas foram habitadas de tal maneira que, pela primeira vez na história do país, um produto essencial pôs em movimento forças importantes e gerou os encadeamentos que colocaram o país em uma trilha de crescimento. Diferentemente dos ciclos anteriores de produtos essenciais, a produção de café ocorreria em um ambiente que tinha desenvolvido automaticamente as condições necessárias. Não teria de ser imposta uma estrutura econômica vinda de fora, como havia ocorrido nas áreas açucareiras do Nordeste, já que tal estrutura tinha se desenvolvido organicamente no Sul, em resultado dos eventos do século XVIII, relacionados ao ciclo do ouro.(18)

Com a ruptura do pacto colonial, isto é, quando a comercialização dos produtos coloniais deixou de ser feita através da Península Ibérica para ligar-se diretamente à Inglaterra, a formação das nações latinas fez-se possível graças a grupos locais, cuja capacidade para estruturar um sistema local

de controle político e econômico variou justamente em função do processo histórico no período colonial. O processo de formação nacional realizou-se com maiores possibilidades de êxito no caso das economias que se organizaram como base agrícola. Com efeito, tais nações não só foram organizadas em torno de produtos coloniais - açúcar, café, cacau, etc, - indispensáveis para as economias centrais, e dos quais por razões diversas, não era possível auto-abastecer-se, o que garantia às antigas colônias continuidade de mercado, mas também porque nesse tipo de colônias constituiu-se uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema produtivo local.

A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implica, portanto, um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local na América Latina. Por seu intermédio, os grupos que controlavam o setor produtivo-exportador das economias locais tiveram que assegurar vinculações e definir novas relações político-econômicas num duplo sentido: reorientando as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos, e constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro voltado para fora.(19)

No caso do Brasil isto foi típico. A comercialização dos produtos de exportação, notadamente, de origem na agricultura, pecuária e extrativismo, dependia de preços, cotas, impostos pelos países das economias centrais, o que, aliás, é bastante atual.

Após 40 anos da promulgação da Carta Régia, o desenvolvimento industrial do Brasil nada mostrou de expressivo. O país atingiu um estágio industrial não superior ao de 1785, quando as manufaturas foram proibidas. Somente as manufaturas muito simples, protegidas pela distância geográfica, é que puderam sobreviver, devido ao alto custo de transporte. Contudo, esse período deixou alguns fatos positivos na conta econômica e social do Brasil. A urbanização cresceu com grande rapidez, e, por conseguinte, o comércio, as comunicações por terra e água melhoraram substancialmente, e foram criados o Banco do Brasil, a Academia Naval, o Colégio de Medicina, uma Biblioteca Pública com 60.000 volumes, e o citado Jardim Botânico, do Rio de Janeiro, com a conseqüente vinda para o Brasil de intelectuais e cientistas importantes.(20). Foram criados também os Institutos de Pesquisa Agrícolas mencionados.

No ano de 1822 o Brasil exportava 170.000 sacas de café; em 1889 as exportações alcançaram 5.586.000 sacas; em 1899, 9.771.000 sacas; e em 1909, 16.881.000 sacas. No século XIX as exportações aumentaram a altas taxas, sendo que, durante 80 anos (1821/1900), as receitas chegaram a expressiva soma de 604 milhões de Libras Esterlinas. Veja a tabela abaixo, de acordo com Albuquerque:(21)

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ EM MILHARES DE SACAS NO PERÍODO
DE 1821/1900 (de 60kg)

Década	Sacas	Milhares	Valor p/saca	%Total Exportações
1821/30	3.178	7.189	2.26	18,4
1831/40	9.744	21.529	2.21	43,8
1841/50	17.121	22.655	1.32	41,4
1851/60	26.253	48.741	1.89	48,8
1861/70	28.847	68.004	2.36	45,5
1871/80	36.336	112.954	3.11	56,6
1881/90	53.326	135.657	2.54	61,5
1891/900	74.491	187.917	2.52	64,5
1901/10	130.599	244.146	1.87	51,3
1911/20	120.503	364.242	3.03	53,0
1921/30	139.532	561.035	4.02	69,6
1931/40	146.921	202.418	1.38	53,1

Indiscutivelmente, o café assumiu importância inigualável no processo sócio-político-econômico brasileiro, repercutindo em outros setores, tais como o de transporte, com a construção, por exemplo, de ferrovias, e também de outros meios que foram implementados e/ou aperfeiçoados. O café repercutiu sobremaneira na imigração de outros povos para o Brasil, o que contribuiu, inclusive, para que a imprensa nacional abrisse espaço para a agricultura.

Nação

O Brasil, a partir do século XIX, começou a emergir como nação unificada e integrada, depois de três séculos de completa subordinação política e econômica à Europa. Isto foi possível, em grande parte, graças à integração do país na economia do mundo capitalista, como parceiro empenhado em comercializar o seu principal produto exportável - café. Os

primeiros 50 anos do século XIX prepararam o terreno para o crescimento. As cinco décadas seguintes, cujas características iriam continuar em boa parte no século XX, marcaram o início da evolução do Brasil de hoje. Na Europa, o século XIX foi marcado pela Revolução Industrial, que repercutiu diretamente no Brasil. Com isso, o progresso nos sistemas de transporte fez aumentar consideravelmente a faixa de mercado dos produtos agrícolas manufaturados.(22)

O resultado foi que os países produtores de produtos primários periféricos deixaram de ser apenas produtores de víveres, metais preciosos e matérias-primas, passando a ser considerados como mercados potenciais para quantidades crescentes de produtos industrializados que saíam das fábricas europeias.(23)

A IMPRENSA AGRÍCOLA NO IMPÉRIO

Primeiras Publicações Agrícolas

Segundo Vieira (24), no Primeiro Reinado, as gazetas publicavam com frequência artigos e notas informativas sobre indústrias extrativas, cultura de algodão, praga dos canaviais, além de outros assuntos agrícolas. A importância econômica da borracha da região amazônica recebia especial destaque, a fim de despertar interesses nos países europeus.

Este fato consubstancia, desde esta fase, a importância e o papel que a imprensa exerce no setor produtivo, como elemento catalisador e incentivador da agricultura nascente no Brasil.

Nos anos de 1832/1836, havia o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria*, da Província da Bahia, e nos anos de 1833/1891, no Rio de Janeiro, o *Jornal Auxiliador da Indústria Nacional*, órgão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dedicado aos fazendeiros, industriais e demais classes produtoras do país protegidas pelo Imperador. Foram editados 60 volumes, enfatizando a importância das indústrias extrativas e da cultura da terra, da criação bovina, equina, caprina e ovina, das plantações canavieiras, cafeeiras. Outras culturas também eram estimuladas.

De acordo com Vianna (25), antes do aparecimento do referido jornal na Bahia, ocorrido a 22 de setembro de 1832, outras revistas publicadas no país já haviam abordado assuntos referentes à agricultura e seu desenvolvimento no Brasil.

O Patriota, "Jornal Literário Político, Mercantil" foi, certamente, o primeiro a fazê-lo, efetuando-o, aliás, do modo mais brilhante, pela qualidade das diversas memórias contidas em seus três volumes. Também trataram da agricultura os efêmeros Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura, de 1822.

"Agricultura e economia rural"; "Química agrícola"; uma memória dirigida à Assembléia Legislativa, sobre o aproveitamento de terras devolutas; outra "Sobre o Leite Nutritivo da Árvore Vaca"; "Destilação por meio de vapor" - são artigos contidos nos três números do Jornal Científico, Econômico e Literário, de 1826, igualmente do Rio de Janeiro.

Na revista O Beija-Flor, "Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura", de 1830, foram comentados e transcritos vários trechos do Manual do Agricultor Brasileiro, inclusive sobre "a Escravidão dos Escravos Pretos", além dos pequenos trabalhos intitulados "Da utilidade da naturalização d'animais domésticos" e "A formiga amazona".

São essas as principais referências à agricultura contidas nas poucas revistas brasileiras publicadas até 1830, excluindo-se, portanto, o pioneiro, Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa, editado em Londres, de 1808 a 1822.

Revista do IIFA

Em setembro de 1869 (26), ocorreu a criação da Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. No mês de setembro daquele ano, o Imperador D. Pedro II lançou as primeiras bases de uma agricultura científica, com vasto plano de

Ilustração nº 01

REVISTA AGRICOLA

DO

IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA

PUBLICADA TRIMENSALMENTE

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE SUA Magestade IMPERIAL

O SENHOR D. PEDRO II

SOB A DIRECÇÃO E REDACÇÃO DE

Miguel Antonio da Silva

Repetidor de sciencias phisicas e naturaes na Escola Central; membro do Conselho fiscal do Imperial Instituto Fluminense d'Agricultura; socio do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro; do Instituto Polytechnico Brasileiro; da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; da Sociedade Velosiana; das Sociedades Geologica e Geographica de França; da Sociedade Polymathica de Morbihan; da Sociedade d'Archeologia Sciencias, Letras e Artes do Departamento do Sena e Marna; da Sociedade de Historia. Natural „Isis“ da Dresda, etc., etc.

N. 1.—SETEMBRO, 1869.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DO IMPERIAL INSTITUTO ARTISTICO

RUA DA CONSTITUICÃO N. 1.

1869.

transformações e modernização, procurando vencer ainda certa indiferença da imprensa convencional. Sob a proteção do Imperador, aquela revista, publicada trimestralmente, proclamava o seguinte no seu primeiro editorial:

"Reforma Agrícola - As Vantagens e os Benefícios da Publicidade": "Se a Criação dos Institutos Agrícolas, resultado da munificência imperial, ao visitar algumas províncias do Império, determinou o pensamento das Escolas Agrícolas, como princípio às reformas reclamadas, não bastava, porém, para combater, desde já, as práticas inveteradas, os abusos convertidos em axiomas, e substituir aos caprichos individuais os cálculos da previsão e da experiência. Para generalizar as idéias úteis, destruindo o velho edifício desde os seus alicerces, era mister abrir um pleito, onde todas as causas do mal fossem debatidas uma a uma e irremissivelmente condenadas pelo próprio argumento dos fatos, racionalmente explicados. Tão grave tarefa só poderia ser preenchida pela imprensa, verdadeiro veículo das idéias e guarda avançada da civilização. Todos os interesses, todas as ambições têm seus representantes na imprensa; a lavoura, a grande alavanca deste Império, via-se na triste necessidade de cercear as suas doutrinas, ou coagida a esmolar favores do Jornalismo Político, que a tratava como hóspede importuna. Cumpria, portanto, dar à lavoura a posição que lhe competia: "se é certo que a escola forma adeptos e habilita os indivíduos, também é certo que a publicidade das doutrinas e de suas consequências, fielmente introduzidas e analisadas, atua no espírito das massas e força os próprios adversários das inovações a se confessarem vencidos na concorrência geral". E terminava: "Esta revista, aberta a todas as inteligências, registrará, com o maior reconhecimento, em suas páginas, todas as observações que se prendam à lavoura nacional". (27)

Em 1870, a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura já se apresentava com ilustrações, desenhos e legendas explicativas. Quando comemorou o segundo ano de existência, publicou uma edição que pode ser comparada às publicações modernas. Sempre levando adiante os seus ideais, na edição do 20. aniversário pregou o seguinte:

Ilustração nº 02

REVISTA AGRICOLA

DO

IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA

PUBLICADA TRIMENSALMENTE

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTEÇÃO DE SUA MAJESTADE IMPERIAL

O SENHOR D. PEDRO II

SOB A DIREÇÃO E REDACÇÃO DE

Miguel Antonio da Silva

Doutor em Mathematicas e Sciencias Physicas e Naturaes; Lente de Mineralogia e Geologia na Escola Polytechnica; Professor de Physica Industrial no Imperial Lyceo do Artes e Officios; Membro do Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense d'Agricultura; Socio do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro; do Instituto Polytechnico Brasileiro; da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; da Sociedade Vellosiana; da Associação Brasileira de Aclimação; Presidente do Instituto Brasileiro de Sciencias Physicas; Socio honorario da Reuniao dos Expositores da Industria Brasileira; das Sociedades Geologica, e Geographica de Franca; da Sociedade Polymathica do Morbihan (Eretanha); da Sociedade de Archeologia, Sciencias, Lettras e Artes do Departamento do Sena e Marne; da Sociedade da Historia Natural „Isis“ de Dresda; da Sociedade de Pharmacia (Sciencias, Artes e Industria) de Santiago do Chile; da Academia Nacional Agricola, Manufactureira e Commercial de Franca; etc., etc., etc.

VOLUME SETIMO

N. 1.—MARÇO DE 1876.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DO IMPERIAL INSTITUTO ARTISTICO

Chacara da Floresta, rua d'Ajuda n. 61

1876

"Propugnamos pelos melhoramentos de que carecem ainda as nossas práticas agrícolas; combatemos o que, porventura, houver de defeituoso ou de acanhado nelas; indicamos artigos de cultura, com que se possa enriquecer a nossa lavoura; tais são os pontos capitais de que não descuidará esta revista".(28)

Impressionante é a ênfase com que o Imperador procurava dar à agricultura através da imprensa daquela época, bem como a maneira pela qual ele evidenciava o potencial ideológico do jornalismo, muitas vezes confundido por publicidade, por razões conceituais de época histórica.

A contundência com que D. Pedro II exaltava a importância desta revista e o papel ideológico da imprensa em todos os setores pode ser percebida, inclusive, pela resistência com que a imprensa convencional se opunha ao Império no período que antecedeu à Proclamação da República.

A imprensa convencional, inclusive, recusava-se a publicar notas sobre a agricultura, por ser este setor a principal fonte de riquezas e de divisas do Império.

Para tanto, basta cotejar os jornais deste período citados por Sodré (29), os quais combatiam o Império e exigiam a instalação da República. Vejamos um trecho atribuído a Machado de Assis:

"Já em 1859, entretanto, com a sua extraordinária sagacidade de observação e clareza de análise, Machado de Assis enunciava esta conceituação lapidar: "Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (...) E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o status quo, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade. (...) Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não. (...) Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade". (30)

Para Sodré, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura. Retomava a linha que a engrandecera nos tempos da Regência - e por isso asperamente negada, amesquinhada, omitida -, e continua a sê-lo, pela historiografia oficial. Mas era a linha historicamente necessária, aquela que se conjugava com o avanço do país, que estava em consonância com os seus mais altos interesses populares, e se desenvolvia o nível que as possibilidades permitiam. Tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas.

Por outro lado, o Império já havia criado diversos Institutos de Pesquisa e Escolas Agrícolas nos anos entre 1850-1860. Faltava, portanto, um veículo para difundir os avanços das ciências agrárias. A Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense passou a exercer esta função, conforme interesses do Império.

Para Rodrigues (31), de todas as realizações do Instituto Imperial Fluminense de Agricultura, talvez a criação de uma revista trimestral tivesse sido a mais importante, não apenas

para orientar os fazendeiros de então, como também para registrar as suas memórias. Entre os diversos artigos e comentários sobre lavoura e criação, existia uma seção de informações gerais e outra de economia e negócios, na qual se informavam preços dos produtos nos mercados externo e interno, notas de câmbio e movimento de ações dos bancos.

A Revista divulgava relatórios de pesquisa, artigos técnicos, noticiário geral e instruções técnicas para o cultivo de plantas e criação de animais. É interessante notar que essas instruções tinham a estrutura praticamente igual às que atualmente se publicam, ou seja, cobrindo todas as partes que compõem os sistemas de produção, desde o preparo do solo até à colheita e, em certos casos, com a indicação de consorciação. Para a cultura de algodão, por exemplo, recomendava-se o plantio de milho e araruta, com possibilidade de obter duas safras de milho antes da colheita de algodão. Não era recomendado o consórcio com mandioca, inhame e cará, por prejudicar a lavoura principal.

Diante de tamanha crise por que passava a grande lavoura, explicava-se a preocupação com o componente econômico, que vez por outra era privilegiado na análise de alguns autores, quando a Revista se referia à finalidade da agricultura, na página de economia rural da Revista:

"Tudo na agricultura está no lucro, no ganho do produto líquido; para alcançar este, a ciência é um meio e nada mais. Parece, pois, que não há nada mais a fazer pela aplicação das doutrinas que constituem a ciência agrícola, do que apresentar no fim do ano um saldo positivo considerável e fazer ver os incrédulos, com 10% ou 15% na mão, como é que a agricultura remunera os crentes do progresso". (32)

A preocupação com a economia de divisas também já era um fato naquela época:

“Para que pagar tão caro no estrangeiro o que podemos produzir tão economica e facilmente entre nós? É com o intuito de diminuir os tributos que nós tão voluntária e inutilmente pagamos, a maior parte das vêzes, que a Revista sucessivamente fornece indicações úteis para a cultura das plantas que podem prosperar em nosso clima e a cujo uso estamos habituados”. (33)

A Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense representou um marco no desenvolvimento da agricultura nacional, por proclamar o uso das ciências agrárias com base em conhecimentos adquiridos cientificamente nos institutos de pesquisa e escolas agrícolas brasileiras e do exterior. Tal postura, difere substancialmente das publicações editadas na época, pois elas limitavam-se a dar informações e conhecimentos produzidos no exterior.

Analisemos dois exemplos desses jornais, a partir dos primeiros números:

Em janeiro de 1878, na edição n. 01, o Auxiliador da Indústria Nacional, apresentou o seguinte em seu editorial.

“... Premiado nas Exposições Inter-nacionaes de Vienna d’Austria e de Philadelphia, o Auxiliador da Industria Nacional julga-se obrigado a expandir-se, a alargar a esphera de sua actividade, a offerecer em campo mais vasto aos debates das questões relativas ao progresso das industrias e da lavoura, a vulgarizar, por meio de gravuras, as mais interessantes machinas que, substituindo o braço operário, possam ao mesmo tempo beneficiar os nossos productos, trazendo economia de trabalho, tempo e capital, e, finalmente, a levar ao conhecimento de nossa população industrial os melhoramentos que se obtiverem no mundo europeu e nos Estados Americanos, e que forem compatíveis com as condições de existência de nosso paiz...”

Como se vê, o citado editorial é autoelocuente ao enfatizar a situação da agricultura na Europa e nos

O AUXILIADOR

DA

Ilustração nº 03

INDUSTRIA NACIONAL

PERIODICO.

DA

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL

SOB A DIRECÇÃO E REDACÇÃO

DO

Dr. Nicolau Joaquim Moreira.

res industria firmat.
VIRGILIO.

N. 1.—Janeiro de 1878



03284

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DE EDUARDO & JOHANNES HENRIQUE LAEMMERT, RUA DOS INVALIDOS, 71

1878

E.U.A., como modelos para o Brasil.

As questões relativas a doenças, climatologia, preços no mercado interno, além de outros assuntos de interesse da agricultura brasileira, ficavam prejudicados. Daí a necessidade de se editar publicações com conteúdos voltados para questões nacionais, como forma de promover o desenvolvimento do Setor Primário.

O Jornal do Agricultor, que teve início em 1880 no Rio de Janeiro, também privilegiava assuntos do exterior. A publicação era semanal. Na página 12 do tomo III, o Jornal do Agricultor trouxe o seguinte artigo:

"...Graças a actividade da Sociedade Central Geographica-Commercial, em Berlim, vai a provincia possuir um estabelecimento modelo para a criação de ovelhas.

Foi por iniciativa daquela sociedade e depois de longas conferencias com os seus directores e consultas feitas à sociedade filial desta capital, que o sr. Eduardo Kirchhoff, agricultor de vastos conhecimentos theoreticos e praticos, resolveu-se a iniciar a formação de uma associação de alguns agricultores allemães, que dispõem dos necessarios capitaes, para fundar nos campos de Cima da Serra um vasto estabelecimento para a criação de ovelhas.

O Sr. Eduardo Kirchhoff embarcou no dia 18 de junho, em Hamburgo, com os seus associados e com o pessoal necessario, com destino a esta provincia, onde deve chegar em fins do proximo mez de julho. Os associados dispõem do capital necessario para comprarem campos e estabelecerem uma grande criação de gado ovelhum...

Elles pretendem empregar carneiros no valor de tres a quatro contos de réis cada um, além dos da raça ingleza, que são preferidos no Rio da Prata, e o seu estabelecimento vai ser de immenso valor para o Rio Grande do Sul, porque dará grande impulso à criação de ovelhas, que constitue hoje a principal riqueza da Confederação Argentina. ...

Quem vê o immenso progresso, a grande riqueza que Buenos-Ayres deve ao seu commercio de lãs, não pode duvidar desta verdade.

O nosso clima é mais favoravel à criação de ovelhas do que o do Rio da Prata, e no juizo dos entendidos são os nossos campos de Cima da Serra, ainda

Ilustração n.º 04

JORNAL DO AGRICULTOR

PRINCIPIOS PRATICOS DE ECONOMIA RURAL

PUBLICAÇÃO SEMANAL

REDACÇÃO - DIAS DA SILVA JUNIOR

Offerecido á Bibliotheca

do Ministerio da Agri-
ANNO V - TOMO II
cultura pelo Ex. Sr. Dr.

Cl. RIBEIRO JUNIOR Peixoto

Rio, 6 de junho 1910

O Bibliothecario J. Diniz



01193

*675.4
1910*

RIO DE JANEIRO

EDITOR PROPRIETARIO

DIAS DA SILVA JUNIOR

113 e 117 RUA THEOPHILO OTTONI 113 e 117

1880

muito mais próprios para efeito do que os do Rio da Prata...”

Conforme foi descrito, circunstâncias políticas e econômicas determinaram a criação dos institutos agrícolas de pesquisa nos anos entre 1850 a 1860, ou seja, logo após a interrupção do tráfico de escravos. A imprensa convencional neste período era eminentemente abolicionista e republicana e tratava a agricultura, segundo D. Pedro II, como “Hóspede importuno”. A Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense foi criada para garantir à agricultura espaço na imprensa e, dessa forma, promover o desenvolvimento do setor agrário-exportador.

As outras publicações dedicadas à agricultura que surgiram no período anterior à Proclamação da República tiveram vida efêmera e pouca importância do ponto de vista editorial. A partir da virada do século é que surge no Brasil um incipiente mercado editorial agrícola em moldes capitalistas.

NOTAS

1. SIMONSEN, R. "História Econômica do Brasil". Cia Ed. Nacional, São Paulo, 1957, 6a Edição, p.392-400
2. Ibid, p.394.
3. Ibid, p.396.
4. RODRIGUES, C.M. "Gênese e Evolução da Pesquisa Agropecuária no Brasil: Da Instalação da Corte Portuguesa ao Início da República". in: EMBRAPA, Cadernos de Difusão de Tecnologia, Vol. 4, N. 1, Jan./Abr. 87, p.21-38
5. Ibid, p.24-29.
6. Ibid, p.24-35.
7. Ibid, p.21-22.
8. Ibid, p.24-30.
9. Ibid, p.30.
10. LINHARES, M.Y.L. "História do Abastecimento; uma Problemática em Questão (1530-1918)". Brasil Ministério da Agricultura, Brasília, 1979, p.148-150.
11. Ibid, p.150-152.
12. Ibid, p.150-151.

13. COSTA, E.V. "Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil". in: MOTA, C.G. (Org.). "Brasil em Perspectiva". Editora Difel, Rio de Janeiro, 1977, 8a Edição, p.75.
14. Ibid, p.75-79.
15. Ibid, p.79.
16. Ibid, p.91.
17. Ibid, p.105.
18. ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL., R. "Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira". Editora McGraw Hill, São Paulo, 1987, p.85-86.
19. CARDOSO, F.H. e FALETTI, E. "Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1984, 7a Edição, p.40-42.
20. ALBUQUERQUE, op. cit, p.98.
21. Ibid, p.99-105.
22. Ibid, p.90-91.
23. Ibid, p.91.

24. VIEIRA, J.A. "Informação Agrícola e Relações Públicas".
Ministério da Agricultura. Serviço de Informação
Agrícola. Rio de Janeiro, 1958. Série Documentária do
SIA N. 03, p.9-63.
25. VIANNA, H. "Contribuição à História da Imprensa Brasileira".
Editora Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945. p.80-
95.
26. VIEIRA, op. cit. p.11-20.
27. Ibid, p.9-10.
28. Ibid, p.10.
29. SODRÉ, N.W. "História da Imprensa no Brasil", Ed. Graal, Rio
de Janeiro, 1977, 2a Edição, p.267-268.
30. Ibid, p.267.
31. RODRIGUES, op. cit, p.28-29.
32. Ibid, p.26-27.
33. Ibid, p.28-30

Capítulo II

A 1ª REPÚBLICA

A Federação

Até a proclamação da República, a situação sócio-econômica brasileira não apresentou mudanças substanciais. O setor agro-exportador exerceu domínio absoluto sobre as demais áreas produtivas do país.

Os principais produtos exportados pelo Brasil continuaram sendo o açúcar, algodão, café, couros de peles, com predomínio indiscutível do café, que se instala no Centro-Sul e Sul do país, e onde concentram-se os esforços do Estado, visando o desenvolvimento do setor primário, conforme foi analisado anteriormente.

Outro fato que pode ser mencionado é a luta que a Inglaterra mantinha contra os traficantes de escravos, usando para tanto medidas econômicas e de força para coibir tal prática, antes da Proclamação da República. De 1845 a 1856, o número de escravos que entra no Brasil decresce vertiginosamente de 19.453 para 512. Com a cessação brusca do tráfico, o capital nele investido se diversifica e a indústria é iniciada. De 1831 a 1889, o Brasil expediu uma patente naquele primeiro ano e, neste último, expediu 955.(1)

Ligações internas, além das vias marítimas e vias férreas, intensificam-se, através dos rios Paraná, Paraguai, São Francisco e afluentes, e também do rio Amazonas e afluentes. Surge o telégrafo, a industrialização da borracha, do café, e do chocolate.(2)

O mal-estar gerado pela abolição foi o fator decisivo para a queda da Monarquia. Os primeiros passos da República (1889/1900) definem-se, no nível político, pela luta em torno da formação da estrutura de dominação do Estado, sendo convocada a primeira Constituinte, a qual promulgou a nova Constituição em 24 de fevereiro de 1891. Diversas turbulências no campo social, político e econômico se sucederam.

A Carta Constitucional Republicana parece ter vindo propiciar os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura que já a precedera no processo histórico. As regiões produtoras - no caso a do café, localizada no Centro Sul - constituíram-se como ponto focal dinâmico da economia. A expansão estimulada pelo mercado externo, estava contida pela burocracia centralizadora do Império. Isto fez com que o movimento republicano se acirrasse ainda mais, de modo a promover a ligação dos estados com o mercado consumidor internacional, sem a participação da União.

Firmadas tais assertivas, é possível inferir que a Federação surge em atendimento às necessidades de expansão da agricultura cafeeira, desfeitas na abolição, quando perdeu a sua principal mão-de-obra.

A ação do Estado no primeiro período republicano (1889/1930) vai, portanto, corresponder ao desenvolvimento e às necessidades do novo setor da economia; o café "livre", com características diferentes das fases anteriores da economia colonial, embora ainda definido pelo latifúndio e voltado para o mercado externo.

A produção agrícola passava a se basear na mão-de-obra assalariada, o que propiciou o surgimento de um quadro urbano-industrial. Isto trouxe a possibilidade de transição do país para um tipo de economia voltada para o mercado interno. No entanto, o desenvolvimento econômico brasileiro encontrou possibilidades de expansão a partir da década de 30, com a subida de Vargas ao poder. Assim sendo, o quadro republicano se desenvolveu à sombra do café. O desenvolvimento econômico com base no café será o marco sócio-político da Primeira República, de acordo com Souza (3).

De acordo ainda com Souza, o panorama geral da Primeira República encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza nos estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes; liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo.

Não obstante o quadro instaurado com a República permitir o funcionamento de um Estado democrático, as elites dirigentes não compartilhavam o poder com os novos grupos que tinham, teoricamente, assegurada sua representação no processo político.

"Laissez-faire"

Assim, a elite proprietária, ao mesmo tempo em que aspirava, do ponto de vista ideológico, a uma democracia liberal, agia de modo que a participação política se restringisse a seus representantes.

Dentro dos limites de uma primeira abordagem, algumas considerações sobre o Estado republicano podem ser tentadas.

Seu caráter ambíguo, oligárquico e liberal, pode ser explicado, em grande medida, pelas características do Brasil como país economicamente periférico. A uma nação dependente, para o desenvolvimento do seu mercado exterior, na condição de exportador de bens primários, impunham-se e vinham se impondo no seu passado histórico, os princípios liberais, econômicos e políticos, vigentes nas relações internacionais. O capitalismo do século XIX, invocando a filosofia do direito inalienável dos homens para determinar os limites da interferência do Estado nas relações econômicas, vinculou-se ao *laissez-faire*. Tal princípio, que se constituiu num amparo ideológico e institucional das nações mais poderosas, ao ser adotado pelas mais fracas, passou a garantir o sistema de desigualdade, desenvolvido nas relações comerciais entre os diversos países.

As normas liberais que regiam o quadro político e econômico brasileiro, contudo, não devem ser vistas somente enquanto características impostas externamente. Sua utilização foi possível desde que também se revelou instrumental no processo político e econômico do país. Os exportadores brasileiros, especificamente aqueles ligados ao mercado cafeeiro, que detinham o monopólio do fornecimento do produto para o consumo mundial, mostravam-se permeáveis à lógica do liberalismo econômico, segundo a qual a liberdade de iniciativa e de comércio resultava no predomínio do melhor produto a menor preço.

Por outro lado, essa mesma condição de monopólio e mais o fato do controle da produção ser exercido por uma classe nativa (e não estrangeira, como em outros países latino-americanos)

permitiu a execução de medidas internas contrárias ao liberalismo econômico. Quando se fizeram necessárias tais medidas, de modo a atender a seus interesses, a classe divergente soube reformular o princípio do Estado não-intervencionista. A política de defesa dos preços do café, do nível de renda e de emprego no setor cafeeiro, foi uma constante na Primeira República.

Assim, enquanto país que se regia pelos interesses dos exportadores de café e que objetivamente dependia do mercado externo na determinação de quotas, preço e inversões, o Brasil podia proclamar o *laissez-faire* econômico. Suas condições específicas, entretanto, vão lhe permitir desviar-se do modelo, levando-o a sobrepor-se ao mercado, concretizando no início do século as primeiras medidas de dirigismo econômico.

As normas econômicas liberais exigiam naturalmente correspondência no plano das instituições políticas. Além da influência da Constituição americana - modeladora da Carta de 1891, que invocava o Estado democrático - a absorção do liberalismo político foi possível e desejável internamente, dentro das novas características do quadro político inaugurado. Quebrada a legitimidade da dominação política vigente, justificada a partir dos direitos monárquicos, a classe dirigente foi capaz de utilizar o mecanismo da ampliação do regime representativo como meio de manter a eficácia e validade de sua posição perante a coletividade.

Revoltas

Para Camargo (4), na transição entre o Império e a República, eclodem movimentos camponeses de cunho messiânico como

o de Canudos e de Juazeiro. Diante dos cataclismas naturais, e de uma marginalidade regional que desenraíza a população rural, a comunidade desfeita se reorganiza em novos moldes, sob a égide de um chefe, ao mesmo tempo religioso e civil. O movimento ideologicamente integrado, mas politicamente difuso, eclode naquele momento histórico singular em que uma nova classe política, sediada no Centro-Sul, desloca os setores mais decadentes do Nordeste, e em que o despontar de um novo regime, pouco promissor para a região, aguça a nostalgia de um passado perdido.

No entanto, para os grupos urbanos mais modernizantes, partidários de uma democracia liberal e de um governo soberano, os revoltosos representam uma incontrolável explosão de barbárie, que revela o atraso das populações interioranas e ainda mais acentua a necessidade de se manterem os vínculos que os ligavam às civilizações mais avançadas do mundo. E por isso os combatem, submetendo o padre Cícero às leis terrenas e da hierarquia papal, e o Conselheiro a uma luta sem tréguas que só se decide com o extermínio.

Assim transcorre a primeira fase da jovem República, a do triunfalismo oligárquico, embalado pela aliança do café com leite, segundo acordo bem implantado por seu artífice Campos Salles. E as vozes do mais intenso protesto camponês morrem com o Conselheiro no empobrecido Nordeste. A política dos governadores, que apressa a integração dos estados ao Estado, verticaliza também as relações sociais: consolida de tal forma a liderança do chefe regional, nos estados, e do coronel, no município, através

das bem montadas máquinas políticas, que praticamente "feudalizam" o campesinato, tornando-o totalmente dependente de uma política de clientela que, sob condições de lealdade e conformidade absoluta, lhe delega o usufruto parcial da terra, e alguns outros bens e serviços. Nas zonas rurais mais pobres, diante da penúria geral, amplas camadas acomodam-se às precárias condições de existência.(5)

Em uma segunda etapa, a República oligárquica enfrenta sérias e continuadas crises. Efetivamente, com a entrada do Rio Grande do Sul no conjunto dos grandes estados, desestabiliza-se o pacto de poder entre São Paulo e Minas, arrastando, muitas vezes para caminhos imprevistos, o segundo escalão, constituído, sobretudo pelos ex-poderosos aliados com a República: Pernambuco, Bahia e Estado do Rio. Em contraposição à crise das alianças, os centros de poder se fortalecem, respondendo em parte ao protesto crescente de populações rurais e urbanas. Assim, as unidades estaduais se consolidam com o fortalecimento das políticas para combater o cangaço, em franca expansão. Da mesma forma, o poder central se reforça com Bernardes, graças a uma Reforma Constitucional que em 1926 lhe amplia os poderes, e aos instrumentos especiais que utiliza para garantir a continuidade sucessória, e para combater o tenentismo, que mina os fundamentos da política oligárquica, abalando a natural submissão da cúpula do Exército às autoridades constituídas.(6)

Uma vez mais, como no início da República, verifica-se a total dissociação entre as formas de protesto rural e contestação urbana. Nem o movimento operário nascente, nem os tenentes, sensibilizam-se com os "bandidos cangaceiros",

considerados fascínoras que, quando mortos, são expostos nas cidades a um público indiferente ou hostil. De igual maneira, o bando de Lampião, quando em contacto com a Coluna Prestes, no Nordeste, ou lhe é indiferente ou a hostiliza, dispendo-se a barganhar serviços com o governo em troca de favores e protecção.(7)

A crise do pacto oligárquico desemboca na Revolução de 1930. No entanto, nunca é demais insistir que a ruptura resulta muito mais da necessidade de um reajustamento que compatibilize as camadas urbanas em expansão e os grupos regionais excluídos pela expansão do aparelho do Estado, já em curso, do que da pressão pelo alijamento de poderosos grupos regionais do jogo de poder.

Estrutura Económica

De acordo com Souza (8), a Constituição Brasileira de 1891 impôs a forma federativa de governo e a importância dos estados para a recém-inaugurada ordem política. A imagem do estado, a sua importância, seu controle político, foram os principais temas de congressistas e juristas responsáveis pela elaboração da Carta Constitucional. Esta assegurava a cada estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários.

Os inúmeros direitos estaduais compunham a seção intocável da Constituição republicana. Os embates violentos e as

cisões políticas havidas no correr da história do período, fizeram-se certamente em torno do princípio da autonomia estadual.

A Constituição instaurou, por outro lado, o presidencialismo. Fez assim a passagem de um regime monárquico, que resguardava contra os interesses da política o posto do chefe supremo da nação, para uma estrutura que se firma e revigora nas sucessões presidenciais, momentos decisivos da vida política que se inaugurava.

Ao instituir o regime representativo democrático, as leis republicanas abriam - embora apenas formalmente - a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado.

O Brasil, marcado pelas características de seu desenvolvimento como colônia exportadora de matérias-primas, apresentava-se como um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada uma dos embalos da demanda externa para a determinação de seu peso e importância na economia do país. Cada unidade produtora atrelava-se ao mercado internacional, indiferente à sorte das demais e independente delas. Quando o elo que as ligava - o mercado nacional de escravos - se desfez, resultou o país composto de pequenas seções justapostas, que conservavam entre si alguns frágeis vínculos, suficientes apenas para que a nação não se desintegrasse totalmente.(9)

Dentre as regiões produtoras, principalmente a cafeeira, suas necessidades de expansão, estimuladas pelo mercado externo, estavam contidas pela rígida centralização monárquica.

Nesse sentido, o movimento republicano, ao lutar pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional sem as injunções da União, simbolizava as reivindicações daquele setor.

A estrutura econômica, baseada no setor cafeeiro, apresentava, porém, características diversas das anteriores, embora ainda definida pelo latifúndio e voltada para o mercado externo. Assumia nova configuração, desde que o país detinha a liderança da exportação mundial do café e a produção agrícola passava a se basear no braço assalariado. A primeira condição assegurava aos produtores uma certa margem de manobra em relação ao mercado exterior quanto às medidas de defesa dos níveis de renda e de emprego do setor cafeeiro, concretizadas durante todo o período na "política de valorização do café". Por outro lado, organizada a base do trabalho assalariado, que permitia melhor utilização dos fatores de produção já existentes no país, o quadro cafeeiro propiciou o desenvolvimento de um núcleo urbano-industrial.(10)

O que nos interessa estabelecer aqui, todavia, é que o quadro político republicano não deve ser entendido como uma série de momentos de suposta luta entre interesses contraditórios do setor exportador e urbano interno. Ligado umbilicalmente à economia cafeeira, crescendo à sombra de sua política econômico-financeira, o setor interno não apresentava qualquer oposição fundamental à estrutura vigente. Como a evolução do sistema industrial se fez nitidamente vinculada à economia exportadora, surge como problema o estabelecimento de eventual diferenciação

ideológica entre seus representantes. A análise da política republicana se torna mais frutífera na medida em que se questiona a natureza e o significado dos laços de solidariedade existente entre a estrutura agrária e a urbana nascente. Desse modo, é possível rever também a noção geralmente aceita de que, à semelhança da revolução burguesa no desenvolvimento capitalista europeu, os interesses urbanos pudessem por si só dismantelar, em 1930, o regime político agrário tradicional.

O desenvolvimento econômico assim entendido, definido no período que nos interessa pela fase de expansão do setor cafeeiro, será o marco de referência sócio-política da Primeira República.

Dadas as linhas gerais que definem o quadro legal e econômico, resta ainda apontar os grupos condutores do processo político republicano. Eram de um modo geral, os mesmos grupos políticos civis do Império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios, especialmente os de propriedade, acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política.

Depois de anos de incidentes e de tentativas para participar na vida política do país, o exército derrubou o Imperador e a Monarquia, com o consentimento ou alívio de grande parte dos setores influentes da nação. O golpe vitorioso de Deodoro da Fonseca tornava clara a eficácia do instrumento militar para as providências ou forças de mudanças de regime.

Industrialização

De acordo com Albuquerque (11), a industrialização no Brasil, pelo menos até 1920, esteve intimamente relacionada com o desenvolvimento agrícola. Foi somente com o desenvolvimento da cultura do café no Centro-Sul que se criaram as condições para o início de uma industrialização. Foi o café que possibilitou primeiramente a criação de um mercado para produtos manufaturados. Este mercado foi, por sua vez, resultado de três fatores principais: a) a elevação na renda per capita no Centro-Sul, b) uma maior especialização das unidades econômicas e c) a extensão em termos geográficos do mercado, através da criação de uma infra-estrutura ferroviária. Todos esses fatores, foram subprodutos da introdução e desenvolvimento do café no Centro-Sul.

Foi o café que, através da criação de um setor importador/exportador, permitiu o aparecimento de uma estrutura de distribuição para produtos industrializados, sem o qual é pouco provável que tivesse surgido uma indústria nacional. Foi o café - através das correntes migratórias que provocou, especialmente de imigrantes europeus - que forneceu a mão-de-obra para a indústria nascente. E, ainda, foi o café que indiretamente possibilitou a importação de matérias-primas que a indústria nascente necessitava, como por exemplo o carvão, o trigo e produtos químicos. Foi também o café que, vinculado com a crescente urbanização, em termos europeus, modificou qualitativamente o mercado no sentido de aumentar a demanda potencial para produtos mais sofisticados, no mais das vezes,

industrializados, o que criou as condições para que algumas indústrias surgissem no Centro-Sul. E, finalmente, foi o café que possibilitou a importação de equipamentos, sem os quais não poderia ter acontecido a industrialização.(12)

A primeira indústria a ter relevância foi, à semelhança dos países europeus, a indústria de tecido de algodão. Mais tarde, com a crescente urbanização e europeização de nossas cidades, a indústria alimentícia assume a liderança. É o período do desenvolvimento dos moinhos de trigo, das fábricas de massas alimentícias, das cervejarias. Liderado por essas indústrias, nosso desenvolvimento industrial prosseguiu sempre ligado por um cordão umbilical ao setor primário - exportador. Quando este último entrava em crise, o setor industrial tinha sua taxa de crescimento reduzida; quando, ao invés, este entrava em ascensão, a taxa de crescimento industrial subia.

"Café-com-Leite"

Para Baleeiro (13), a política de "café com leite" era o nome que se dava, antes de 1930, ao pacto silencioso entre Minas Gerais e São Paulo, pelo qual os dois mais poderosos e fortes estados se revezavam por seus filhos na Presidência da República, que esteve por 12 anos nas mãos de representantes do primeiro daqueles dois Estados, isto é, nos 3 quadriênios seguidos de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves (1895-1906). Este não conseguiu que o sucedesse outro paulista, Bernardino de Campos, sendo obrigado a aceitar a candidatura de Afonso Pena.

Daí por diante, deveria persistir a rotação São Paulo-Minas Gerais, com um quadriênio presidencial para cada estado. Contudo, Afonso Pena teve a veleidade de conservar com Minas o cargo, transferindo-o a seu Ministro David Campista, o que teve como resultado a candidatura militarista de Hermes da Fonseca.

Mas, depois deste, funcionou a política do "café-com-leite" - Wenceslau Braz, de MG (1914-18); Rodrigues Alves, SP (eleito pela 2a vez, 1918-22, mas que faleceu sem tomar posse, rompendo-se o pacto daí surgindo Epitácio Pessoa, PB (1919-22); Arthur Bernardes, MG (1922-1926) e Washington Luiz, SP (1926-30).

O paulista Washington Luiz cometeu o erro de impor, para sua sucessão, outro político de SP, Júlio Prestes. Mas, o governador de MG, Antonio Carlos, ressentido com a preterição, segundo a política de "café-com-leite", instigou a candidatura do Governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Vencido, este, aliado a MG e a PB, com apoio dos revolucionários exilados desde 1922 e 1924, desfechou o movimento vitorioso de 1930, pondo por terra a 1a República, daí por diante chamada de "República Velha".

A IMPRENSA AGRÍCOLA NA 1ª REPÚBLICA

Grande Imprensa

Para Sodré (14), a passagem do século assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, com folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa nas relações de produção: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte.

O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução do número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas. Acontece ainda, particularmente nas fases de inquietação política - as sucessões principalmente -, mas em dimensões muito mais reduzidas do que nos séculos XIX. É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.

A ascensão burguesa acompanha, necessariamente, o lento desenvolvimento das relações capitalistas no país e sofre tortuoso processo, que nada tem de contínuo ou de harmonioso. Ao mesmo tempo, padece da normal antecipação do econômico sobre o político, isto é, sofre os reflexos de uma burguesia economicamente ascensional, embora sem continuidade, mas ainda politicamente débil. Essa disparidade por defasagem define-se no problema político essencial, que é o problema do poder. Esse aspecto tem interesse particular no desenvolvimento da imprensa, porque o poder afeta diretamente tal desenvolvimento.

A imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional. O traço burguês da imprensa é facilmente perceptível, aliás, nas campanhas políticas, quando acompanha as correntes mais avançadas, e em particular nos episódios críticos, os das sucessões. O problema, cuja a complexidade é indiscutível, revela-se, assim, na questão política sempre séria que é a sucessão dos chefes de Estado, questão que assume sempre aspectos graves e, com o passar dos anos, feição definitivamente turbulenta: no fundo dessa turbulência reside o problema do poder.(15)

Imprensa Tardia

Melo (16), analisando a questão do retardamento da instalação da imprensa no Brasil, a partir das interpretações de Werneck Sodré, considera que, no conjunto dos estudos históricos

sobre jornalismo brasileiro, vamos encontrar um único autor, cuja análise do fenômeno do retardamento da imprensa em nosso país denota uma posição original, destoando dos demais pesquisadores. Trata-se de Nelson Werneck Sodré, responsável por significativas contribuições à história da imprensa nacional. Sua obra reúne um acervo de informações de grande valor, não apenas por englobar todos os períodos da evolução do nosso jornalismo, mas também pela própria metodologia adotada, o que oferece outras orientações para o estudo da comunicação impressa e da comunicação de atualidades no panorama do desenvolvimento cultural do Brasil.

Segundo Melo, a interpretação de Sodré caracteriza-se por uma diretriz eminentemente econômica. Ele defende a idéia de que a imprensa constitui, nos seus primórdios, uma decorrência da estruturação do capitalismo, convertendo-se pouco a pouco em instrumento da sociedade por ele gerado. Logo, a atividade capitalista representa condição indispensável para a existência e o desenvolvimento da imprensa.

Partindo dessa premissa, entende Sodré que o Brasil-Colônia não apresentava uma situação econômico-social capaz de propiciar o advento da imprensa, sobretudo em face do escravismo dominante. Esse aspecto, na sua opinião, afigurava-se como obstáculo mais poderoso que os impedimentos oficiais determinados pelas autoridades metropolitanas.

Comparando a posição da imprensa na América Espanhola e Portuguesa, ele diz que tanto a imprensa como a universidade foram instrumentos através dos quais os colonizadores procuraram impor suas respectivas culturas, destruindo ou sufocando as

culturas locais, onde encontraram civilizações adiantadas. No Brasil, essa necessidade não ocorreu, pois os portugueses aqui surpreenderam comunidade primitivas, na idade da pedra lascada. Daí a inexistência de tipografias e universidades no período colonial brasileiro.

No entanto, o elemento fundamental da sua argumentação é o vínculo indissolúvel entre imprensa e capitalismo. No caso brasileiro, ele explica o fenômeno como consequência natural da "ausência de capitalismo, ausência de burguesia", enfatizando: "só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu".

Inegavelmente, as hipóteses levantadas por Sodré revestiram-se de singularidade, dentro dos marcos conceituais até então utilizados pelos estudiosos da nossa imprensa. A maioria dos pesquisadores da evolução do jornalismo nacional situa-se numa perspectiva que valoriza apenas os aspectos de natureza política. Introduzindo uma abordagem econômica, ele traça novos caminhos para um reexame das teorias aceitas e acatadas tradicionalmente.(17)

Imprensa e Capitalismo

Habermas, analisando a questão da imprensa no regime capitalista, concluiu que: "a história dos grandes jornais diários, na segunda metade do século XIX, prova que a imprensa, na medida em que se comercializa, torna-se ela própria, manipulável. A partir do momento em que a venda da parte noticiosa fica em relação recíproca com a venda de anúncios,

a imprensa, que era até então uma instituição de indivíduos particulares como sendo o do público, torna-se instituição de uma determinada parte do público, dos indivíduos particulares, a saber, como ponto avançado dos interesses privilegiados privados, voltados para a opinião pública".(18)

O aparecimento da circulação de notícias na sociedade capitalista e sua comercialização estão ligados à própria introdução do novo modo de produção na fase mercantilista: a notícia não somente acompanha o trânsito de mercadorias, mas torna-se ela também mercadoria na criação de mercados e feiras do capitalismo iniciante. Considera-se jornalismo propriamente dito a atividade que surge em segundo momento da produção empresarial de notícias, e que se caracteriza pelo uso do veículo impresso para fins - além de econômicos - políticos e ideológicos. Somente no momento em que a imprensa passa a funcionar como instrumento de classe é que ela assume o seu caráter rigorosamente jornalístico.(19)

O noticiário econômico é orientado para a produção moldado pelo empresário, pelo acionista, pelos advogados das empresas, pelo especulador da bolsa, comunicação sobre câmbio, balanços de matérias-primas, notícias sobre negócios e mercados. Ele traz quando muito, informações sobre o consumidor não para o consumidor. Isto vai até a satisfação dos desejos relativos à "public relations" da indústria. Uma análise das causas econômicas que ultrapasse o registro superficial de uma análise de conteúdo, chega, ao contrário, ao seguinte resultado: a imprensa organizada, segundo a economia privada:

- não analisa a situação do trabalhador no capitalismo, mas a encobre em interesse da empresa de economia privada;
- não esclarece os consumidores, mas os educa para serem compradores passivos das mercadorias oferecidas no interesse da exploração capital;
- não levanta perguntas que estejam fora dos espaços limitados pelo diferentes interesses do empresário;
- não fornece informações que possam levantar dúvidas em relação à racionalização do sistema capitalista.(20)

"Publicidade" Agrícola Oficial

De acordo com Vieira (21), com a proclamação da República, a publicidade agrícola oficial - como era assim chamada - desenvolveu-se atraindo cada vez mais o interesse dos periódicos particulares. A imprensa ampliada e melhor esclarecida, e com seu espaço consolidado, já não trata a agricultura como "hóspede importuno". Evoluiu de tal maneira que, desde aquela época até os tempos atuais, inúmeros jornais e periódicos especializados em agricultura são publicados largamente em todo o país.

Com a Lei No. 1606, de 19 de setembro de 1906, foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, organizado três anos depois, pelo Decreto No. 7051, de 12 de agosto de 1909. O seu primeiro titular, Cândido Rodrigues, salientava que "deveriam ser atendidos na organização do novo departamento da União os serviços de Informação, Publicidade e Propaganda". Desta forma, foi criada a Seção de Publicidade e Bibliotecas, com o objetivo precípua de realizar a impressão das publicações do Ministério, a distribuição sistemática destinada à propaganda agrícola e à divulgação de informações e conhecimentos úteis à lavoura, à indústria e ao comércio, e também organizar todo o acervo da biblioteca.

O Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio apareceu em janeiro de 1911, que assim explicava as suas atribuições:

"O Boletim será distribuído gratuitamente às repartições públicas, bibliotecas, corporações científicas, institutos de ensino e a todas as pessoas interessadas em assuntos agrícolas, industriais ou comerciais. O Boletim conterá, além de sinopse de todos os atos do governo federal, expedidos pelo Ministério da Agricultura, memoriais e artigos originais, traduções, transcrições, dados estatísticos, notícias e informações sobre agricultura, indústria e comércio, quer com relação ao Brasil, quer ao estrangeiro, de forma a constituir uma fonte de consulta e divulgação dos conhecimentos úteis aos lavradores, industriais e comerciantes".(22)

A partir desta data, 1911, até 1930, o Serviço de Divulgação do Ministério da Agricultura passou por diversas modificações e direções. Contudo, o seu discurso sempre privilegiava o papel da imprensa como mola propulsora do desenvolvimento agrícola, conjugada com outras formas de divulgação. Em 1912, o dirigente do órgão protagonizou o seu discurso de final de ano com os seguintes dizeres:

"O progresso da agricultura e de algumas indústrias, que, incontestavelmente, encontram em nosso meio valioso elemento de vida é, com efeito, o resultado da propaganda tenaz que se tem feito...o jornal, o folheto, a revista penetrando em todos os núcleos de produção, iniciaram a obra em prol da renovação agrícola...a lavoura enfim compreendeu a necessidade de seguir nova orientação, aproveitando-se de recursos que a ciência lhe oferece, para tornar mais proveitosas as explorações, mais abundantes as colheitas, com menor dispêndio de energia e capitais".(23)

Em 1925, outro dirigente do órgão, assim se expressava em relatório ao ministro:

"Imperativa é a necessidade que tem o Brasil de multiplicar a sua produção. O fomento agrícola e pastoral, tem que ser feito sob moldes mais diversos. Além dos órgãos de propaganda e ensinamento agrícola de que já dispõe o Ministério, urge pôr em prática outros processos novos, já adotados com os melhores resultados". "A propaganda para o aumento e melhoramento da produção brasileira e conhecimento das nossas imensas riquezas naturais pode e deve ser feita tanto por um serviço de publicações, inteligente, metódico e intensivo, como também por meio de cinematografia que tão bons resultados tem alcançado em

outros países".(24)

No ano de 1929, o então Ministro da Agricultura, Lyra Tavares, preconizava a vantagem da publicidade e reclamava do Presidente da República, em relatório, mais recursos para esta atividade:

"Não dispondo o serviço de verba para adquirir publicações de propaganda agrícola e ensinamento de autoria particular, e contando apenas com o material que edita em suas oficinas tipográficas, é, contudo o animador o número das que anualmente distribui. Porém é digno de registrar o interesse que particulares têm demonstrado para obter publicações, o que, naturalmente, demanda mais recursos".(25)

Neste histórico da informação agrícola desde o Império até a data de 1929, os discursos dos mais diversos matizes são autoeloquentes ao prescreverem que a notícia é sinal de desenvolvimento e de prosperidade para a agricultura e demais setores produtivos. A todo momento, o elo de ligação entre imprensa e expansão de mercadorias é evidenciado.

Publicações Privadas

Várias são as publicações da iniciativa privada e de organismos estatais que surgem a partir da Proclamação da República, em 1889, especializadas em agricultura e assuntos correlatos. A Constituição que entra em vigor no Brasil em 1891 é tida como liberal por ter sido inspirada na constituição norte-americana. A entrada de capitais estrangeiros no país sofre poucas restrições e a agricultura - carro-chefe da economia - recebe os primeiros impactos desses investimentos, fazendo inclusive eclodir um incipiente mercado editorial agrícola em moldes capitalistas, com anunciantes e patrocinadores.

Mencionaremos abaixo os principais periódicos dessa fase especializados em agricultura e assuntos afins:

. em 1897, no Rio de Janeiro, começa a ser editado A Lavoura, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

. em 1905, surge La Hacienda editada em espanhol e inglês, cujo editor era de Nova York. Em 1910, A Fazenda passa a ser editada em português, e em 1961 com o título de Dirigente Rural;

. em 1909, Memórias do Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro passaram a ser editadas;

. em 1909, a Revista Solo, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, passou a ser editada, em Piracicaba-SP;

. em 1910, Chácaras e Quintais, em São Paulo, pela Editora Chácaras e Quintais Ind. Ltda;

. em 1910, surge também Evolução Agrícola, em português e francês, cujos temas tratados eram Agricultura, Indústria e Comércio, tendo como responsável editorial o Sr. Georges Lion;

. em 1915, Os Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, passaram a ser editados;

. em 1916, surge Brasil Agrícola, no Rio de Janeiro, editado pela Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura;

. em 1918, Memórias do Instituto Butantan de São Paulo, passaram a ser editadas;

. em 1926, Revista de Agricultura, em Piracicaba-SP, passou a ser editada;

- . em 1929, surge Agricultura e Pecuária, no Rio de Janeiro, editada pela Associação de Criadores de Gado Jersey;
- . em 1929, surge Anais da Academia Brasileira de Ciências, no Rio de Janeiro, editado pela própria Academia;
- . em 1930, Revista dos Criadores, passou a ser editada pela associação brasileira de criadores, em São Paulo-SP;
- . em 1930, Revista do SEITE, pela Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre-RS.

Vamos analisar alguns jornais dessa época, para retratar o conteúdo do discurso agrícola, a partir do início da Primeira República.

O jornal A Lavoura, publicação mensal da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira, em seu ano 1, n. 1, Rio de Janeiro em 1897, publicou o seguinte editorial:

"A LAVOURA"

"A publicação, que ora encetamos, do boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, intitulado A Lavoura, é, para a vida desta associação, que tomou por divisa um dos mais fortes laços que devem apertar os collectivos esforços de sua propaganda e de sua acção incessante. Esperamos que ella corresponderá a uma verdadeira necessidade publica, vindo satisfazer as maiores e mais urgentes reclamações da cultura do solo brasileiro.

De tres ordens serão sempre os escriptos que ahi se encacharão estampados: os que encerrem resultados, methodos e melhoramentos ou investigações scientificas e agronomicas; os que propaguem o vulgarisem os conhecimentos uteis já existentes em outros paizes ou na nossa patria; e, enfim, os dados reaes, positivos e elementares de toda a ordem que se devam tornar em acção agricola.

Haverá theoria e haverá pratica.

Aos primeiros escriptos corresponderão os trabalhos dos laboratórios, dos campos de experiencia e demonstração, das estações agronomicas, da microscopia, da metereologia, das resistencias de materiaes, etc.

Aos segundos - os de mais vasto campo ou das lições e da propaganda - responderão os mestres e vulgarisadores de toda parte, os passos collaboradores nacionaes e estrangeiros.

Aos terceiros pertencerão as demonstrações de quaesquer necessidades agrarias e as respostas ou soluções que a Sociedade Nacional de Agricultura procurará dar em cada assumpto concreto, attendendo a occasiões e logares.

Assim haverá o lado da aridez apparente dos algarismos e das difficuldades da sciencia pura ou experimental, a mais amena das leituras, que poderemos chamar a Litteratura Rural.

De permello com esses escriptos originaes, faremos as transcripções ou traducções que acharmos convenientes, tanto de tratados agronomicos, como dos bolletins e revistas, do paiz e do estrangeiro.

E a par dos mais uteis escriptos publicaremos resumos, mais ou menos desenvolvidos, das conferencias que semanalmente faz a Sociedade Nacional de Agricultura no recinto da Escola Polytechnica Federal, ou daquellas que, em qualquer outro ponto do territorio da Republica, se venham a realizar no interesse da agricultura, da criação ou das industriaes ruraes, assim como o expediente, as actas das sessões, ordens e estudos da sociedade. Deixaremos, entretanto, as noticias ou de effeito immediato para a imprensa diaria e a publicação na integra das conferencias, dos escriptos especiaes ou didacticos e das longas monographias para edições em folhetos ou em livros..."(26)

A LAVOURA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Bolletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira

“A LAVOURA,”

A publicação, que ora encetamos, do bolletim da Sociedade Nacional de Agricultura, intitulado *A Lavoura*, é, para a vida desta associação, que tomou por divisa *Viribus unitis*, um dos mais fortes laços que devem apertar os collectivos esforços de sua propaganda e de sua acção incessantes. Esperamos que ella corresponderá a uma verdadeira necessidade publica, vindo satisfazer as maiores e mais urgentes reclamações da cultura do solo brasileiro.

De tres ordens serão sempre os escriptos que ahi se acharão estampados: os que encerrem resultados, methodos e melhoramentos ou investigações scientificas e agronomicas; os que propaguem ou vulgarisem os conhecimentos uteis já existentes em outros paizes ou na nossa patria; e, emfim, os dados reaes, positivos e elementares de toda a ordem que se devam tornar em acção agricola.

Haverá theoria e haverá pratica.

Aos primeiros escriptos corresponderão os trabalhos dos laboratorios, dos campos de experiencia e de demonstração, das estações agronomicas, da microscopia, da meteorologia, das resistencias de materiaes, etc.

Aos segundos — os de mais vasto campo ou das lições e da propaganda — responderão os mestres e vulgarisadores de toda parte, os nossos collaboradores nacionaes e estrangeiros.

Aos terceiros pertencerão as demonstrações de quaesquer necessidades agrarias e as respostas ou soluções que a Sociedade Nacional de Agricultura procurará dar em cada assumpto concreto, attendendo a occasiões e logares.

Assim haverá, ao lado da aridez apparente dos algarismos e das difficuldades da sciencia pura ou experimental, a mais amena das leituras, que poderemos chamar a *litteratura rural*.

De permeio com esses escriptos originaes, faremos as transcripções ou traducções que acharmos convenientes, tanto de tratados agronomicos, como dos bolletins e revistas, do paiz e do estrangeiro.

E a par dos mais uteis escriptos publicaremos resumos, mais ou menos desenvolvidos, das conferencias que semanalmente faz a Sociedade Nacional de Agricultura no recinto da Escola Polytechnica Federal, ou daquellas que, em qualquer outro ponto do territorio da Republica, se venham a realizar no interesse da agricultura, da criação ou das industrias rurales, assim como o expediente, as actas das sessões, ordens e estudos da sociedade. Deixaremos, entretanto, as noticias quotidianas ou de effeito immediato para a imprensa diaria e a publicação na integra das conferencias, dos escriptos especiaes ou didacticos e das longas monographias para edições em folhetos ou em livros.

As queixas ou reclamações que nos cheguem de qualquer parte do Brazil ou do estrangeiro com relação a interesses agricolas, ao mesmo tempo que serão por nós estudadas, no que interesse a publicação serão dadas a estampa, com endereço a quem tenha competencia para resolver as citadas difficuldades ou para remover os impecilhos ou obstaculos que se opponham ao progresso agronomico de nessa patria.

A Sociedade Nacional de Agricultura é assim; um seio materno em que se podem abrigar todos os lavradores e todos os amigos

O editorial do jornal A Lavoura é muito rico em termos de proposta jornalística. Tanto abre o jornal para publicação de conhecimentos técnicos e científicos adquiridos no país e no exterior, como para anúncio de publicidade.

A Lavoura é um primeiro retrato do que vem a ocorrer com a imprensa agrícola, depois de proclamada a República em 1889.

Deixando de existir a burocracia do Império, capitais nacionais e internacionais aumentaram seus investimentos na agricultura na tentativa de modernizá-la, e os reflexos na imprensa são imediatos, já que surgem os primeiros anunciantes, dando certa autonomia editorial aos jornais e periódicos na República Velha.

As publicações agrícolas durante a República Velha, basicamente, seguem a mesma linha editorial preconizada pela A Lavoura

Vejamos mais dois exemplos:

Em janeiro de 1910, no seu ano 1, N. 1, Chácaras e Quintais, sinteticamente publicou o seguinte editorial:

"Com este número inicia-se a publicação regular da revista CHACARAS E QUINTAES e começa a correr as assignaturas. A tiragem ordinaria é de 10.000 exemplares que serão remetidos para todos os recantos do Brasil.

Em 80 cidades do Estado de São Paulo e nos principaes centros dos outros Estados temos agentes cuja relação completa publicaremos proxivamente.

Estão ao nosso serviço quatro viajantes; temos representantes em todos os Estados Brasileiros e uma apresentação exclusiva na Bahia; no Rio de Janeiro temos uma agencia de representação na Casa Laemmert & C. (Rua do Ouvidor n. 100).

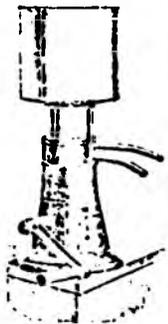
Donde se vê que Chacaras e Quintaes pode encontra-se á venda quasi por toda parte.

Entretanto estamos dispostos a nomear agentes e representantes em todas as localidades onde não temos.

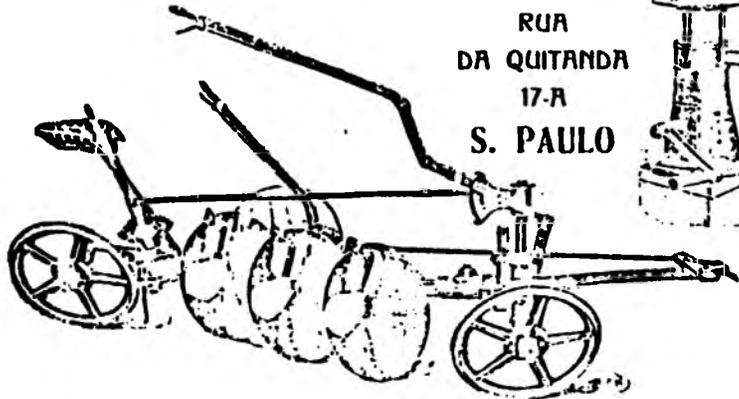
Basta apresentar uma proposta e boas referencias.

HENRY ROGERS SONS & C.º L.º

Aradas Reversíveis CHATTANOOGA, Arados de Disco, Semeadeiras, Grades
Cultivadores Planet, Motores à Kerozene, Molinos para Café e Milho, Máquinas
de picar Cana a Capim, Desnatadeiras BALTICO, Batedeiras para Mantelga



RUA
DA QUITANDA
17-A
S. PAULO



Chacaras e Quintaes

ASSIGNATURAS:
Brasil 10\$000
Estrangeiro 20 francos

ANNO I — JANEIRO DE 1910 — N. 1
Editor: CONDE AMADEU A. BARBIELLINI
Direção e Redação: 55, R. Boa Vista - S. Paulo - Brazil

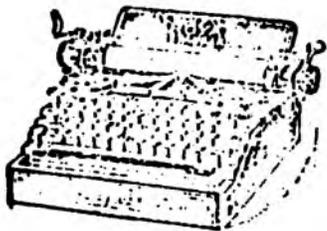
ANNUNCIOS:
Pedir os preços à
administração



S. Ex. Dr. Antonio de Padua Salles, lavrador
D. Secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo

TIRAGEM DESTA NUMERO: 13.500 EXEMPLARES
DISTRIBUIDOS HOJE 1 DE DEZEMBRO DE 1909

Ilustração nº 06



À importância da Opinião Publica

Altos juros com pequeno capital

O grande desenvolvimento nas vendas da machina de escrever
ROYAL STANDARD

não se explica senão pela importância da opinião public...
As innumerables recompensas conquistadas em todos os concursos e exposições; o grande numero de pessoas que fazem

uso diario da **ROYAL STANDARD** a ponto de faltarem no mercado, embora sua fabrica trabalhe dia e noite.

Tudo isso prova que a **ROYAL STANDARD** é verdadeiramente superior a todas.
Acompanhe a marcha da Royal Standard. — A Royal Standard está à frente do progresso.

REPRESENTANTES PARA O ESTADO DE S. PAULO

MORAES & PICCHIELLO
(CASA AMERICANA)

RUA DE S. BENTO, 41 □ S. PAULO □ CAIXA, 188

Damos todas as informações e detalhes precisos

63-A

Ilustração nº 07

TOMO PRIMERO

DINAGRI

NÚMERO 1

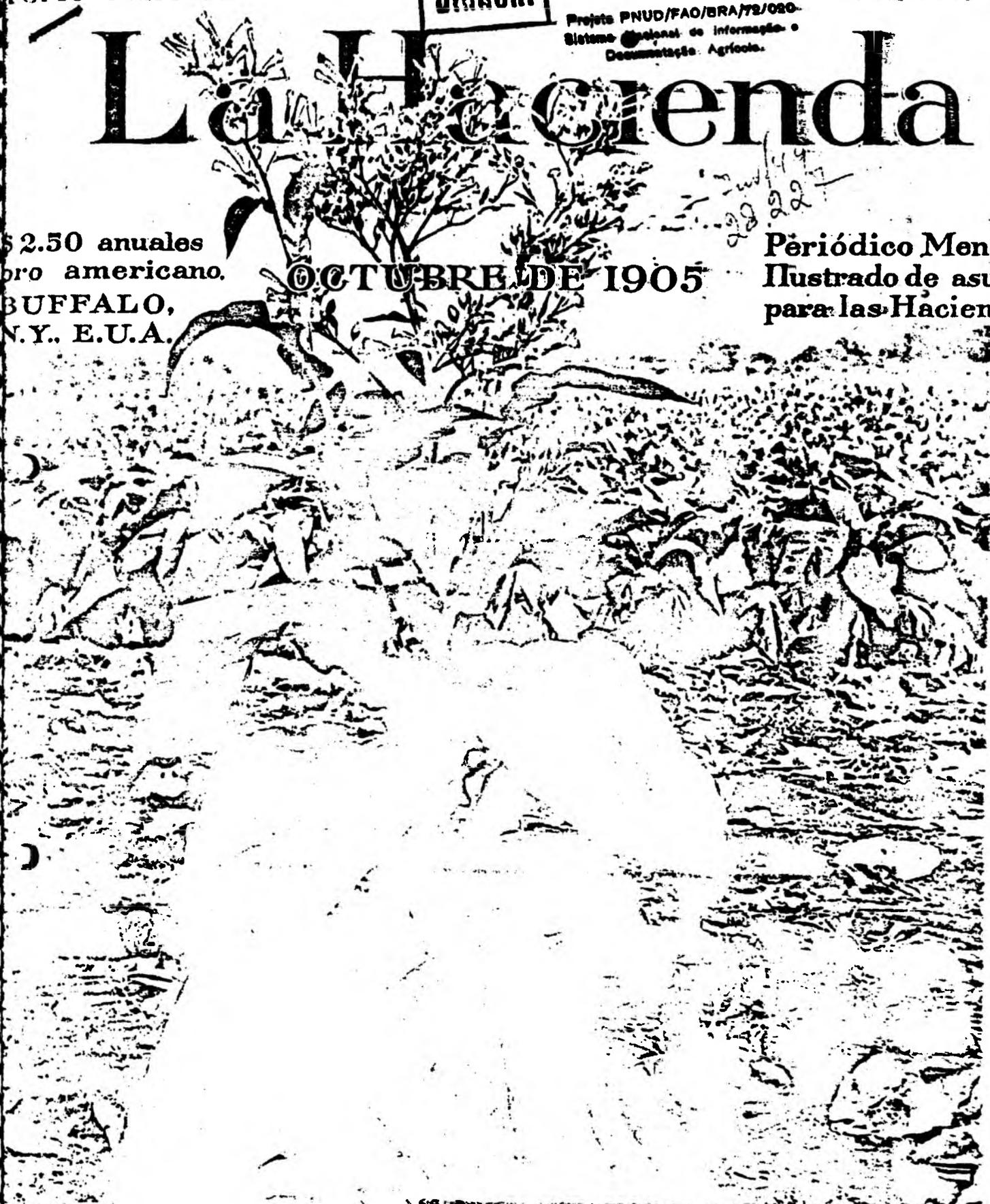
Projeto PNUD/FAO/BRA/72/020
Sistema Nacional de Informação e
Documentação Agrícola.

La Hacienda

\$ 2.50 anuales
para el americano.
BUFFALO,
N.Y. E.U.A.

OCTUBRE DE 1905

Periódico Mensual
Ilustrado de asuntos
para las Haciendas



A Fazenda

Ilustração nº 08

REVISTA MENSAL DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUSTRIAS RURAES E COMMERCIO

VOL. I ANNO. 12000

JUNHO - 1910

AVULSO 12000 N. 1



Alem da tiragem ordinaria imprimiremos de 2 a 4 mil exemplares em mais de cada numero para a propaganda.

Desta vez remettemos o fasciculo aos dois mil e quinhentos senhores que pediram mudas de arvores fructiferas e ornamentaes á Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo.

São elles, na maioria, proprietários de chacaras, quintaes, hortas e terrenos, ou pessoas dedicadas e inteligentes que pertencem a categoria dos que muito se interessam por uma publicação como a nossa.

Assim esperamos que todas essas pessoas queiram figurar ao numero dos nossos assignantes, contribuindo dessa maneira, para que a revista se torne sempre mais bella e mais attrahente."(27)

Brasil Agrícola, em seu ano 1, N. 1, em 1916, publicou, resumidamente, o editorial abaixo transcrito, o qual mantém em substância a mesma linha dos anteriores.

"A Agricultura na sua mais lata accepção, compreendendo a lavoura, a pomieultura, a horticultura, a floricultura, a pecuária, a avicultura, a apicultura, bem como as sciencias e industrias conexas, do solo e do subsolo, - eis o vasto campo em que havemos de laborar, mas sempre usando de preferencia, os instrumentos da informação pratica e verdadeira, do aviso util e adequado ao nosso meio, da illustração nítida, instructiva e deleitosa.

Difficil tarefa sabemos que tomamos sobre os hombros, mormente nesta época de crise universal, em que os espiritos se conturbam, as energias se desviam, as esperanças desfallecem e reinam a desconfiança e o desanimo, por toda parte.

Em consequencia os proprios elementos materiaes são mais escassos e preciosos para uma empreza como esta, que demanda, em qualquer tempo, um capital relativamente grande, aperfeiçoados recursos de arte, e esforços mil de inteligente actividade.

Mas, felizmente, conseguimos reunir elementos assaz ponderáveis e firmes, encontramos collaboradores que nos encorajam e é enorme a nossa fé no bom gosto do publico, no seu amor pelo que é bom, no desejo de progredir..."(28)

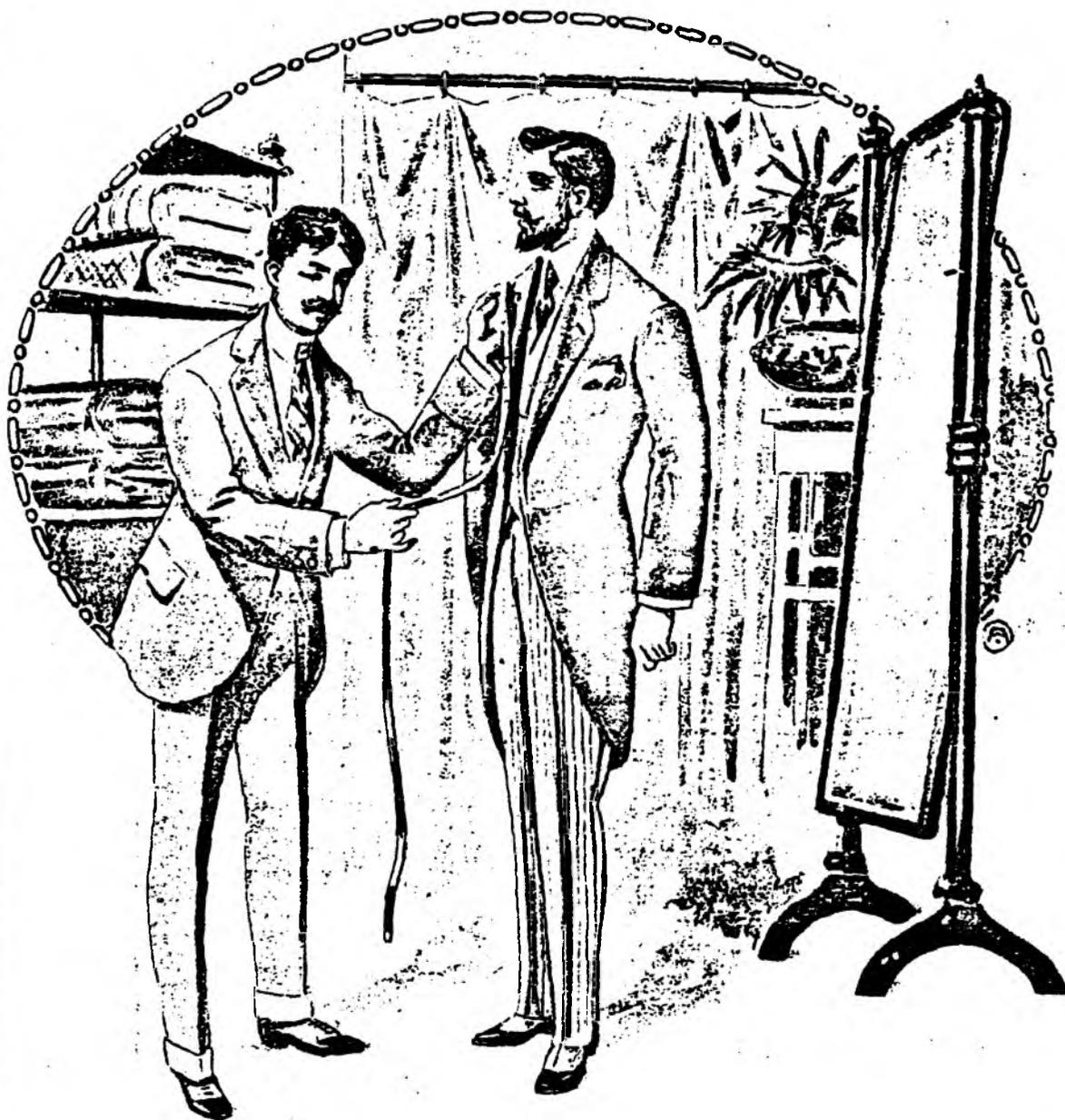
Discurso Publicitário

A imprensa agrícola na República Velha, ou Primeira República, aponta para o fato de que a notícia segue o mesmo percurso das mercadorias. Tendo o Brasil, com a Proclamação da República, aberto a sua economia para investimentos de capitais

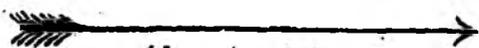
CASA COLOMBO

AVENIDA E OUVIDOR.

SECÇÃO ROUPAS PARA HOMENS



**OFFERTA ESPECIAL
SOB MEDIDA**



Brasil Agrícola, 1916, nº 01

Ternos de paletot em casemira pura lã, cores modernas.....	70\$
Azu! ou preto.....	60\$
Ternos de frack em casemira pura lã, cores modernas.....	110\$
Azul ou preto.....	100\$

**CORTE ELEGANTE, CONFECCAO DE
PRIMEIRA ORDEN**

MAN

At:
Pe:
Sec:

ric
co
me
du
Al:
Br
alr
va:

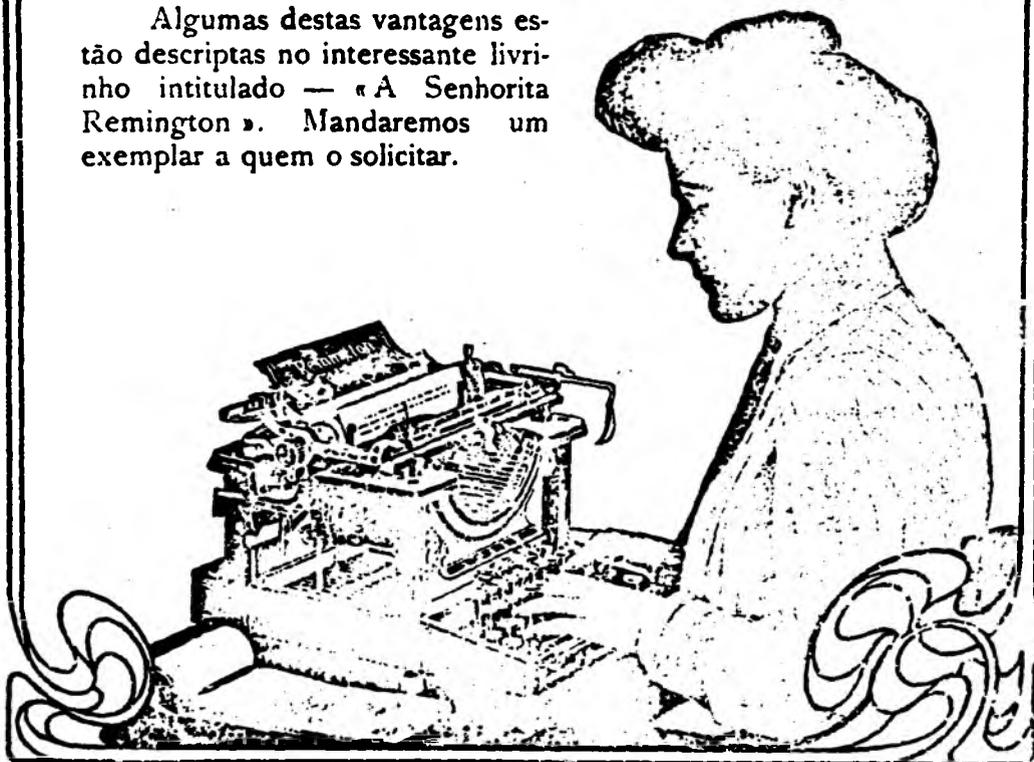
REMINGTON

Desde ha mais de 30 annos, a Machina de Escrever Remington é que serve como base de comparação para todas as outras, e é comprada pelas pessoas que, antes d'um preço baixo, estimam a certeza de possuir o melhor que ha.

Mais de 800.000 machinas Remington estão em uso— numero este provavelmente superior ao «total» de TODAS as outras machinas.

Além das qualidades sempre reconhecidas como características da Remington, taes como construcção Resistente, Rapidez, Facil Manejo, Grande Capacidade para Copias. etc., os novos modelos visiveis offerecem novas e importantes vantagens não encontradas em nenhuma outra machina de escrever.

Algumas destas vantagens estão descriptas no interessante livrinho intitulado — «A Senhorita Remington». Mandaremos um exemplar a quem o solicitar.

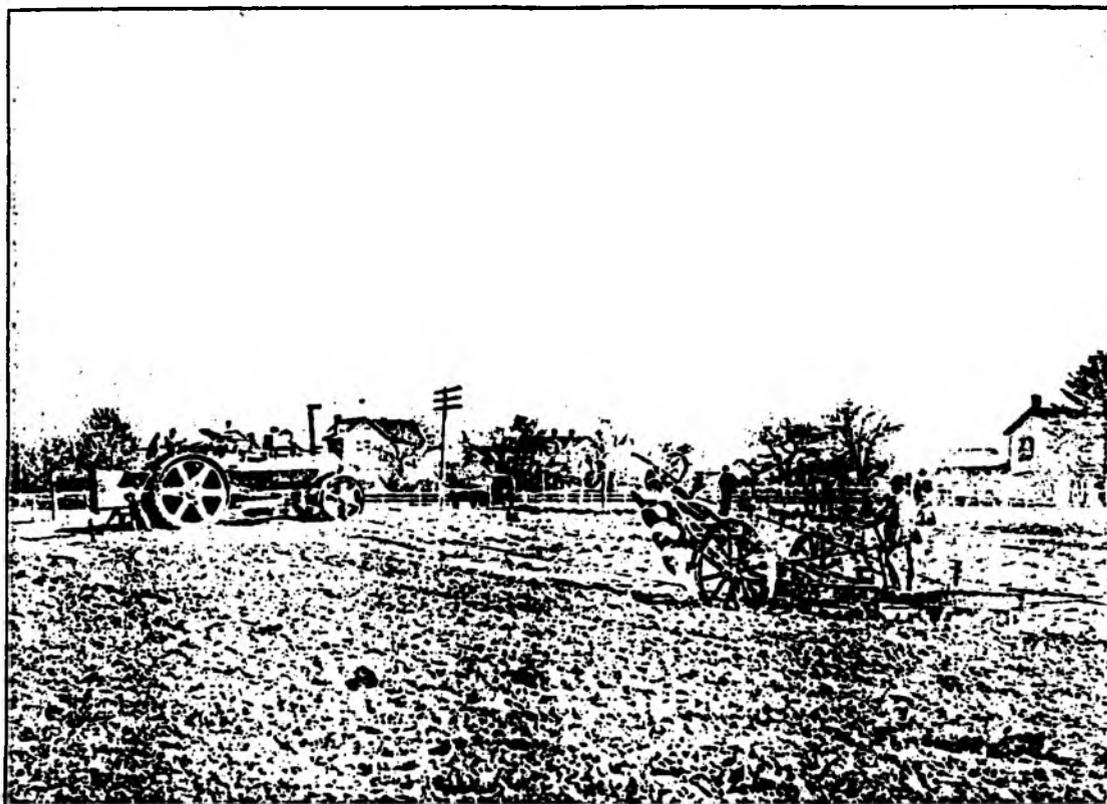


CASA PRATT

Agente geral no Brazil

OUVIDOR, 125 - Rio de Janeiro

Filial em S. Paulo — Rua Direita, 19



THE O. S. KELLY CO.

de SPRINGFIELD, OHIO, E. U. A.

Son los únicos fabricantes norte-americanos de máquinas de cable para arar á vapor. Según nuestro sistema, todo el poder de la máquina se destina á tirar el arado solamente y no como en el sistema de tracción empleado por otros fabricantes que se desperdicia gran parte de la energía tan sólo en mover la máquina.

Nuestras máquinas de arar se adaptan muy en particular á los ingenios azucareros y tienen capacidad diaria para cuatro á seis hectáreas de terreno cavando hasta diez y seis pulgs. de profundidad.

SE SOLICITA CORRESPONDENCIA

THE O. S. KELLY CO., SPRINGFIELD, OHIO

Leiam a
excellente

REVISTA SPORTIVA

Publicação fartamente illustrada,
collaborada por sportsmen cathé-
draticos

Surge semanalmente

NUMERO AVULSO 200 RS. — ANNO 7\$000

REDACÇÃO: RUA DO HOSPICIO, 179

Rio de Janeiro

Machinismos, apetrechos e artefactos

dos mais modernos para o fa-
brico de manteiga e queijo e
tambem para a manipulação do
leite e seus productos * * * *

*Desnatadoras, Pasteurizadoras, Refrigeradoras,
Mantegueiras, Prensas para queijo e queijeira,
Machinismos B—L—K para ordenhar*

Enviamos os nossos productos para todas as
partes do mundo

Temos o prazer de enviar o nosso catalogo a quem o pedir

D. H. Burrell & Co.

FABRICANTES

505-515 Albany St., Little Falls, N. Y., E. U. A.

AS CAIXAS ECONOMICAS

O Credito Agricola

Dr. Alfredo Rocha

PREÇO 10\$000

A' venda em todas as livrarias do Rio de
Janeiro e S. Paulo

AGENTES COMPRADORES AMERICANOS

(ilustração nº 12)

Ofrecemos nuestros servicios á los comercian-
tes, fabricantes y particulares de los países del
exterior, en nuestra calidad de agentes compra-
dores confidentiales.

Estamos situados en el corazón de la región
fabril de los Estados Unidos y con excelentes
facilidades para la compra de cualquier artículo
para la exportación.

Nuestros precios son los más bajos y garan-
tizamos la más cumplida satisfacción, prestando
nuestra atención á los pedidos de los clientes,
pues hacemos muchas de nuestras compras por
medio de visitas personales, y no por correspon-
dencia.

Podemos cotizar los tipos más bajos de fletes
y entregas prontas.

Si Vd. no está haciendo negocios con nos-
otros, le sugerimos que nos de una prueba, pues
tenemos la seguridad de que nuestras relaciones
serán completamente satisfactorias.

NUESTRAS REFERENCIAS:

The Western Trust & Savings Bank, de Chicago,
E. U. de A.,
ó qualquiera agencia comercial ó compañía de expreso ó
institución bancaria de primer orden.

AMERICAN SPECIALTY COMPANY

MONADNOCK BUILDING

CHICAGO, ILL., E. U. A.

Farinha BLATCHFORD

PARA ALIMENTAR BEZERROS

Substituto perfeito do leite

Economiza 50 por cento aos agricultores no custo
de cria de cada bezerro

Contra a diarrhéa. **XX XX XX**

XX XX XX Engorda com rapidez

Exportação para todos os paizes do mundo
BLATCHFORD'S CALF MEAL FACTORY

WAUKEGAN, ILL., E. U. A.

Estabelecida em Leicester, Inglaterra, em 1800

Ilustração nº 13

Quedados Cabellos, Barba, Sobrancelhas, Pellada, Calvicie precoce, Caspa, etc.

Novas Curas — Novos Attestados

Carta do distinto clinico Dr. Cicero Rosa, residente em Curitiba:

Illm. Amigo Sr. Francisco Giffoni. — Eu poderia dizer-lhe que é sempre com o mais completo resultado que prescrevo preparadas que tão escrupulosamente manipula e que constituem felizes combinações therapeuticas: o **Vinho Biogenico**, diariamente mim prescripto, e a **Uroformina**, estão nesse caso.

Mas, o que viso presentemente é afirmar-lhe que tem sido extraordinario o effeito que o seu **PILOGENIO** tem produzido no tratamento da pellada e outras formas de alopecias (queda dos cabellos da cabeça ou da barba): tanto mais saliente esse effeito quanto, em alguns casos, tenho empregado o referido preparado com completo insuccesso das medicações aconselhadas para combater taes molestias.

E, como têm sido radicicas as curas, como um desenganço de consciencia, espontanea e muito gostosamente lhe envio este.

Rio, 5 de Janeiro de 1910. — **Dr. Cicero Rosa.**



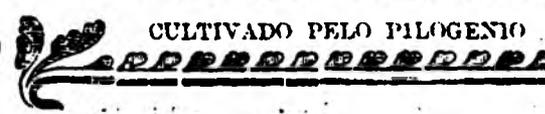
PILOGENIO vende-se no deposito geral:

Drogaria Francisco Giffoni & C.

17, *Rua Primeiro de Março*, antigo 9

RIO DE JANEIRO

CULTIVADO PELO PILOGENIO



nas boas pharmacias, drogarias e perfumarias e nos Estados encontra-se desde já nas seguintes cidades:

Pará, Pernambuco, Bahia, Victoria, Bello-Horizonte, Curitiba, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Corumbá, Cuyabá e Goyaz

**Fried. Krupp A. G. Grusonwerk
Magdeburg-Buckau**

Fabricantes das afamadas

Machinas Nova Corona

para a extracção de fibras das Agaves, Sansevieiras e Fourcroyas

Capazes de preparar em 10 horas, até 150.000 folhas de 2,40 m. de comprimento

Mais de 25 machinas vendidas em 18 mezes

Trituradores, Machinas para escovar, enfardadores hydraulicos,

MOENDAS PARA CANNA,

Descascadores e Despoipadores para Café, installações completas

Machinas para fabricação de azeite

Moinhos Excelsior para a Agricultura e Cortume

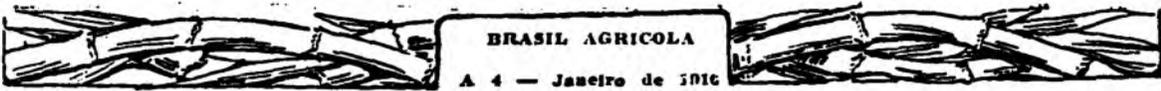
Catalogos e mais informações com os Representantes

HAUPT & C.

CAIXA POSTAL N. 786

Rua da Alfandega n. 60 — Rio de Janeiro

A FAZENDA, 1911, Volume I, Ano 12



Casa Natán

RUA DE S. BENTO 43 E 45
S. PAULO

CHOCADÉIRAS E CRIADÉIRAS

As mais aperfeiçoadas até hoje conhecidas

Trituradores para ossos seccos e verdes
Machinas para cortar raizes

Peçam prospectos, informações e preços na
CASA NATAN - S. Paulo

Machina Amaral

PARA BENEFICIAR CAFÉ

- CATADOR de pedra — "Progredior".
- CLASSIFICADOR — "S. Paulo".
- CARRINHO — "Ideal".
- MOINHOS para fubá.
- SERRAS para madeira.
- CATADORES de pedras.
- BOMBAS, etc.

ARADOS de todos os typos, machinismos agricolas, em geral, etc., etc.

Peçam catalogos e informações

MARTINS & BARROS

Engenheiros, industriaes e importadores

RUA DA BOA VISTA, 46 - Caixa 6
S. PAULO

Dr.

C

N
exposi
MIL a
dos re
todas
compa
premi
ganho
install
5 mine
pinas.
tados
nero. 1
QUAT
sue 24
mais u
ovos. 6
todas a

T

Perseverança Internacional

SOCIEDADE ANONYMA FUNDADA EM 1909

Auctorizada u Funcionaria pelos decretos ns. 7658 e 9937 do Governo Federal

SEDE SOCIAL

**AVENIDA RIO BRANCO, 171
RIO DE JANEIRO**

Pensões vitalicias,

Pensões progressivas

Secções de Economia e Pecuarias

Secção Predial: Consttuição de predios de mbradia para seus mutuarios, com pagamentos mensaes a praso longo e juros modicos

Secção especial de capitalisação:

Compon, Predias, Bonus Predias, Apolices Predias

DIRECTORIA:

Presidente: Adjalme Eduardo da Costa Araujo
Superintendente: Jean L. Salvador
Tesoureiro: Arthur Ferreira Lima
Directores: (Sebastião Louzada (S. Paulo)
supplentes: (Brazilio Monteiro da Silva (idem))

CONSELHO FISCAL:

Dr. João de Carvalho Borges Junior
Padre Emilio Galdi Sobrinho
Alfredo de Faria Carneiro.

**SECÇÃO PREDIAL
NOSSAS CONSTRUÇÕES**



A "Perseverança Internacional" constrõe casas para seus mutuarios, facilitando-lhes o pagamento

por prestações mensaes a praso longo e cuja importância não excede a media dos aluguels correntes.

Predio construido pela Companhia da Rua Paula Freitas n. 87 (Cofecabana) para um de seus mutuarios.



O MELHOR GADO DE RAÇA PELO MENOR PREÇO

Alipio Teixeira de Souza, proprietario do America Hotel, Cattete n. 234, continúa habilitado a receber encomendas relativas a quaesquer productos da afamada Granja de Pedras Altas, do Sr. Dr. J. F. de Assis Brasil, do Rio Grande do Sul, especialmente gado Devon e Jersey e cavallos para corridas, sella e tracção:

VALE PREMIO

Offerecido aos leitores do
"Brasil Agricola"

Com a remessa d'este vale, acompanhado da quantia de Cinco mil réis á "Companhia Perseverança Internacional", Avenida Rio Branco 171, o remettente receberá o seguinte:

- 1º—Uma inscripção do 1.º Grupo de Economia n. 2, com joia e 1ª mensalidade pagas concorrendo ao sorteio de 15 de Fevereiro.
- 2º—Um bilhete predial da 3ª Serie do Grupo Excelsior (sorteio da casa em Niteroy).
- 3º—Um bilhete predial da 4ª Serie do mesmo Grupo (sorteio do terreno em Ramos).
- 4º—Um bilhete predial da 5ª Serie do mesmo Grupo (sorteio da casa em S. Paulo).

nacionais e internacionais, os "negócios" fizeram surgir um expressivo mercado editorial agrícola, tanto financiando diretamente as publicações, como também patrocinando anúncios de produtos e insumos utilizados na agricultura, ou de outros bens de consumo da população.

O discurso publicitário dos periódicos, dos jornais e das revistas que surgem a partir da virada do século, é bastante expressivo em termos de denotar o quão ágil é a imprensa no modo de produção capitalista, como manifestação da cultura burguesa.

Tal situação perdurará até 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder e traz para dentro do aparelho de Estado as questões relacionadas com a comunicação social, inclusive as voltadas para o meio agrícola.

NOTAS

01. ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL,, R. "Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira". Editora Mcgraw Hill, São Paulo, 1987, p.104.
02. Ibid, p.107.
03. SOUZA, M.C.C. "O Progresso Político-Partidário na Primeira República". in: MOTA, C.G. (org.). "Brasil em Perspectiva" Ed. Difel, Rio de Janeiro, 1977, p.164-169.
04. CAMARGO, A.C. "A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base 1930-1964". in: FAUSTO, B. (org.), "História da Civilização Brasileira". Tomo III, o Brasil Republicano. Editora Difel, São Paulo, 1983, p.131.
05. Ibid, p.132.
06. Ibid, p.133.
07. Ibid, p.131-132.
08. SOUZA, op. cit, p.162.
09. Ibid, p.164.
10. Ibid, p.164-165.
11. ALBUQUERQUE, op. cit, p.231.

12. Ibid, p.232.
13. BALEEIRO, A. "A Constituição de 1891". Centro de Ensino à Distância, Brasília, 1987, p.35-36.
14. SODRÉ, N.W. "História da Imprensa no Brasil". Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1977, 2a Ed. p.314.
15. MELO, J.M. "Sociologia da Imprensa Brasileira". Ed. Vozes, 1973, p.101.
16. Ibid, p.102.
17. SODRÉ, op. cit, p.314-316.
18. HABERMAS, J. "Do Jornalismo Literário aos Meios de Comunicação de Massa". in: CIRO, M. (org.). "Imprensa e Capitalismo". Editora Kairós, São Paulo, 1984, p.139-158.
19. CIRO, M. (org.). "Imprensa e Capitalismo". Editora Kairós, São Paulo, 1984, p.13-22.
20. Ibid, p.94-96. Ver Também do Mesmo Autor: "O Capital da Notícia". Editora Ática, São Paulo, 1986, 181 p.
21. VIEIRA, J.A. "Informação Agrícola e Relações Públicas". Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1958. Série Documentária do SIA n. 3, p.9-63.

22. Ibid, p.10.
23. Ibid, p.11.
24. Ibid, p.12.
25. Ibid, 11-12.
26. A LAVOURA. Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira. Ano I n. 01, Rio de Janeiro, 1897.
27. CHÁCARAS E QUINTAIS. Ed. Chácaras e Quintais. Ano I n. 01, Rio de Janeiro, 1910.
28. BRASIL AGRÍCOLA. Ano I n. 01, Rio de Janeiro, 1916.

Capítulo III

A ERA DE VARGAS

Elites

Para Diniz (1), na literatura política brasileira predomina a ênfase na relativa diferenciação de interesses entre as elites rural e industrial no Brasil, tanto no período anterior a 1930, quanto durante o desdobramento do processo revolucionário. Em alguns casos, embora não se afirme a identidade de interesses entre os dois setores, ressalta-se, por outro lado, a semelhança de posições entre ambos os episódios decisivos da implantação da Segunda República, como a revolução de 30 e a contra-revolução de 1932.

Em contraposição, alguns estudos chamam a atenção para o antagonismo entre a agricultura e indústria desde os primórdios do processo de industrialização.

Na verdade, o comportamento das elites emergentes durante a Primeira República fornece evidências para os dois tipos de argumentação. Há momentos de confronto e momentos de acomodação. Momentos de cisão e de recomposição sucedem-se ao longo do movimento ascensional dos setores urbanos, o que desde logo se explica em função da burguesia industrial brasileira não ter encontrado a resistência de uma ordem social precedente contrária à lógica da expansão capitalista, implicando a industrialização não a passagem de um modo de produção para outro, porém, a remoção de certas barreiras que dificultavam a acumulação industrial. Portanto, a inexistência de contradições

profundas contrapondo a indústria à agricultura - é preciso lembrar que a burguesia cafeeira seria a matriz social da burguesia industrial - responderia pelo comportamento político relativamente pouco agressivo dos industriais. Efetivamente, abrir espaço para o desempenho de sua atividade produtiva não exigiria transformações radicais. Além disso, nem sempre o atendimento dos interesses industriais implicava o descontentamento do setor agroexportador. Um dos principais mecanismos utilizados para proteger os interesses da produção para o mercado externo, a desvalorização cambial, favorecia também os grupos industriais.(2)

O controle do comércio exterior, a campanha protecionista de aumentos de tarifas, a pressão pela institucionalização do crédito industrial, as demandas pela radicalização do intervencionismo estatal para amparar os setores produtivos novos, para integrar o mercado interno e defendê-lo contra a concorrência estrangeira representariam não pontos de convergência, porém questões controvertidas, que contraporiam aos interesses da burguesia industrial os diferentes setores ligados à economia exportadora, tanto aqueles vinculados à produção quanto ao grande comércio. Tratava-se para o empresariado industrial de criar condições para a inclusão na pauta política de um conjunto de demandas de interesse para a expansão do setor, ou seja, de alcançar legitimidade para um programa econômico identificado com a consolidação do capitalismo industrial, programa que, em alguns de seus aspectos, já vinha sendo implementado desde o período anterior a trinta.(3)

De acordo ainda com Diniz (4), as forças que lideraram a Revolução de 30, embora conscientes da necessidade de destruir a hegemonia da burguesia agroexportadora paulista, desarticulando o esquema de poder da República Velha, não iam muito além da contestação política do antigo regime. A consciência da necessidade de se implantar uma nova modalidade de crescimento econômico, tornando irreversível o processo de mudança a partir daí desencadeado, não foi uma consequência automática da vitória das correntes revolucionárias. A presença de tendências distintas tornava a nova coalizão dominante suficientemente heterogênea do ponto de vista ideológico para dificultar a percepção das reais possibilidades que se abriam para modificar a estrutura produtiva do país.(5)

Rubim (6), entende que o novo Estado, entretanto, não é expressão imediata de um setor das classes dominantes, como no período da Velha República, mas atende de forma variada os interesses de vários grupos e classes sociais presentes na sociedade brasileira.

A passagem da agricultura de exportação para a indústria como setor dinâmico da nossa economia não é acompanhada de grandes e severas rupturas políticas.

Ao contrário da revolução burguesa "clássica", a mudança das classes proprietárias rurais pelas classes burguesas industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões estruturais. Isto porque a crise das relações externas do café faz com que capitais sejam em parte investidos no setor industrial, onde as possibilidades de acumulação se mostravam mais satisfatórias. Deste modo, a

burguesia industrial que se forma a partir dos proprietários do café e dos imigrantes, principalmente os italianos, não terá uma posição de corte radical com os setores agrários, mas necessitará inclusive do avanço destes no mercado industrial para importar o necessário à industrialização. Isto faz com que exista uma situação de acomodação entre o capitalismo e certas formas de acumulação pré-capitalista, entre a burguesia industrial e os proprietários rurais. Estes apenas serão colocados em posição secundária dentro da nova divisão nacional do trabalho e perderão o controle do aparelho estatal.(7)

Divisor de Águas

Para Rubim (8), o ano de 1930 pode ser considerado um "divisor de águas" na sociedade brasileira, dando início a uma nova etapa em nossa história. Do ponto de vista econômico, a "Revolução de 30" marca o fim de um ciclo econômico e o início de outro: fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância das estruturas produtivas de base urbano-industrial, ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura. Na verdade, essa hegemonia se manifesta claramente pela política econômica de Vargas, a qual beneficia nitidamente os setores da burguesia industrial: a) promulga legislação trabalhista; b) fixa preços, estabelece subsídios, pratica confisco cambial, privilegiando o setor industrial, e c) reestrutura o papel da agricultura, a fim de

permitir a importação do maquinário necessário ao processo de industrialização e controle de preço de alimento.

O ESTADO NOVO

Segundo Diniz (9), os vários autores que se dedicaram ao estudo do Estado Novo no Brasil, apesar das particularidades do tratamento proposto, da maior ou menor riqueza de informações e, mesmo, do maior ou menor teor explicativo do esquema analítico utilizado, coincidem na ênfase no caráter centralizado e monolítico do Estado brasileiro durante esse período de sua história política.

E a partir desta perspectiva, que são analisados os principais instrumentos de governo para equacionar a problemática econômico-social brasileira e os principais aspectos das reformas administrativas e políticas empreendidas pelo poder central. A particularidade de cada enfoque não obscurece, mas reafirma, a idéia central quanto ao significado deste conjunto de medidas como componente primordial de um esquema de poder caracterizado por um Estado forte, centralizado e apartidário, suficientemente distante das forças sociais em confronto para resguardar sua autonomia e mesmo neutralidade de ação. Em alguns casos, a análise identifica o fortalecimento do Estado, através da concentração de poderes no Executivo, com o fortalecimento do poder pessoal do Presidente. Em síntese, salienta-se, unilateralmente, a importância da reestruturação do aparelho estatal como fator de preservação de uma ampla margem de manobras e do poder de manipulação e conciliação do governo central.(10)

Este esforço de centralização político-administrativa, pelo qual se mantém a autonomia do Estado, manifesta-se através da montagem de um complexo quadro jurídico-institucional que estabelece novos padrões de governo e cria os mecanismos necessários para dar viabilidade à interferência do Estado nos diferentes setores da realidade social. Certos componentes básicos do regime implantado - como a ampliação dos poderes do chefe do Executivo Federal, garantida pela Constituição de 1937, as normas regulamentadoras das relações entre o governo central e os Estados, restringido a autonomia dos governos estaduais, os instrumentos de intervenção na economia, os meios de controle da vida política, bem como a estrutura corporativa dos mecanismos de inserção dos diferentes grupos, aí incluídos os trabalhadores urbanos, no sistema político - apontam todos na direção acima especificada.(11)

Centralização

Em sua proclamação ao povo brasileiro, imediatamente após o golpe de Estado de 1937, o Presidente Getúlio Vargas referiu-se à necessidade de um governo forte, dotado de um alto grau de liberdade de ação, como forma de deter os efeitos dispersivos dos "particularismos de ordem local" e as "influências desagregadoras internas ou externas" que ameaçavam a soberania nacional.(12)

Esta percepção da reforma institucional centralizadora como condição necessária e suficiente da consolidação do poder da nação enquanto expressão dos interesses do conjunto da coletividade, prepararam a justificativa ideológica do Estado

Novo. Este enfoque tem como pressuposto a idéia de que a centralização, enquanto fator de organização e integração da nação, torna-se simultaneamente eficaz como instrumento de realização dos interesses coletivos. O corporativismo significa uma nova forma de organização política em que, paralelamente à descentralização administrativa-funcional mantém-se a unidade do poder central. O Estado corporativo representaria, portanto, um meio de assegurar o predomínio e a expansão da esfera de influência do poder público em dois sentidos. De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada, sob a direção do Estado, que preservaria, assim, liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De um outro lado, porque o fortalecimento do poder de Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses regionais e locais, ao interesse maior representado pelo governo central.(13)

A partir desta perspectiva, a supremacia do "interesse público" sobre o "interesse privado", do "poder público" sobre o "poder privado", se reduziria em parte a uma questão de eliminação do excesso de federalismo da Constituição de 1891 que conferia ampla autonomia aos Estados. Neste sentido, a restauração do predomínio da ordem pública dependeria de medidas tendentes a combater a descentralização territorial-administrativa, prevalecente ao regime anterior. A destruição dos canais de participação e representação políticas inspirados no

modelo democrático-liberal, aos níveis municipal, estadual e nacional, e sua substituição por novas formas de organização das classes, em moldes corporativistas, completaria o quadro das medidas necessárias para garantir a autonomia do Estado e a consequente hegemonia do "poder público".(14)

Um outro aspecto relacionado com o significado da centralização e fortalecimento do governo federal, no período do Estado Novo, diz respeito ao estudo das bases sociais do poder, das relações entre o aparelho estatal criado e as forças sociais que se afirmavam no quadro das transformações que a sociedade brasileira neste momento atravessava. O Estado Novo representaria historicamente uma etapa no processo de incorporação à vida política das novas camadas sociais que acompanharam o desenvolvimento e diferenciação da economia brasileira, determinando a inviabilidade do sistema tradicional da Primeira República.(15)

Crise Política

O momento histórico que antecede à implantação do Estado Novo é marcado por uma crise política, a um tempo crise de hegemonia e crise ideológica, cujas origens estão na raiz da revolução de trinta, evoluindo ao longo das duas primeiras fases do governo Vargas. Entre os principais indicadores da crise de hegemonia que se abre nos anos 30, está o acirramento das cisões regionais, rompendo a unidade das oligarquias, além do agravamento das tensões entre representantes e representados, dentro desta estrutura de poder marcada pelo predomínio do setor cafeeiro. O acirramento da divisão regional significou, do ponto

de vista político, uma pressão contra a hegemonia da burguesia cafeeira. É também nesse momento que se intensificam os atritos entre o setor hegemônico e sua representação política, introduzindo mais um fator de enfraquecimento do regime político.(16)

As condições sob as quais as tensões desencadeadas evoluem levam a burguesia cafeeira a perder efetivamente seu papel hegemônico. Não obstante, a incapacidade dos demais setores, quer dos grupos agrários não vinculados ao café, quer dos grupos urbanos emergentes, para assumir o poder, em caráter exclusivo, conduz a uma política de compromisso, delineando-se a reformulação da estrutura de poder, não pela substituição das elites tradicionais pelas novas elites em ascensão, mas pela acomodação entre os diferentes atores em confronto.(17)

Forças Antioligárquicas

A crise política dos anos 30-37 faz-se acompanhar de uma forma de participação política à margem dos padrões institucionais vigentes. O fortalecimento do Executivo aparece como condição de preservação da ordem e, portanto, de sobrevivência dos grupos dominantes.

Em tais circunstâncias, a maior autonomia da burocracia estatal, entre 1937/1945, revelaria, em questões centrais, pontos de contato com as aspirações dos setores dominantes da sociedade brasileira, na medida em que o novo regime viabiliza o avanço das forças antioligárquicas, eliminando paralelamente suas correntes mais radicais, vale dizer, viabiliza a mudança sem contestar as

bases de sustentação da ordem capitalista em transição.

Assim, a proposição inicial referente à hegemonia do Estado necessita de certas qualificações. Trata-se de hegemonia que se legitima por ser um meio de resguardar as posições econômicas dos grupos tradicionais, favorecendo, ao mesmo tempo, a marcha dos setores emergentes particularmente a burguesia industrial. Neste sentido, ter-se-ia um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes, reforçando os canais de acesso da coalizão vitoriosa em trinta ao poder, excluindo ao mesmo tempo a participação das forças ideologicamente indesejáveis, e reduzindo, simultaneamente, a influência política dos setores tradicionalmente dominantes, quer pela impossibilidade de que readquirissem o controle do sistema decisório, quer pelo aprofundamento do processo de desestruturação dos recursos de poder que ainda manipulavam.(18)

Podemos conceber a centralização e o fortalecimento do Executivo durante o Estado Novo como o clímax de um processo político marcado por uma crise de poder, em que a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto impor-se aos demais seria o traço dominante. Nesse sentido, o autoritarismo corporativista do Estado Novo, sem representar uma partilha do Estado entre os diferentes setores da elite dominante, seria, por outro lado, uma alternativa para canalizar conflitos e interesses heterogêneos para o interior do aparelho de Estado.(19)

A definição dos problemas centrais, das metas a serem alcançadas, da hierarquia de prioridades não pode ser dissociada da análise dos mecanismos que possibilitaram a articulação dos

diferentes grupos com o poder central. Se o Estado teria certa autonomia, por outro lado, é também legítimo supor que a atuação desses grupos teria alguma relevância, impondo certos limites ao campo de ação do Executivo, reduzindo ou ampliando a margem de alternativas possíveis ou definindo cursos legítimos de ação. (20)

A partir das observações até aqui desenvolvidas por Diniz, podemos ressaltar duas conclusões.

Em primeiro lugar, ao Estado autoritário, que se consolida entre 1937/1945, gostaríamos de contrapor uma visão que enfatiza a heterogeneidade e complexidade do aparelho estatal, o que nos leva a concebê-la como um conjunto diferenciado e não monolítico de estruturas de decisão. Qualificando a autonomia do Estado, poderíamos dizer que os vínculos com grupos externos, enquanto parte integrante da dinâmica da burocracia estatal, constituem para nós elementos centrais da análise da política brasileira no período considerado.

Em segundo lugar, o Estado Novo não significaria uma ruptura em relação à experiência liberal da fase precedente, na medida em que a centralização político-administrativa, bem como os alicerces do corporativismo imposto às estruturas de articulação e representação de interesses já estavam contidos após a vitória da Revolução de trinta.

Desta forma, o Estado Novo não pode ser analisado como um momento à parte, dissociado do conjunto das mudanças ocorridas ao longo do período 1930-1945. Entre as várias fases em que se pode dividir a chamada Era de Vargas - o Governo Provisório de 1930 a 1934, o Governo Constitucional de 1934 a 1937 e o Autoritarismo Corporativista de 1937 a 1945 - existe uma

continuidade básica, na medida em que estes três momentos representam o desdobramento de um processo político que se inicia com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal. Tal processo, marcado pela reestruturação do esquema de poder que, durante a República Velha, presidira a consolidação do modelo agroexportador no Brasil, não conduziria, como vimos, à transferência do poder dos grupos tradicionais para os novos grupos vinculados ao desenvolvimento do setor industrial. Não obstante, as mudanças postas em prática teriam uma direção, que seria representada pelo descenso político do grupo agroexportador e ascensão gradual e simultânea dos interesses urbano-industriais, que, a partir, de então, alcançariam maior visibilidade, consolidando e ampliando o espaço econômico já ocupado e conquistando um espaço político próprio.

Populismo

O Estado Novo é o primeiro momento em que se tenta dar um sentido mítico ao Estado, personalizando não só no que se denomina Estado Nacional, ou Nação, como também em seus expoentes e chefes. Em momento nenhum o mito atinge os ápices dos regimes fascistas, mas conteúdo e forma se delineiam dentro do mesmo espírito e intenção.(21)

No passado, o fenômeno mítico tem caráter e interesse particular, bem diferente do que apresenta com o Estado Novo. A falta de tradição de classe e a incapacidade criadora e pragmática das classes dirigentes tornam prescindível a necessidade de criar valores e basear sua ação sobre eles, pois

as oligarquias mandam e são obedecidas. Durante o Estado Novo o fenômeno é de caráter mais complexo e pela primeira vez se manifesta contemporaneamente aos políticos, num momento em que se conjugam três fatores básicos: a movimentação de massa popular, a confusão de valores das classes dirigentes e a ação do Estado como forma de propaganda e pressão.(22)

A personificação do mito é um dos traços que marcam o fenômeno. Ele pode acentuar as qualidades do Chefe, mas, em escala menor, há repetição das mesmas características em personagens menores. Em cadeia, tenta-se mostrar como todos os líderes que se identificam com o Estado Novo apresentam traços e personalidades ímpares, que os distinguem dos outros, apesar de não atingirem o nível e qualidades do chefe da Nação.

Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, o segundo torna-os públicos. É assim que o Estado Novo marca a ação e o sentido do presidente Getúlio Vargas, que, aspecto curioso, só começa a ser sistematicamente festejado a partir de 1940. Até então, o aniversário do ditador, por exemplo, é ato íntimo. A partir de 19 de abril de 1940, no plano federal e nos Estados ele é comemorado festivamente.(23)

Em abril de 1940, os jornais ocupam páginas inteiras sobre o aniversário de Getúlio Vargas. Não só acentuam sua biografia, mas também seus valores pessoais. É assim que ele é gaúcho, teve desde criança um vasto horizonte pela frente e, conseqüentemente, como todo gaúcho acostumado ao ar livre, esta condição deu-lhe "coragem, magnanimidade e singeleza, traços característicos do perfil político do Presidente Getúlio Vargas"; "magnânimo e nobre, não há exemplo de se ter prevalecido, uma vez

sequer, de sua autoridade para uma perseguição e a sua brandura é tradicional, mesmo para o adversário que pega em armas contra ele"; "conhecedor profundo dos homens, o Presidente Getúlio Vargas é sobretudo senhor de suas idéias"; "e serve ao seu raciocínio seguro uma vontade firme, sem titubeios, sem reservas. Quando é necessário um gesto, ele firmemente o executa, em plena responsabilidade e assim o declara, sem subterfúgios, à Nação.

Enquanto em 1940 as comemorações são feitas pelos órgãos oficiais e pelos Estados, cabendo às autoridades estaduais o programa - discursos e desfiles -, em 1942 as homenagens se ampliam, passando a ser feitas pelas estações de rádio, colégios, jornais, clubes, instituições profissionais, órgãos governamentais, etc. - num crescendo cada vez mais impositivo e mais unânime.(24)

"Estadista", "homem de ação", "clarividente", "pai dos pobres" e centenas de outros epítetos marcam a personalidade mítica de Getúlio Vargas. Além disso, um número nunca visto de livros e folhetos falam da sua obra e da sua personalidade. Esta sublitteratura, de responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda ou de editoras que sabem que os livros vão ser, em grande parte, comprados pelos governos - Federal e dos Estados -, inundam o Brasil de Norte a Sul. Pela primeira vez, no Brasil, o governo custeia abertamente a sua própria propaganda.(25)

O mesmo processo é aplicado à propaganda feita em favor de Darcy Vargas, mulher de Getúlio Vargas e as de Ademar de Barros, Goes Monteiro, Osvaldo Aranha, Souza Costa, Lourival Fontes e muitos outros. Na medida do possível, cada ator menor

constrói o mesmo esquema de homenagens e demonstrações a seu favor. O interventor Ademar de Barros começa em São Paulo as comemorações públicas do aniversário do seu governo, com discursos e desfiles; seu sucessor, Fernando Costa, o imita. E assim, maiores e menores, tentam se afirmar como personalidades e como idéia. Só que nenhum deles tem a seu serviço toda uma máquina que o ajude a construir, nacionalmente, a imagem a ser imposta.

O Governo Provisório de 1930 funda em 2 de julho de 1931 o Departamento Oficial da Propaganda, que se transforma, em 10 de julho de 1934 em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, e depois em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 27 de dezembro de 1939. Dos três organismos, o último é o único eficiente e engrenagem fundamental para difundir a imagem do Estado Novo, enquanto o primeiro era engraçadamente apelidado pelo povo de "o fala sozinho".(26)

A eficiência do DIP é, em parte, resultado de seu poder e da direção impressa pelo seu diretor, Lourival Fontes. Poder de ação e direção, por sua vez, somam-se a todo um contexto próprio dos regimes de direita, dos regimes totalitários e absolutos. O poder de falar sozinho, de ser o único porta-voz livre, dá inteira liberdade de ação ao governo, o que o torna praticamente único a se expressar publicamente durante o Estado Novo. Sem oposição, sem ninguém para poder contestar-lhe a propaganda e a verdade, o governo usa de todos os meios para se expressar e para impor a sua imagem. Durante o Estado Novo, a censura dos jornais é total, não se vislumbrando o mínimo sinal de notícias contrárias ou de subentendidos que possam sugerir idéias ou fatos

contrários ao governo. O rádio, por sua vez, que é um instrumento que começa a se divulgar na década de 1930, é outro meio que o DIP usa frequentemente, levando notícias e informações oficiais para dentro da casa; ainda mais, é criada oficialmente a Hora do Brasil, com uma hora de duração, entre 7 e 8 horas, momento em que a maior parte das pessoas está nos seus lares. O cinema é utilizado, por sua vez, e todos são obrigados a exibirem Jornais Nacionais e estes são oficiais. Afinal, livros e folhetos publicados pelo DIP e distribuídos gratuitamente são outra forma de propaganda e, de todas, a menos eficiente, pois as publicações são insonsas e da pior propaganda possível.(27)

O controle dos meios de comunicação particular - rádio e jornais - não se faz automática com o golpe de Estado. Apesar de não poder se manifestar contra - Exército, Polícia e grande parte das classes dirigentes aderem ao golpe -, há sinais de insatisfação, algumas delas vencidas através de acordos - o Estado Novo subsidia jornais ou concede favores em papel -, outros através da força - a ocupação do jornal O Estado de S. Paulo - mas algumas resistências persistem durante todo o regime. E o Diário de Notícias, do Rio, é exemplo de jornal que teve de resistir para sobreviver e, entre outras coisas, lutar para obter cota de papel que o DIP pretendia deixar de fornecer. O máximo que os proprietários de jornais do Rio fazem é escrever a Getúlio Vargas contra o "inconveniente, injusto e abusivo que pratica aquele órgão Departamento Oficial de Propaganda à sombra do prestígio do governo.(28)

O Departamento de Imprensa e Propaganda é criado em 27 de dezembro de 1939, num momento tardio do Estado Novo, mostrando que há espaço de tempo grande entre o golpe e a realização de determinados objetivos. Ele é "diretamente subordinado ao Presidente da República" e objetiva "centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interesse à propaganda nacional". Cabe-lhe, por sua vez, fazer censura de teatros e cinemas, estimular produção do cinema nacional, "coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos", propaganda no exterior, proibir entrada de "publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros", organizar programa de radiodifusão.(29)

O DIP é constituído das Divisões de Divulgação, de Radiodifusão, de Cinema e Teatro, de Turismo e de Imprensa. A de Imprensa, a mais eficiente delas, trata da censura e da propaganda em jornais. São nomeados censores para cada jornal e, no caso de julgamento, existe um Conselho Nacional de Imprensa, composto de seis membros, três eleitos pelo Presidente da República e outros nomeados pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro.(30)

Em cada Estado forma-se um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), com as mesmas funções e obrigações e subordinado ao do Rio de Janeiro. E como o órgão central, os DEIP fazem suas próprias edições de livros e de propaganda.

A importância das funções do órgão torna-o poderoso e, com o tempo, a autopropaganda se desenvolve. As notícias sobre o seu diretor, Lourival Fontes, seu aniversário, suas viagens, aparecem em destaque nos jornais. Os nomes de seus sucessores, Major Coelho dos Reis (agosto de 1942-julho de 1943) e Capitão Amílcar Dutra de Menezes (1943 a maio de 1945), também são decantados a todo momento. O mesmo se dá com Cândido Motta Filho, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, que dirigem o DEIP de São Paulo.

A importância do órgão está ligada ao período ditatorial do Estado Novo. Com a abertura democrática, em março de 1945, ele não resiste às críticas e seu controle e censura deixam de existir. Neste momento, o governo se antecede a qualquer medida mais radical e o transforma em Departamento Nacional de Informações.(31)

A prática do populismo não era um ato de vontade ou de sagacidade política, mas uma necessidade objetiva para que se garantisse o equilíbrio do poder num quadro de crise de hegemonia. Os mecanismos de manipulação serão assim a peça central do primeiro período de Vargas: O Estado como árbitro dos interesses nacionais, aberto a todas as pressões sem se subordinar - exclusivamente - aos objetivos de qualquer delas.(32)

O Estado Novo é o momento privilegiado dessa concepção. Vargas procura confundir o Estado com a sua própria personalidade. Getúlio Vargas, por exemplo, é visto pelos jornais de 1940 como corajoso, magnânimo e singelo, qualidades da fronteira de onde proveio (São Borja-RS), conhecedor profundo dos

homens, senhor de suas idéias: quando um gesto se faz necessário ele firmemente o executa. A vida pessoal do presidente confunde-se com o próprio Estado.(33) "o Estado é Getúlio Vargas".

Núcleo institucional desse processo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O aperfeiçoamento dos meios de comunicação corre paralelo com o fechamento institucional. Não se pretende estabelecer uma relação mecânica entre o fechamento institucional e isolamento social do Estado e a intensificação da intervenção na área de comunicação. O projeto de comunicação populista do DIP é decorrência também da necessidade de atenuar os conflitos que a Revolução de 30 suscitou. Só para se ter uma idéia, 60% das matérias dos jornais eram previamente fornecidas pelo DIP, através da Agência Nacional. Nesse sentido, todos os meios de comunicação, mais particularmente a imprensa, seriam visados; o rádio adquiriu força, atingindo todo território nacional, incluindo o campo, o cinema e o teatro também ganharam impulso nas décadas de 30 e 40. O DIP exercia uma forte censura sobre os meios de comunicação. O jornal O Estado de S. Paulo ficou sob o seu controle entre 1940 e 1945. Por último, a verdadeira prática da corrupção e suborno da imprensa em moldes até então desconhecidos pelo país, com a fixação de uma contribuição que variava de acordo com a influência do jornal.(34)

O populismo, enquanto proposta político-ideológica de uma burguesia dita nacionalista, enraizou-se profundamente na sociedade brasileira, em, particular na cultura produzida no período. Diversas são as manifestações da cultura

industrializada, em que a visão populista da sociedade estava presente: no rádio, na sua fase áurea; nos períodos iniciais do cinema e da televisão tanto de maneira ingênua nas chanchadas quanto de forma mais trabalhada no Cinema Novo.

As Reformas

Para Skidmore (35), a Revolução de 30 pareceu apenas mais um capítulo na história das lutas entre as elites em lenta transformação, que dominaram a política no Brasil desde a Independência, em 1822. A estrutura social e as forças políticas do Brasil não sofreram mudança da noite para o dia. O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920).

Segundo o citado autor, haviam dois fatores, entretanto, que distinguem os acontecimentos de 1930 de todas as lutas precedentes pelo poder, na história da República. Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários "arrombaram uma porta aberta", de vez que a República Velha decahou de repente sob o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político. A magnitude desse descontentamento com o sistema vigente e a natureza exata dos remédios propostos variaram enormemente numa coalizão de malhas frouxas contra a liderança situacionista da República Velha. Alguns dentre os revolucionários almejavam pouco mais do que mudanças constitucionais no mais exato sentido jurídico.

Outros estavam preparados para lutar por planos ambiciosos de modificações econômicas e sociais, abrangendo a reorganização nacional, em larga escala. O que os irmanava era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo, conforme foi analisada anteriormente.

O Aparelho Estatal

Para Ianni (36), o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. Enquanto manifestação e agente das rupturas estruturais internas e externas, a Revolução implicou a derrota (não se trata propriamente de liquidação) do Estado oligárquico.

Nos anos de 1930 a 1945, Vargas adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político econômico. As medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativa realizadas e a própria reestruturação do aparelho

estatal não foram o resultado de um plano. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesse e pressões econômicas, políticas, sociais e militares. Às vezes as pressões e os interesses eram de origem externa.

Antes da Revolução já se aprofundara bastante o debate sobre vários dentre os problemas com os quais deveria defrontar-se o governo, após a deposição do Presidente Washington Luís, em outubro de 1930. Haviam-se examinado e debatido problemas tais como: democratização do sistema político em geral, particularmente o processo eleitoral e o exercício efetivo dos poderes; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino, em seus níveis elementar, médio e superior; formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; a importância e a necessidade de uma política governamental de defesa e aproveitamento das riquezas minerais. Antes de 1930, o sistema político e econômico brasileiro já se defronta com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, isto é, economia primária exportadora. Repetiam-se as crises na cafeicultura, que era o principal setor da economia do País.

Na década de 20 (como na de 30) o café perfaz mais de 80% do valor global das exportações brasileiras. Isto dá uma idéia da importância relativa da cafeicultura na criação de capacidade para importar. Aliás, mesmo quando as crises não eram graves, punham em evidência a vulnerabilidade do setor exportador e, por consequência, de outros segmentos da economia brasileira. Além disso, a política econômica externa, de tipo liberal (conforme era exigida pelas empresas comerciais e financeiras européias e norte-americanas, que controlavam o setor externo brasileiro), significava a maciça e sistemática exportação do excedente econômico nacional. Tanto através da comercialização do café, controlada pelos centros dominantes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e outros), como por meio da importação de manufaturados e artigos de consumo da classe dominante, boa parte do produto nacional encaminhava-se para o exterior. Nessa época, pois, o governo atuava no sentido de proteger e incentivar as atividades produtivas ligadas ao setor externo, que era essencial à sustentação do sistema político-econômico então vigente.

Ainda segundo Ianni (37), nos anos de 1930-45 o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. As medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades em geral. Além disso, pretendia-se, também, estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições de tipo capitalista. A cultura brasileira

ainda estava impregnada das heranças dos valores e padrões surgidos na sociedade escravocrata. Acresce, ainda, que eram predominantes os estilos de mando, liderança, organização e mentalidade de tipo oligárquico. O liberalismo brasileiro era exclusivamente urbano, superficial, de conotação ideológica (antes que prática), e voltado para as relações externas do País. Nesse contexto, a Revolução de 1930 e as inovações nos anos posteriores provocaram a reformulação dos ideais e padrões de tipo capitalista.

Abaixo, estão relacionadas os principais órgãos e empresas criados pelo governo federal. Essa lista não é completa:

1930: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1931: Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia. 1932: Ministério da Educação e Saúde Pública. 1933: Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1934: Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal. 1937: Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças. 1938: Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1939: Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa. 1940: Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores. 1941: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Nacional do Pinho. 1942: Comissão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). 1943: Coordenação da

Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Alcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Serviço Social da Indústria (SESI), Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia. 1944: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo.(38) 1938: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, em 1940, o serviço de Informação agrícola do Ministério da Agricultura (SIA), como órgão auxiliar do DIP.

No setor agrícola, especificamente, com a Revolução de 1930, profundas e radicais modificações foram executados no Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi desdobrado em duas áreas: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura. Com essas transformações, foi criada a Diretoria de Estatística e Publicidade, composta de quatro seções, sendo que a quarta era a de Publicidade, à qual ficavam subordinadas as oficinas gráficas e a divulgação do governo na área agrícola.

Por ser um governo bastante conturbado, dentro de um contexto sócio-econômico agitado, sucessivas mudanças no setor de divulgação do Ministério da Agricultura também foram realizadas, até que em 28 de março de 1940, já no período do Estado Novo, através do Decreto No. 2.094, foi criado o Serviço de Informação Agrícola, como órgão auxiliar do DIP, a fim de ajustar a política de comunicação rural aos preceitos ditatoriais e populistas.

Saída de Vargas

Para Almeida (39), o período que vai do princípio de 1945 à derrubada de Getúlio Vargas pelas Forças Armadas é um período difícil, uma fase cheia de manobras e contramanobras, marchas e contramarchas, durante a qual o ditador ainda hesita entre a possibilidade de continuar no poder - ainda que não da forma discricionária de até então - ou apoiar a candidatura de seu Ministro da Guerra, Gaspar Dutra. Ao mesmo tempo, em que pese a perspectiva da marcação de eleições, o evidente enfraquecimento do regime, as oposições desconfiam de Getúlio e acreditam na possibilidade de um golpe-de-mão de última hora, pondo a perder o que a situação externa, mais as pressões internas da Sociedade Civil, haviam até então conseguido.

Em março de 1945, já era oficiosa e praticamente certa a candidatura de Eduardo Gomes. Alguns jornais já o mencionavam como "candidato", expressamente ligado ao grupo formador da União Democrática Nacional.

Getúlio, em contrapartida, articula a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, através de seu preposto mineiro Benedicto Valladares, por tratar-se de uma candidatura "confiável" e passível de ser retirada caso surja a oportunidade de sua permanência no poder.(40)

A oposição, principalmente pela voz de Eduardo Gomes, afirma que, para o processo eleitoral estar isento de pressões, não deveria ser presidido por Getúlio, isto é, em outras palavras, propõe a renúncia do presidente. "Não se conhece, diz o

integrante dos "Dezoito do Forte", nenhum exemplo de uma ditadura empenhada em dirigir o processo de reintegração do país no regime legal e democrático".(41)

Para Getúlio, chegara o momento de tentar uma manobra política e buscar apoio junto àqueles que esmagara em 1935 e que como bodes expiatórios, justificando - através do famoso "Plano Cohen" - o golpe de 10 de novembro de 37: os comunistas.(42)

Numa tentativa de cortejar os setores de esquerda (mas também é forçoso reconhecer, pressionado pelas condições externas e internas), Vargas atende as reivindicações dos comunistas. No dia 2 de abril de 45 eram estabelecidas as relações diplomáticas com o governo de Stálin. Dezesseis dias depois, Getúlio assinava o decreto de anistia a todos os que haviam cometido crimes políticos desde julho de 1934.

A anistia permitiu que o líder comunista Luiz Carlos Prestes e mais quase uma centena dos até então chamados "agentes de Moscou" recuperassem a liberdade, não apenas física, mas também política. O PCB vai às ruas. Publicamente. Sem eufemismos.(43)

Em maio, vinha à luz o Decreto 7.586, que estabelecia o novo Código eleitoral. Entre os meses de junho e julho, Vargas, confiando nas possibilidades de um continuísmo, retira qualquer apoio à candidatura pessedista de Dutra. Era o princípio de um movimento razoavelmente amplo, em que foram mobilizados os mais influentes setores governamentais, bem como parcelas poderáveis da massa operária urbana: trata-se do movimento conhecido pelo nome de "queremismo", cuja bandeira de luta era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio no poder, isto

é, sem a realização das eleições presidenciais de 2 de dezembro.(44)

A política getulista de aproximação com as esquerdas, em especial com o Partido Comunista, daria frutos ao caudilho. Desde a libertação das lideranças comunistas pela anistia, Luiz Carlos Prestes vinha insinuando que a "Constituinte com Getúlio" seria uma solução que evitaria as candidaturas oligárquicas de Eduardo Gomes e Dutra, "impostas de cima para baixo", confiando na capacidade das massas populares de eleger uma Constituinte realmente representativa dos interesses do povo. "Já no grande comício comunista do dia 23 de maio, realizado no Estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, e de repercussão no país e no exterior, diante de grande concentração popular, Prestes dava demonstrações de exaltação política a Vargas, pois o julgava agora próximo dos interesses populares". Essa aliança tática entre o varguismo e os comunistas se solidifica após a decretação da lei antitruste (conhecida como "Lei Malaia"), que entraria em vigor nos princípios de agosto. "Ao que tudo indica, as relações entre o PC e Getúlio Vargas, em 1945, tinham caráter de aliança política, especialmente após a decretação da chamada "Lei Malaia"... Em agosto desse ano o PC cria o MUT (Movimento de Unidade Trabalhista) para a mobilização operária na campanha "queremista".(45)

Em outubro, Getúlio, pensando na possibilidade de que o processo eleitoral seria irreversível, joga com mais uma manobra, marcando as eleições para governadores nos estados ao mesmo tempo em que os pleitos para Presidente da República e Congresso

Nacional. "A verdade é que nem o prazo nem as condições favorecem as oposições, pois o decreto para eleição dos governadores é de 10 de outubro e as eleições gerais estão marcadas para 2 de dezembro; depois, quem governa os estados são os interventores nomeados durante a ditadura do Estado Novo, e todos são da confiança de Getúlio Vargas. É natural que, conseqüentemente, a máquina político-administrativa está em mãos dos grupos oligárquicos situacionistas e o que se daria seria simplesmente a permanência destes grupos, agora, de maneira legal; além disso, o golpe representa reforço do grupo getulista contra a possível vitória das oposições em plano federal, com Eduardo Gomes".(46)

Como é evidente, a manobra suscitou violentos protestos da oposição, que lança manifestos acusando o governo de "arbitrariedades políticas". Não há como esconder que a crise final está em marcha e o governo de Getúlio tem seus dias contados, pois já não conta com bases militares. Todos os generais conspiram, em reuniões, com oposições civis.

Os Generais reunidos no Ministério da Guerra propõem-lhe a renúncia ao cargo, em troca de garantias pessoais para o Presidente e seus familiares. Na noite de 29 de outubro, finalmente convencido da impossibilidade de manter-se no poder, Getúlio renuncia. Era o fim do regime do "Estado Novo", que durou oito anos.

No dia seguinte, o poder era entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, que dirigiria o país até a realização das eleições presidenciais de 2 de dezembro.(47)

A IMPRENSA AGRÍCOLA NO ESTADO NOVO

A Censura

Para Sodré (48), Vargas soube e teve as condições para empolgar a tendência direitista que se acentuou no país, destinada a deter o avanço democrático, instaurado, por via de golpe palaciano, em novembro de 1937, o Estado Novo. No mesmo dia em que fechando o Legislativo, assumia todos os poderes, assessorado e estimulado pelos chefes militares, com os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra à frente, Vargas baixou outra Constituição, preparada por Francisco Campos, adaptada do modelo totalitário europeu e por isso logo apelidada de "polaquinha". Com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável censura à imprensa e, mais do que isso, a proibição de novos jornais e o fechamento de outros.

A censura, por exemplo, em São Paulo, foi das mais severas do país. O controle da imprensa falada e escrita, especialmente no período da ditadura estadonovista, cerceou todos os veículos de divulgação existentes. No negro período de 1937-1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do Executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa.

A ditadura criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, segundo o modelo nazista; o famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos. Nos Estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço. Nos dias mais agudos da

ditadura, esse controle de imprensa destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o 'visto' do fiscal do governo. Uma sala especial foi montada para o controle das estações de rádio. Cada estação tinha um censor responsável que acompanhava, nos seus três períodos de funcionamento, os vários programas, anotando o que de estranho se verificasse, transmitindo ao chefe do controle as irregularidades por ventura apuradas. Os jornais passaram, assim, a servir à ditadura. Em março de 1940, a redação de O Estado de S. Paulo foi ocupada pela Polícia Militar, acusando os proprietários e diretores de terem ali armas escondidas. O jornal foi tomado, reaparecendo diretamente subordinado ao DIP, sob a direção de Abner Mourão, vindo do Correio Paulistano. O DIP distribuía verbas a jornais e emissoras. Jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam, o quanto era possível enriquecer-se e corromper-se. Entre os jornais empresariais, raríssimos foram os que não se corromperam.

Discurso Sufocado

Para Sodré (49), a relação dos desmandos que caracterizaram o Estado Novo e as consequências que essa forma totalitária do governo trouxe à imprensa não necessitam ser detalhadas, bastando situar o problema da ausência de liberdade de pensamento e a institucionalização da censura para compreender quão graves e profundas foram. A caricatura, só para mencionar um aspecto da situação, entrou em decadência; não poderia sobreviver em tal clima: "A partir de 1937, com a implantação do Estado Novo e a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a

caricatura política brasileira, que dera os mais belos frutos até então, perdeu terreno, arrefeceu o ímpeto, asfixiada por oito anos de pressão policial.

A deflagração da segunda Guerra Mundial, em 1939, teria reflexo muito profundo no Brasil: na fase inicial, de avanço vitorioso e irresistível das forças nazistas, fascistas e nipônicas, esses reflexos foram no sentido de fortalecer o regime totalitário aqui dominante; o Brasil adotou posição neutra, o noticiário da imprensa e do rádio mostrava isso; a partir da entrada dos Estados Unidos no conflito, em 1941, aqueles reflexos se fizeram em sentido oposto; a entrada do Brasil na guerra, no segundo semestre de 1942, foi, realmente, a consolidação dessa mudança: o Estado Novo começou a deteriorar-se rapidamente. No decorrer dessa evolução, a imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações. A maioria dos jornais tomou o partido dos países que combatiam o nazi-fascismo: a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia no próprio Brasil.(50)

É ainda nessa fase que o Governo se preocupa com a sua propaganda, conseguindo lançar e manter revistas culturais, como Planalto, quinzenário paulista editado pelo Departamento Estadual de Imprensa, circulando de 15 de maio de 1939 a 10 de abril de 1942, ou como Cultura Política editada no Rio pelo DIP, sob a direção de Almir de Andrade. A Manhã, do Rio, e A Noite, de S. Paulo, pertenciam as Empresas Incorporadas no Patrimônio da União, entre as quais estavam ainda a mais poderosa emissora do país, a Rádio Nacional. Um dos poucos jornais de empresa

particular lançados nessa fase foi o Jornal da Manhã, em S. Paulo, dirigido por José Carlos Pereira de Sousa, tendo Galeão Coutinho como redator principal.(51)

Exemplo típico do clima em que vivia o país, nessa primeira fase da guerra, foi a prisão de Monteiro Lobato, que escrevera, a 5 de maio de 1940, carta a Vargas, a respeito da política do petróleo até então seguida pelo Governo. Quase um ano depois, a 20 de março de 1941, dois investigadores prenderam o escritor, no escritório da União Jornalística Brasileira. Lobato foi mantido incomunicável por vários dias, no presídio em que se misturavam presos comuns e presos políticos: "Eram espectros que se arrastavam, tontos, bobos, idiotizados - tantas foram as torturas que lhes infligiram no famoso e infante Gabinete. E entre os presos comuns tenho visto sinais horríveis... Não tem fim, Fernando, a lista de horrores... Muitos chegam e vão para a enfermaria para morrer. Ora, não me consta que haja alguma lei autorizando a aplicação de torturas no Brasil. E se não há essa lei, então esses atos constituem monstruosos crimes da Polícia". Esse libelo do escritor ficou sem resposta. Ele sabia que a corrupção ditatorial chegava a todos os campos, e acusava: "O que hoje se publica é palha apenas, porque os autores são obrigados a engolir as suas idéias. Há no Estado Novo um medo pânico da liberdade do pensamento - daí a opressão"; sabia, também, que o Brasil daquele tempo apresentava "complexo sistema de parasitismo em repouso sobre um larguíssimo pedestal de escravos andrajosos".(52)

A cultura brasileira atravessou um túnel, no Estado Novo; o romance pós-modernista, que vinha em vigorosa ascensão, marcada particularmente pelos ficcionistas nordestinos, que fixavam, quase em documentários, a miséria nada pitoresca das populações daquela região, declinou, e a sua figura mais alta, o maior escritor brasileiro desde o desaparecimento de Machado de Assis, - Graciliano Ramos - fora arrancado de sua função de educador, tivera a cabeça raspada como os sentenciados e mofara nos presídios, sem processo, e sem jamais ter sido ouvido; a ficção encolhera-se em psicologismos estéreis e em inconsequentes fantasias. Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros; fogueiras deles encheram as ruas e praças, bibliotecas foram vasculhadas e expurgadas, sob o clima de terror que abafava tudo. Revistas como Carioca, em circulação desde 1935, ou Vamos Ler, lançada em 1936 - ambas das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, isto é, do Governo - forneciam a evasão, a primeira tratando de música, cinema, rádio; a segunda, de literatura, tudo na base de muita figura, apresentação boa, rodadas em rotogravura. Em 1937, sob a direção de Brício de Abreu, começou a circular o seminário de letras Dom Casmurro, cuja coleção espelha com fidelidade o baixo nível da atividade literária da época. Como exceção, surgiria, em 1938, o semanário Diretrizes, a princípio sob a direção de Azevedo Amaral e Samuel Wainer, e, depois, apenas deste: com esforços curiosos, muita malícia e alguma ousadia, passando assuntos entre as estreitas malhas de vastíssimo rol dos assuntos proibidos, essa revista teve, realmente, papel de relevo na época, que foi ainda maior à medida em que, desde 1942 - o ataque japonês a Pearl

Harbour ocorreu a 6 de dezembro de 1941 - os Estados Unidos juntaram-se aos Aliados. A participação da União Soviética na guerra, forçando a suspensão da propaganda anticomunista no ocidente, permitiu o combate ao nazi-fascismo e o Estado Novo começou a ser esvaziado de seu conteúdo originário e a debilitar-se. A intervenção brasileira no conflito, com a preparação e o embarque da FEB, acentuou esse novo sentido do processo político.(53)

Começou a ressurgir o interesse pelo estudo dos problemas nacionais, em particular os econômicos. Ao lado do Observador Econômico e Financeiro, mensário mantido por Valentim Bouças, apareceram outros, em S. Paulo, como a Revista Industrial, Órgão da Federação do Estado de São Paulo, e o Digesto Econômico, Órgão da Associação Comercial do Estado de São Paulo, publicações mensais, ambas iniciadas em 1944.

Já era possível o aparecimento de novos jornais, começando a circular, no Rio, a Folha Carioca, em 1944, de que era diretor artístico Andres Guevara. Restava apenas romper declaradamente o cerceamento da censura: essa ruptura foi todo um processo de alargamento de brechas, não podendo ser situada nas limitações de um gesto isolado. Assim, O Diário de São Paulo, depois de algumas hesitações, decidiu publicar sensacional entrevista de Monteiro Lobato, oportunidade em que o escritor teve a ousadia, para o momento, de "louvar o regime socialista e criticar a ordem capitalista", considerando Luis Carlos Prestes, preso há cerca de nove anos, como "um dos maiores brasileiros", e fazendo afirmações contundentes: "É graças aos comunistas que

hoje apodrecem nas cadeias a realização do sonho socialista se aproxima"; a "nossa ordem social baseia-se na miséria"; "O que a Rússia fez nesta guerra, e o que está fazendo na ciência, na educação e em todos os setores da vida humana é o maior dos milagres modernos e essa vitória da experiência russa, meu caro, não pode mais ser oculta aos olhos de todos os países, está aí a crise do mundo". O jornal teve de reimprimir a edição em que saiu a entrevista, uma semana depois, tal o interesse que despertou. A 2 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida concedeu ao Correio da Manhã entrevista que abriu o problema eleitoral. No mesmo dia, o repórter Edgard da Mata Machado, de O Globo, conseguiu saber e divulgar o candidato da oposição - que começava a mostrar-se ostensivamente - seria o brigadeiro Eduardo Gomes.(54)

O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA (SIA)

O Decreto-Lei 2.094 transforma o Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura em Serviço de Informação Agrícola (SIA). As suas principais atribuições eram:

"a) coligir, guardar, coordenar e publicar os textos e outros elementos discriminativos das atividades do Ministério, dados estatísticos, etc.;

b) elaborar os Anais do Ministério;

c) fornecer ao Departamento de Imprensa e Propaganda os elementos de que esse carecer para o exercício de suas atividades; (o grifo é nosso);

d) recolher os dados para o relatório anual do Ministério;

e) organizar um serviço de informações de todas as atividades do Ministério, especialmente para lavradores e criadores."(55)

O DIP, portanto, tinha o seu braço direito na agricultura.

Não vamos aprofundar nosso estudo em relação ao DIP. O destaque foi feito para demonstrar que a mesma estratégia populista desenvolvida para o meio urbano à época, guardadas as devidas proporções e peculiaridades, também foi feita para o meio rural.

Através do Decreto n. 5.520, de 11-04-40, é aprovado o Regimento do Serviço de Informação Agrícola (SIA), que, em síntese, era o seguinte:

Art. 1o - O Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.), em que se transformou o Serviço de Publicidade Agrícola pelo Decreto-lei n. 2.094, de 28 de março de 1940, é diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Agricultura, tem a seu cargo a guarda, coordenação e publicação de textos, relatórios, dados estatísticos e outros elementos discriminativos das atividades do Ministério, a execução e direção dos trabalhos cinematográficos, bem como manter um serviço de orientação, informações e reclamações para atender ao público, especialmente aos lavradores e criadores.

Da Organização

Art. 2o - O S.I.A. é constituído dos seguintes órgãos:
Secção de Divulgação (S. D.)
Secção de Documentação (S. D. T.)
Secção de Cadastro (S. C.)
Turma de Redação (T. R.)
Gabinete de Cinematografia (G. C.)

- Haverá nas capitais e nas cidades principais dos Estados correspondentes do S. I. A., designados pelo Ministro de Estado dentre funcionários do Ministério que, sem prejuízo de suas funções normais, agirão como colaboradores do S. I. A. nas localidades em que tiverem sede.

A Secção de Divulgação (S. D.) compete, em colaboração com os órgãos próprios:

a) editar em livros, folhetos, cartazes, circulares, cartões postais, etc., os trabalhos do Ministério feitos com o objetivo de racionalizar as práticas agrícolas, pecuárias e minerais;

b) divulgar comunicados oportunos sobre assuntos de agricultura, pecuária, indústrias rurais e riquezas minerais;

c) realizar reportagens sobre os trabalhos do Ministério, bem como de propriedades agrícolas que possam servir de modelo aos lavradores;

d) organizar as publicações periódicas do Ministério;

e) conduzir campanhas publicitárias em favor do reflorestamento e da organização cooperativista dos pequenos produtores, pelo maior emprego de máquinas agrícolas e de adubos, pelo uso de sementes selecionadas e ainda orientando a luta contra a erosão, as pragas e doenças;

f) auxiliar a organização e a manutenção de clubes agrícolas escolares, para a formação de uma mentalidade ruralística nas novas gerações do Brasil; e

g) fomentar a exploração de indústrias agrícolas subsidiárias, visando atividades adequadas e lucrativas para a mulher das zonas rurais.

A Seção de Documentação (S. D. T.) compete:

a) coletar e organizar em pastas e fichas, por assunto, a legislação agro-pecuária e mineral do país;

b) coleccionar em pastas, classificados por assuntos, recortes de jornais, revistas, etc., sobre matérias de interesse do S. I. A.;

c) seleccionar e classificar as publicações editadas ou adquiridas pelo S. I. A., facilitando a sua consulta;

d) promover a permuta das publicações, periódicas ou não, do Ministério, com congêneres do país e do estrangeiro;

e) traduzir, quando necessário e por determinação do Director, as publicações estrangeiras; e

f) organizar o arquivo fotográfico do Ministério e promover, periodicamente, exposições de fotografia que evidenciem ao público as actividades dos órgãos técnicos.

À Secção de Informação e Reclamações (S. I. R.) compete:

a) prestar ao público quaisquer informações, esclarecimentos e instruções relacionadas com a acção dos órgãos técnicos do Ministério;

b) receber e encaminhar, sempre em carácter urgente, todas as reclamações do público relativas aos serviços do Ministério, promovendo as medidas que forem necessárias à imediata solução das mesmas;

c) executar a distribuição das publicações editadas ou adquiridas pelo Ministério;

d) promover a reedição, atualizada, dos trabalhos esgotados, de acordo com o interesse do público, e

e) sugerir ao Director a edição de publicações sobre assuntos mais procurados pelo público.

À Secção de Cadastro (S. C.) compete:

a) organizar o cadastro geral de todos os lavradores, criadores e indústrias minerais existentes no país;

b) organizar uma sùmula bibliográfica anual de todos os trabalhos oficiais, ou não, publicados no país sobre produção vegetal, mineral e animal; e

c) manter fichários de bibliografia de todos os trabalhos publicados no mundo que interessem às actividades do Ministério.

À Turma de redacção (T. R.) compete:

a) rever quaisquer trabalhos a serem editados pelo S.I.A., inclusive as publicações periódicas; e

b) rever as legendas e a sincronização de filmes confeccionados no Gabinete de Cinematografia.

Ao Gabinete de Cinematografia (G. C.) compete:

a) confeccionar os filmes sobre a propaganda dos métodos agropecuários e mineral; e

b) fazer registro animado dos aspectos e acontecimentos decisivos da vida econômica do país.

A confecção de filmes cinematográficos será orientada e dirigida por técnicos especializados, segundo o assunto dos mesmos, e ainda mediante plano previamente aprovado pelo Director.

Nenhum filme poderá ser encaminhado a exame do órgão competente senão após aprovação do Ministro.

A filмотeca do S. I. A. ficará a cargo do Gabinete de Cinematografia.(56)

O SIA dedicou-se a realizar programas de informação, utilizando diversos meios de difusão de notícias e ensinamentos técnicos. Noticiários distribuídos diariamente à imprensa e ao rádio ocupavam lugar destacado pelo volume da matéria fornecida e encontravam aceitação plena, dada a origem: DIP/SIA.

Imprensa

Cerca de três mil matérias jornalísticas - notícias, reportagens, fotos-legenda, entrevistas - eram distribuídas anualmente a jornais, revistas agrícolas, agências de notícias e estações de rádio, efetuando uma cobertura permanente das atividades da Agricultura. Distribuía-se também um "Serviço SIA para o Interior", resenha noticiosa quinzenal, para mais de 400 jornais de circulação regional e municipal. E, ainda, centenas de "comunicados técnicos", alcançando a média anual de 300 mil folhas mimeografadas.(57)

Rádio Rural

No setor de radiodifusão, o SIA elaborava e promovia a transmissão dos seguintes programas: a) Terra Brasileira, semanal, aos domingos, duração de uma hora, na Rádio Ministério da Educação e Cultura; b) Informação Agrícola, noticioso, duas edições diárias de cinco minutos, transmitido por oito emissoras do Rio de Janeiro: Rádio Nacional, Tamoio, Tupi, Mayrink Veiga, Jornal do Brasil, Guanabara, Mauá e Ministério da Educação e Cultura; c) Informação Agrícola, semanal, educativo e noticioso, de 15 minutos, fornecido a cerca de 250 emissoras do interior, em quase todos os Estados. Essa cobertura dava ao Ministério da Agricultura grande penetração, através de uma cadeia radiofônica que, na época, era a maior do País.(58) (vide o anexo N. 1 que contém a relação completa das rádios).

Cinematografia

Quanto ao cinema, o SIA chegou a produzir cerca de 350 filmes. A exibição pública desses filmes se fazia em dois circuitos nacionais (UCB e Luiz Severiano Ribeiro). Convênios com os Governos do Canadá, Estados Unidos, México, França e Itália permitiam fornecer a esses países cópias de documentários de curta metragem. Dois filmes de média metragem produzidos pelo SIA - **Inspeção Federal de Carnes e Inseminação Artificial** - obtiveram menção honrosa em congressos internacionais no Canadá e Itália. Também no I Festival Internacional de Curta Metragem, realizado no Brasil, foi premiado um filme do SIA - **Nordeste**.(59) (em 1953 ocorreu um incêndio no laboratório

cinematográfico do SIA que destruiu todos os filmes).

De acordo com Mourão (60), entre 1933 e 1946 eram realizados trabalhos cinematográficos feitos por encomenda do governo de Vargas. Era a Cinédia que fazia filmes para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que eram produzidos e distribuídos por ela.

Até 1932 não havia nenhuma lei que favorecesse o filme nacional. O meio cinematográfico era composto por diletantes sem nenhum tipo de organização a não ser uma revista, a Cinearte, surgida em 1926 e dirigida por Adhemar Gonzaga e Mário Behring.

Somente em 1934 é publicada no Diário Oficial lei que pretende defender o filme brasileiro, a qual obriga a exibição de um curta-metragem nacional antes de qualquer filme de longa-metragem. Getúlio Vargas é aclamado como benemerito número 1 do cinema brasileiro. A Associação Cinematográfica de Produtores Brasileiros promoveu uma manifestação na qual Getúlio Vargas pronuncia um discurso no qual vislumbra o potencial do cinema e coloca o seguinte:

(...) A técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea. Ao revés das gerações de ontem, obrigadas a consumir largo tempo no exame demorado e minucioso dos textos, as de hoje e, principalmente, as de amanhã entrarão em contato com os acontecimentos da história e acompanharão o resultado das pesquisas através das representações da tela sonora. Se nos centros de civilização milenar, já exerce o cinema tão alta função, muito maior será a sua importância nos países novos, a exemplo do nosso. Amparando a indústria cinematográfica nacional o governo provisório cumpriu ditame imperioso e irrecusável. Por sua desmensurada grandeza geográfica depara o Brasil com uma série de problemas complexos de ordem econômica política e social, cujas soluções dependem da análise rigorosa de certos dados fundamentais, em geral obscuros e indecisos.

O papel do cinema, nesse particular, pode ser verdadeiramente essencial. Ele aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República. O caucheiro amazônico, o pescador nordestino, o pastor dos vales do Jaguaribe ou do São Francisco, os Senhores de engenho pernambucanos, os plantadores de cacau da Bahia seguirão de perto a existência dos fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais, dos criadores do Rio Grande do Sul, dos industriais dos centros urbanos; os sertanejos verão as metrópoles, em que se elabora o nosso progresso, e os citadinos, os campos, e os planaltos do interior, onde se caldeia a nacionalidade do porvir.

(...) O cinema será, o livro de imagens luminosas, em que as nossas populações praijeiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressionante.

Para os letrados, para os responsáveis pela nossa administração, será essa uma admirável escola de aprendizagem.

Associando o cinema ao rádio e o culto racional dos esportes, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que, assim se formar, será digna do patrimônio invejável que recebeu. (61)

Estava instituída a intervenção do Estado na exibição de filmes no país, .

Os documentários do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não passavam de meras demonstrações de poder e força, primitivos como propaganda política. Como exemplo podemos citar, entre muitos outros, a Parada de 7 de setembro ou o Discurso de Getúlio Vargas, no 10 de maio, filmes que se preocupavam basicamente com a grandiosidade do acontecimento. O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934 e dirigido por Lourival Fontes, era embrião do DIP. Estava destinado a estudar a utilidade do cinema e dos demais processos técnicos que servissem como instrumento de difusão cultural e, ainda, estimular a produção, favorecer a circulação e

intensificar a exibição em todos os meios sociais de filmes educativos, classificando-os para prover a sua intensificação por meio de prêmios e favores fiscais. Era ligado ao Ministério da Justiça.(62)

Editoração

Como órgão editor, o SIA desenvolveu intensa atividade na produção de livros, folhetos e periódicos, tendo consolidado o prestígio da marca "Edições SIA". As tiragens variavam de 3 mil até 30 mil exemplares, conforme a obra, numa média anual entre 300 mil a 400 mil volumes, parte distribuída gratuitamente (a biblioteca e outras instituições) e parte destinada a venda. As edições - mais de mil títulos - se classificavam em séries bibliográficas: a) SIA - folhetos e livros de divulgação de assuntos técnicos para lavradores e criadores; b) didática - livros técnicos para estudantes e profissionais de agronomia e veterinária; c) documentário - monografias descritivas sobre instituições (parques nacionais e outras); d) estudos brasileiros - obras de pesquisa, interpretação e análise de problemas econômicos e sociais; e) clubes agrícolas - monografias sobre educação rural para professores do ciclo primário; f) estudos técnicos - obras de natureza técnico-científica; g) estudos e ensaios; h) documentário da vida rural; Calendário Agrícola do Brasil. Entre os periódicos, publicava: Boletim do Ministério da Agricultura - com artigos técnicos, legislação e atos administrativos; Nossa Terra - revista mensal, ilustrada, impressa em rotogravuras; Informação Agrícola - jornal quinzenal; Brincar e Aprender - revista trimestral, ilustrada, com matéria

educativa e recreativa, para os clubes agrícolas escolares; Notícias Bibliográficas - revista bimestral, com resenhas de trabalhos técnico-científicos selecionadas de publicações nacionais e estrangeiras, notícias sobre as edições do SIA e obras catalogadas em sua biblioteca; Carta Semanal - um house organ do Ministério da Agricultura.(63) (Quase todo este material publicado pelo SIA está devidamente catalogado pela Biblioteca do Ministério da Agricultura-CENAGRI).

Consultas

O SIA atendia a uma média de três mil consultas individuais, por correspondência ou pessoalmente, por ano. E fazia, ainda, obras de extensão educativa, através do incentivo à fundação de clubes agrícolas, cursos para professores rurais e "semanas ruralistas", com aulas e demonstrações práticas para agricultores, promovidos por todo o País, numa média anual de 20 a 30.(64)

POPULISMO NA AGRICULTURA

Dentro da estratégia do DIP de exercer um vigoroso controle sobre os meios de comunicação e, principalmente, de popularizar os governantes junto às massas, o SIA se mostrou bastante eficiente nas suas ações, tanto fazendo uso do rádio, do cinema, como de toda a gama de material impresso. Milhares foram as publicações que traziam em seus discursos fatos e eventos que colocavam em destaque a figura do Presidente da República e do Ministro da Agricultura.

Vejamos alguns exemplos extraídos de séries institucionais que eram publicadas pelo SIA e divulgadas para todo o País:

. Grandioso Plano de Ensino e Pesquisas Agronômicas:

"Graças ao trabalho do Serviço de Informação Agrícola, em colaboração com o DIP, os brasileiros possuem hoje um conhecimento bem maior da ação governamental em favor da agricultura..."

"Com o decidido apoio do Presidente Vargas, os trabalhos foram prontamente atacados, merecendo a mais entusiástica e constante assistência do Sr. Fernando Costa, que traçou e orientou o Plano Geral".

"A partir de 1930, começou o Governo do Presidente Getúlio Vargas a emprestar a tão importante órgão o apoio indispensável ao desempenho de suas múltiplas funções, tendentes a desenvolver, racionalmente, nossa produção agrícola, animal e extrativa e a resolver seus problemas correlatados... A política ruralista do governo concretizou-se com a escolha de agrônomos para o Ministério da Agricultura..."(65)

Propaganda Agrícola

"Reconhecendo o alto valor da propaganda, o Governo criou, em 1938, no Ministério, o Serviço de Publicidade, hoje de Informação Agrícola. Milhares de publicações e cartazes foram editados. O gabinete de cinematografia produziu cerca de 200 filmes sobre temas rurais. A biblioteca agrícola já conta com valiosos trabalhos. Folhetos agrícolas dos EE.UU. estão sendo traduzidos para distribuição. Dezenas de interessados são atendidos, diariamente, por carta, telefone ou pessoalmente. Para o DIP é remetido, todos os dias, o noticiário do Ministério, versando sobre os mais variados assuntos da economia rural. Por intermédio desse noticiário e das suas publicações, o Ministério divulga, quando de interesse público, os atos do ministro e diretores de serviço; anima as campanhas dos vários órgãos, como as do gasogênio, fomento agrícola, cooperativismo, pesca, produção mineral, defesa sanitária das plantas e dos animais, da pecuária, do reflorestamento, da colonização, dos clubes agrícolas, etc. Além disso, o Ministério faz propaganda das nossas riquezas, chamando a atenção para a terra; torna os municípios mais conhecidos; promove conferências culturais, mantém correspondentes nos Estados, patrocina programas radiofônicos de caráter agrícola, etc. Realiza a campanha dos clubes agrícolas, prestando-lhes assistência técnica e material.

Enfim, trabalha pela formação de uma consciência econômica nacional mais interessada e esclarecida em torno dos problemas agrários.

Pelo exposto, conclui-se que o Ministério da Agricultura, devidamente apoiado pelo Presidente Getúlio Vargas, vem realizando com acentuado idealismo, a sua finalidade, favorecendo a exploração da terra e a melhoria de vida do nosso homem rural".(66)

Reforma do Ministério da Agricultura

... "Nos países adiantados, a administração da pasta da Agricultura, ou melhor, da Produção, constitui das mais sérias preocupações dos respectivos governos, que através dela executam complexo programa de desenvolvimento econômico, fator básico da independência dos povos.

A partir de 1930, começou o governo do Presidente Getúlio Vargas a emprestar a tão importante órgão o apoio indispensável ao desempenho de suas múltiplas funções, tendentes a desenvolver, racionalmente, nossa produção agrícola, animal e extrativa e a resolver seus problemas correlatos.

Relevantes serviços surgiram depois daquela data, especialmente com a reforma ampla e profunda realizada no Ministério da Agricultura em 1933; entretanto, a maior soma de benefícios deve o Brasil, nesse como em outros setores, ao novo regime, implantado a 10 de novembro de 1937.

Depois que o Governo reformou, em 1938, o Ministério da Agricultura e prestigiou a ação de seus técnicos e dirigentes, o Brasil inteiro colheu benefícios de uma salutar política de realizações. Todos os problemas de nossa economia rural foram estudados e providenciados ainda a solução de muitos deles.

O Ministério da Agricultura consolidou, então, sua extraordinária importância dentro da administração pública brasileira, não só por ser o órgão que possui o maior núcleo técnico de valor do país, entre agrônomos, veterinários, engenheiros de minas, químicos, economistas, etc. como também pelo fato de depender do êxito de sua missão o futuro econômico do Brasil.

O programa de fortalecimento econômico - representado no progresso industrial, com base na agricultura e mineração prósperas e eficientemente organizadas - está em franca execução.

O Governo, reconhecendo o muito que precisa realizar nesse campo, não poupa sacrifícios para remover os grandes obstáculos que se oferecem ao extraordinário empreendimento, de maior relevância para as gerações vindouras. Não é possível, entretanto, a um só governo resolver todos os problemas do Brasil. Eles são muitos e complexos, diante de nossos opulentos recursos ainda inexplorados ou deficientemente aproveitados; das condições precárias de enormes trechos de nosso vastíssimo hinterland; diante dos grandes problemas da educação, saúde, comunicação,

agricultura, etc. O desenvolvimento dos transportes é de capital importância para o maior surto agrícola e melhoria do abastecimento dos mercados.

Todos esses assuntos estão, todavia, bem focalizados e a ação governamental promove a grande jornada de brasilidade.

Merece elogios a rápida organização e ampliação do nosso parque industrial, como também causa entusiasmo o que se tem feito, nos últimos anos, nos domínios da agricultura. Como afirma o ministro Apolônio Sales, as lavouras de algodão, café, cana, arroz, mandioca e outras, o admirável surto citrícola, o progresso da pecuária, podem enfileirar-se ao lado da modernização de nossas fábricas e da multiplicação dos centros industriais do Brasil. Não é, portanto, de admitir que o governo do Presidente Getúlio Vargas, atento, solícito e previdente, tenha estado presente a todos os empreendimentos destinados à exploração racional da terra e dos animais.

Podem-se ver, a toda hora, ao lado dos eloquentes números registrados pelas estatísticas, as demonstrações irrefutáveis dos certames de natureza rural, efetuados nas principais regiões brasileira. As exposições agro-pecuárias oferecem um espetáculo grandioso, demonstrando que os destinos da nossa agricultura e pecuária são tão promissores como as das mais promissoras conquistas da técnica industrial...."(67)

. Radiodifusão na Propaganda Rural

"O emprego da radiodifusão na propaganda rural tem sido adotado por todos os grandes países do mundo.

Não é, pois uma novidade.

A Inglaterra, a Itália, a Rumênia, a Tchecoslováquia, a Suíça, a Bélgica, a Espanha, a Dinamarca, a Jugoslávia, a Austrália, a Bulgária, Portugal, Estados Unidos da América do Norte, Argentina, Uruguai e muitos outros países cuidam da difusão pelo rádio de suas atividades rurais, como meio de trazer não só o país informado do seu progresso nesse sentido, como o mundo todo.

Nos campos de todos esses países os rádio-ouvintes aumentam de ano para ano.

Assim, nas casas dos camponeses todos procuram ouvir as informações úteis do rádio e aplicá-las na vida dos campos, com geral eficiência.

Cuida-se, com atividade, de ensinar o povo, por meio do rádio, os problemas que o interessam diretamente.

A propaganda rural, pelo rádio é imprescindível.

Precisamos, por isso, olhá-la de frente, sem mais delongas. A vida prática deve ser sentida e compreendida e o povo deve ter uma direção segura nos seus trabalhos.

Na França há o estudo sério, organizado, da "Radio Avertissement Agricole", da Rádio-Agen" e a radiofonia rural está ali efetivamente num grande adiantamento.

Os trabalhos de Radiodifusão Agrícola, na propaganda rural, são dos mais interessantes do Serviço de Informação Agrícola que, em tão feliz momento Fernando Costa tomou a

iniciativa de organizar, para maior divulgação das atividades do governo fecundo e benéfico do Presidente Getúlio Vargas, na Hora Nova, de dinamismo e realizações, do Brasil Novo."(68)

. A Propaganda Agrícola na Mobilização Econômica do Brasil

... "Está decretada pelo Presidente Getúlio Vargas a mobilização econômica do país. Essa medida é de extraordinária importância, de vez que a mobilização de todos os nossos recursos econômicos, além de constituir o fundamento da preparação militar, representa o maior esforço do Brasil no sentido do seu engrandecimento em bases sólidas. O verdadeiro progresso de um povo - é sabido - reside na prática intensiva e racional da agricultura, atividade que reúne, entre nós, mais de 10 milhões de brasileiros.

Merece elogios a rápida organização e ampliação do nosso parque industrial, como também causa entusiasmo o que se tem feito, nos últimos anos, nos domínios da exploração da terra. Como já afirmou o ministro Apolônio Sales, as lavouras de algodão, café, cana, arroz, mandioca e outros, o admirável surto citrícola, podem enfileirar-se ao lado da modernização de nossas fábricas e da multiplicação dos centros industriais do Brasil.

Os destinos da agricultura e da pecuária são, por certo, tão promissores como os das mais elevadas conquistas da técnica industrial. E, hoje, no Brasil, as indústrias essencialmente agrícolas rejuvenescem e progredem. Ainda salienta o ministro Apolônio Sales que a inversão dos capitais brasileiros nas indústrias vem sendo feita com mais acerto e cuidado, julgando os que a isto se decidem que a garantia dos sucessos das fábricas repousa no desenvolvimento e racionalização das lavouras. De tal modo < a influência da agricultura na consciência nacional que, mesmo quando se fala nas vantagens da implantação da indústria pesada entre nós, não faltam ponderações judiciosas dos que, aplaudindo a idéia, consideram como uma das melhores razões de elogios para esse empreendimento a certeza de que com eles se irá prover a agricultura de maquinismos em larga escala e a preços mais razoáveis. A tendência de outras indústrias em manterem elas mesmas terras de lavoura, destinadas à produção da matéria prima, é como que um reconhecimento do valor da mais nobre de todas as artes. Por isso, em vez de "essencialmente agrícola" sejamos um país "tecnicamente agrícola", único caminho que conduz os povos à prosperidade duradoura.

Em vista da sua extraordinária importância, é intuitivo que a propaganda agrícola figure no Brasil como a força incentivadora e de orientação, em plano destacado.

No momento, pois, em que reunindo todas as nossas forças para a vitória da causa aliada, é oportuno falar sobre a propaganda econômica, notadamente aquela que é desenvolvida pelo Ministério da Agricultura. De há muito,

vem esse órgão não só mostrando aos brasileiros as grandes realizações do governo no setor agro-pecuário e extrativo, como também chamando a atenção para as vantagens do aproveitamento das imensas possibilidades do nosso país, concorrendo, ainda, para que o capital estrangeiro aqui venha a ser invertido honestamente em proveito da economia nacional.

Forçoso é reconhecer que a propaganda agro-econômica, bem orientada e amplamente difundida, é de grande eficiência e, portanto, altamente vantajosa. Não se pode negar que a imprensa e o rádio desempenham papel relevante na formação da mentalidade dos povos e incentivam o progresso nacional. Com esse objetivo, o Presidente Getúlio Vargas criou o Serviço de Publicidade Agrícola, hoje de Informação Agrícola, em 1938. A atuação desse órgão tem sido das mais benéficas. Milhares de publicações técnicas e cartazes foram editadas. O gabinete de cinematografia produziu inúmeros filmes sobre temas rurais. Para o DIP é remetido todos os dias o noticiário do Ministério da Agricultura, versando sobre os mais variados assuntos da economia rural. Por intermédio desse noticiário, o S.I.A. divulga, quando de interesse público, os atos do ministro e diretores do serviço; anima as campanhas do Ministério.

Os jornais e revistas técnicas dispõem hoje maior atenção à propaganda agrícola. Os periódicos agrícolas vivem com dificuldade, porque é, infelizmente, pequeno o público que lê tais assuntos. Também a radiodifusão rural, cujos primeiros passos firmamos com estas conferências e o patrocínio de programas agrícolas, impõe-se em nosso país, principalmente devido à enorme extensão territorial, ao fraco índice de alfabetização e ao atraso das práticas agrícolas, que só agora vão melhorando. Todas as estações deveriam irradiar programas para lavradores, sob a assistência técnica do governo. São louváveis algumas iniciativas desse gênero, destacando-se entre elas a "Hora do Agricultor", todos os domingos, na Rádio Mayrink Veiga, dirigida pelo agrônomo Mário Vilhena. Além disso, poderia ser organizada, oficialmente, a "Hora da Agricultura". As notícias do Ministério veiculadas pela "Hora do Brasil", despertam enorme interesse no interior, de onde chega farta correspondência solicitando informações sobre assuntos irradiados nesse programa do DIP.

O Serviço de Informação Agrícola, é, pois, uma instituição de grande utilidade. Seu trabalho, realizado por um reduzido corpo de auxiliares, é, assim, da maior importância e, no presente estado de guerra, merece amplo desenvolvimento.

Um grande ruralista, o agrônomo Fernando Costa, afirmou num de seus relatórios ao Presidente da República: "Nenhum povo pode ser feliz se não contar com a produção agrícola abundante, variada e estável. E nem há outro meio mais seguro para a formação do capital e o desenvolvimento do progresso social".

A ordem do Presidente Getúlio Vargas é "Produzir mais e melhor", tarefa que nos cabe executar com pleno êxito. Não podemos fracassar e não fracassaremos. Os nossos produtores terão a assistência indispensável.

A mobilização econômica, a cargo do ministro João Alberto, terá o sucesso que todos esperamos, dadas as qualidades e patriotismo de seu dinâmico coordenador. A propaganda agrícola não poderia estar à margem nessa arrancada extraordinária de nosso esforço. Para o seu êxito, muito há de concorrer o Ministério da Agricultura, dirigido pelo agrônomo Apolônio Sales, um técnico de grande valor. Ambos saberão aproveitar totalmente a propaganda agro-econômica como força poderosa dessa gigantesca mobilização e executar, nos setores que lhe traçou a sábia visão do Presidente Getúlio Vargas, o programa que conduzirá o Brasil à vitória ao lado das Nações Unidas...(69)

Além das publicações institucionais do SIA que enalteciam a figura do Presidente Vargas e de seus auxiliares, as revistas e os jornais especializados em agricultura, da iniciativa privada, também publicavam notas, artigos e editoriais colocando em destaque o "grandioso" Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

Vejamos alguns exemplos a este respeito:

Revista Rural Brasileira, ano XXII, n. 257, janeiro de 1942:

A Conferência Pã Americana

"O mês de janeiro foi assinalado com a realização na Capital Federal da Conferência Pã Americana.

Para nós agricultores, e em particular para a Sociedade Rural Brasileira, tivemos pela primeira vez um nosso representante compondo a Delegação Brasileira como assessor técnico agro-pecuário.

O fato merece uma menção especial pois o gesto do Sr. Presidente da República, revela o grande apreço que S.Excia. tem pela agricultura, e a consideração dispensada a nossa Sociedade de classe.

O mundo pede a intensificação do trabalho e à agricultura gêneros de primeira necessidade e produtos considerados estratégicos ou essenciais, para a grande luta para qual fomos chamados a contribuir.

Representando a Lavoura Nacional, o Dr. Joaquim Sampaio Vidal, como assessor da Delegação salientou o papel de relevo que compete à agricultura como principal fornecedora de material indispensável à economia dos povos, assim como a

oportunidade para a implantação no Brasil de novas fontes de riquezas, dando-nos independência econômica e financeira.

Registrando a auspiciosa perspectiva, regozijamo-nos pela feliz iniciativa do Dr. Getúlio Vargas, firmando a representação da agricultura nas Delegações Brasileiras, acrescentando que os que labutam na terra saberão corresponder aos imperativos do momento, trabalhando e produzindo, como sabem fazer os paulistas, engrandecendo São Paulo e o Brasil..." (o grifo é nosso).

. COOP - Síntese Mensal do Movimento Cooperativo da Bahia, ano I, n. 3, setembro de 1941:

Programa de Governo do Interventor Landulpho Alves

"... Fazer respeitar o princípio de autoridade que, por ação tendenciosa, oculta ou ostensiva, vai resvalando aos poucos para um terreno em que não mais se distingue quem manda de quem obedece, a ponto de passarem o respeito à autoridade, o respeito à sociedade e o próprio respeito sagrado à família a ocupar plano secundário nas preocupações sociais, a despeito da reação que os espíritos fortes vão fazendo.

O maior esforço pela consolidação definitiva dos postulados da Constituição da República, reunindo em torno do Governo Central, na destacada figura do Sr. Presidente Getúlio Vargas, toda soma de prestígio e acatamento, para que possa realizar a grande obra que se encarrega o Estado Novo, no sentido de uma reforma radical dos métodos de ação, objetivando o progresso do Brasil.

Cuidar com o maior carinho da educação profissional no Estado, preparando os moços para as profissões mais ligadas à produção de riqueza..." (o grifo é nosso).

. Agricultura e Pecuária, n. 253, maio de 1944:

Vargas e a Agricultura

"Entre as celebrações do natalício do Presidente Getúlio Vargas, que este ano se revestiram de ainda mais acentuado cunho de unidade nacional, numa demonstração renovada do ambiente de estreita coesão em que o Brasil luta pela restauração da paz no mundo invocaram-se, a justo título, as realizações de S.Excia. em favor da agricultura.

O Sr. Getúlio Vargas se revelou, sempre, identificado de perto com as necessidades do meio rural. O propósito

UM MILAGRE FINANCEIRO

(Ilustração nº 16)

O que pouca gente sabe a respeito do Brasil



Presidente GETULIO VARGAS

No banquete oferecido ao presidente Getúlio Vargas pelas classes conservadoras para comemorar o 10.º aniversário do seu governo. Sua Excia. proferiu um discurso do qual reproduzimos a seguinte parte relativa às finanças e administração do país.

"Na esfera das finanças públicas e da administração esforços sem paralelo fizeram-se para o desenvolvimento equilibrado do país, através de empreendimentos de caráter produtivo, melhoria de serviços públicos e verificação exata dos onus e obrigações existentes.

As circunstâncias não comportam análise minuciosa de todas as atividades governamentais no decurso findo. Registramos aqui, apenas, alguns aspectos, pois não seria possível sumarizar as numerosas medidas comuns e extraordinárias, que foram tomadas em matéria de fomento agrícola, reforma dos serviços públicos e extensão da vigilância e amparo do Estado em todos os setores da vida econômica. No que diz respeito à defesa nacional nosso esforço não tem, igualmente, precedentes. Ainda hoje, em solene inauguração do novo edifício do Ministério da Guerra, recapitulamos os progressos de ordem técnica e material realizados.

Após vários meses de trabalho, no primeiro ano de governo, conseguimos apurar o total dos compromissos externos da União, dos Estados e dos Municípios, no montante de 267 milhões de libras esterlinas. Não é exagero acentuar como foi difícil atingir esse resultado, porque faltavam, tanto na União como nos Estados, os elementos comprobatórios do nosso balanço de contas no exterior, achando-se os lançamentos existentes em mãos de banqueiros e comissários de empréstimos. A dívida externa, em 1940, está reduzida a cerca de 10 milhões de esterlinos, ou sejam aproximadamente 100 milhões de dólares, computando-se em 20 milhões a média de amortizações atuais. Os 248 milhões de esterlinos que constituem o saldo devedor não de ser pagos sem sacrifício do nosso progresso e dos legítimos interesses dos prestamistas.

A situação das finanças públicas, internamente, modificou-se também para melhor, e readquiriu a firmeza que não pode deixar de existir como condição primordial da confiança e da normalidade nos negócios.

Construindo, reconstruindo ou ampliando instalações, aumentando o patrimônio público com aquisições de grande vulto, conseguimos arrecadar, em 1939, o duplo das rendas de 1930. As despesas passaram, igualmente, de 2 milhões e 200 mil contos, em 1930, a 4 milhões e 100 mil contos em 1939. Note-se, entretanto, que àquele tempo a percepção dos tributos e a gestão financeira custavam 940 mil contos, enquanto agora, realizando o duplo da arrecadação, dispêndemos a mais 450 mil contos.

Além disso, conseguimos acumular da nossa produção crescente, que atingiu 10 mil quilos este ano, 34 toneladas de ouro, quando em 1933 havia apenas 324 quilogramas. O cunho total equivale ao preço médio atual, a 910 mil contos, ou 20% aproximadamente da garantia real da circulação fiduciária.

Em matéria de transportes e comunicações os índices de rendimento acompanham o progresso geral. A rede ferroviária, que atingiu a 32 mil quilômetros, em 1930, foi acrescida de 3 mil quilômetros, sem contar a reforma quasi total do material fixo e rodante, porque em algumas estradas não se substituíram trilhos nos últimos trinta anos.

A eletrificação da Central do Brasil, melhoramento sempre adiado, teve, afinal, início e prosseguirá como até aqui, financiada com recursos nacionais.

Os 113 mil quilômetros de rodovias existentes estão elevados atualmente a 226 mil. As rotas aéreas em tráfego, que eram de 7.245 quilômetros, em 1929, são hoje oito vezes mais

O CAMPO

(Ilustração nº 18)
Primeiro Premio e Medalha de Ouro na VII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados

ANO 11.º — REVISTA MENSAL DE LAVOURA, PECUARIA E INDUSTRIAS RURAIS — N.º 121



ESTADO NOVO, saneando o ambiente nacional, por todos os quadrantes da atividade humana, criou um novo clima para a imprensa.

A imprensa-gazua, exercida, o mais das vezes, por individuos de poucas letras e muita audácia, em seus dias contados.

O último resquiceo destes panfletos aterrorizadores, que cobriam de maldição a memória do velho Guttenberg, agoniza, próximo a entregar a alma ao diabo.

E' nesta atmosfera sem miasmas que "O CAMPO" penetra ao cumprir o seu 11.º ano de vida.

Não resta dúvida, que as medidas postas em prática pelo Estado Novo trouxeram alguns embaraços à imprensa, mas hoje já vemos que as ligeiras perturbações nem sequer chegaram a alterar o ritmo natural da vida publicitária.

O que se afigurava, aos misoneistas, exigências férreas, entaves de liberdade — desta liberdade que o abuso de uns transforma em tirania para outros — estamos vendo que nada mais é que uma situação necessária à própria vida da imprensa.

O momento de transição vai passando, como passará a situação que a guerra europeia desencadeou.

Toda a imprensa sofre do mesmo mal momentâneo e as revistas técnicas talvez ainda mais que as outras.

Há, no entanto, uma confiança nova, uma esperança bem fundada em dias melhores.

"O CAMPO", que estende seu raio de ação por todo o território nacional, tem procurado não sómente trazer à agricultura os ensinamentos técnicos, como guiá-la através do espirito e das leis do Estado Novo.

Muitissimas são as modificações por que vem passando a produção agricola, dentro da nova estrutura econômica.

A ação do Estado toma, neste momento, uma parte decisiva.

Arreda-se um tanto para o plano secundário o individualismo. Formam-se agremiações de produtores, de cooperativas, de sindicatos, e cuida-se, pela primeira vez entre nós, de forma eficiente, do crédito agricola e de sua justa e boa distribuição.

A politica econômica do mundo torna-se deveras complexa e não basta plantar e colher, é preciso ordenar as diversas atividades, encaminhar a parte comercial, padronizar, disciplinar produtores e comerciantes, tratar dos transportes e baratear os fretes.

E' como se vê, tarefa do Estado, o qual nela está empenhado.

Nunca, tanto como na fase atual, precisa o agricultor de um guia, de um elucidador, dum técnico.

Esse será o papel das revistas agricolas, esse tem sido o nosso primacial cuidado.

"O CAMPO" procura seguir a diretriz traçada pelo Estado Novo, colaborando assim para o advento duma era de prosperidade da lavoura nacional.

11.º aniversário do

“O
C
A
M
P
O”

DR. Ilustração nº 19
FERNANDO COSTA

O CAMPO, junho de 1941



A 5 de junho, às 15 horas no gabinete do Ministro da Justiça, perante numerosa e escolhida assistência, tomou posse do cargo de interventor do Estado de São Paulo, o Dr. Fernando Costa, ex-ministro da Agricultura.

Tão elevada distinção feita pelo Presidente Getúlio Vargas ao agrônomo Fernando Costa, provam ser ele dotado de larga experiência administrativa, de grande entusiasmo pelo interesse público, de espírito alerta, empreendedor e também elevado bom senso.

Essas qualidades demonstradas pelo Dr. Fernando Costa durante os três anos de sua permanência na pasta da Agricultura, fazem esperar, para o grande Estado bandirante, um governo ativo e capaz, um governo em correspondência com o seu ritmo criador e progressista.

"O CAMPO" que, desde muitos anos, se desvanece com a ilustre amizade do Interventor Fernando Costa, congratula-se com o seu grande amigo desejando-lhe o maior êxito na sua nova fase de atividade pública, para a qual o chefe da Nação convocou o seu patriotismo, a sua experiência, o seu descortínio de administrador e de técnico de provada competência.



Grupo tomado no dia do posse do agrônomo Franklin Viégas, novo diretor da Divisão do Fomento da Produção Vegetal, vendo-se ao centro o ministro Fernando Costa

Novo Diretor do Fomento da Produção Mineral

Por decreto do Presidente da República, foi nomeado diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, o agrônomo Franklin Viégas, que vinha exercendo o cargo de chefe da Secção de Fomento Agrícola federal em São Paulo.

Neste posto, o referido técnico conduziu, com eficiência, diversas campanhas agrícolas, destacando-se sobretudo, as do trigo, da mandioca e das fibras nacionais. No desenvolvimento do programa estabelecido pelo ministro Fernando Costa para o Departamento Nacional da Produção Vegetal, a Secção de São Paulo realizou trabalhos dos mais proveitosos para a lavoura regional, favorecendo, por outro lado, com a criação do seu museu agrícola, o intercâmbio comercial entre o Estado e as demais unidades da Federação. Também a Carteira Comercial, ali introduzida, representa outro empreendimento de grande utilidade para os agricultores paulistas, de vez que coloca o produtor em contato direto com as firmas comerciais, orientando-os em suas vendas ou aquisições

A Secção de Fomento Agrícola em São Paulo é, na verdade, uma dependencia técnica de ação construtiva, onde os agrônomos e demais funcionários exercem as funções públicas com entusiasmo e dedicação, visando o incremento racional da nossa produção agrícola.

Por todos esses motivos, o agrônomo Franklin Viégas faz jús à confiança do Governo, sendo sua nomeação recebida com gerais simpatias do Ministério da Agricultura. O titular da pasta tem sido muito cumprimentado pela escolha do novo diretor, que, por certo, trabalhará proveitosamente com o Ministro Fernando Costa, prosseguindo na execução do programa de fomento agrícola para a grandeza econômica de nossa Pátria, um dos principais objetivos do Governo do Presidente Vargas.

governamental, manifestado por atos, mais do que por palavras, de encorajar a remodelação da economia agrária do país, como que melhor se documenta com a relação das realizações oficiais de maior vulto no domínio da agricultura..." (o grifo é nosso).

. O Campo, ano XI, n. 121, 1940:

O Estado Novo

O Estado Novo, saneando o ambiente nacional, por todos os quadrantes da atividade humana, criou um novo clima para a imprensa.

É nesta atmosfera sem miasmas que O Campo penetra ao cumprir o seu décimo primeiro ano de vida.

Não resta dúvida, que as medidas postas em prática pelo Estado Novo trouxeram alguns embaraços à imprensa, mais hoje já vemos que as ligeiras perturbações nem sequer chegaram a alterar o ritmo natural da vida publicitária.

Toda a imprensa sofre do mesmo mal momentâneo e as revistas técnicas talvez ainda mais que as outras.

Há, no entanto, uma confiança nova, uma esperança bem fundada em dias melhores.

O Campo, que estende seu raio de ação por todo o território nacional, tem procurado não somente trazer à agricultura os ensinamentos técnicos, como guiá-la através do espírito e das leis do Estado Novo.

Muitíssimas são as modificações por que vem passando a produção agrícola, dentro da nova estrutura econômica.

A ação do Estado toma, neste momento, uma parte decisiva.

Nunca, tanto como na fase atual, precisa o agricultor de um guia, de um elucidador, dum técnico.

Esse será o papel das revistas agrícolas, esse tem sido o nosso primacial cuidado.

O Campo procura seguir a diretriz traçada pelo Estado Novo colaborando assim para o advento duma era de prosperidade da lavoura nacional".

Essa pequena amostra de publicações realça o quanto o SIA procurava enaltecer a figura do Presidente da República, Getúlio Vargas, e dos Ministros da Agricultura, nas suas ações governamentais.

Por mais paradoxal que possa parecer, o Governo de Getúlio Vargas ao criar esta poderosa estrutura de comunicação voltada para o meio rural, através do Serviço de Informação

Agrícola (SIA), na verdade não estava conferindo uma política prioritária de desenvolvimento e modernização da agricultura. O seu governo, ao contrário, emergiu para transformar o modelo agrário-exportador existente no Brasil desde as suas raízes históricas num sistema urbano-industrial.

Nos parece que todo arsenal de comunicação desenvolvido, objetivou trazer para dentro do aparelho do Estado as contradições e lutas de classes existentes no meio rural, agravadas em parte com o golpe de 30 ou suscitadas por este, sem ter uma forma linear. As políticas rurais passaram a ser desenvolvidas pelo Estado de forma paternalista, através da criação de instituições voltadas para o setor rural, como o Estatuto do Trabalhador Rural e da Terra, o Serviço Social Rural, os Clubes Agrícolas, publicações agrícolas, programas de rádio.

Extinção do SIA

De acordo com Bordenave (70), o apogeu da informação agrícola teve lugar nas décadas de 40 e 50, quando o Ministério da Agricultura possuía um poderoso Serviço de Informação Agrícola, conhecido por suas sigla, SIA, dotado de adequado corpo técnico e equipamento especializado. O SIA desenvolveu um amplo programa de informação, usando diversos meios de difusão de notícias e ensinamentos técnicos.

No final dos anos 50, o SIA cedeu seu lugar a uma nova maneira de fazer informação agrícola: fortalecendo a tarefa persuasivo-comunicativa dos agentes da Extensão Rural, e reduzindo a difusão direta de informação, pelos meios de

comunicação de massa, a uma função de apoio ao contato pessoal.

A mudança de orientação teve por causa o estabelecimento, no Brasil, da cooperação técnica norte-americana nos campos da agricultura, saúde, educação, etc. no contexto do que foi chamado de "Ponto Quatro". Na agricultura, os norte americanos tentaram transferir para nosso continente seu bem-sucedido modelo de "extensão rural" (a palavra extensão vem da ação de estender os resultados da pesquisa agrícola aos agricultores).

Com o maciço apoio do Ponto Quatro, tiveram dinâmico desenvolvimento entidades autônomas de extensão rural nos diversos estados País, organizadas seguindo um modelo experimentado em Minas Gerais pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Para coordená-las em nível nacional criou-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). A ABCAR substituiu o SIA como responsável pela orientação e capacitação na área da informação Rural. As entidades filiadas - as ACARes - executavam em seus seus estados respectivos as atividades de extensão rural e, para apoiá-las, estabeleciam serviços de informação rural encarregados de elaborar mensagens e preparar materiais didáticos para serem usados pelos "extensionistas".(71)

Basicamente, não havia diferença essencial entre os modelos do SIA e da ABCAR quanto à ação informativa: ambos consistiam na captação de conteúdos úteis para os agricultores, sua elaboração na forma de mensagens e sua difusão através de diversos meios de comunicação.

A diferença radica-se no fato de que, enquanto o SIA difundia suas mensagens diretamente aos receptores através de meios impessoais como as publicações, o rádio, o cinema, etc., a Extensão - sem deixar de utilizar tais meios - colocava maior ênfase na intermediação pessoal dos extensionistas e dos líderes rurais por ela mobilizados.(72)

Estas estratégias do SIA foram exaustivamente utilizadas por todos os Presidentes que governaram o País de 1930 até 1960, sendo que o governo de JK contou, inclusive, com a participação maciça do episcopado no meio rural, através do SIA, a despeito de ter imprimido no país um política tipicamente voltada para os grandes centros e para a industrialização, com a conseqüente entrada no País de multinacionais e investimentos estrangeiros.

NOTAS

1. DINIZ, Eli. "O Estado Novo: Estrutura de Poder-Relações de Classes". in.: FAUSTO, B. (org.). "História Geral da Civilização Brasileira". Ed. Difel, São Paulo, 1983, p.94.
2. Ibid, p.95.
4. Ibid, p.97.
5. Ibid, p.96-97.
6. RUBIM, Lindalva, S.O. "Ciclo Baiano e Populismo". in.: MELO, J.M. "Populismo e Comunicação". Cortez Editora. São Paulo, 1981, p.151.
7. Ibid, p.152.
8. Ibid, p.151-153.
9. DINIZ, op. cit, p.80.
10. Ibid, p.81.
11. Ibid, p.82.
12. Ibid, p.80-81.
13. Ibid, p.81-83.
14. Ibid, p.84.

15. Ibid, p.87.
16. Ibid, p.84-85.
17. Ibid, p.86-87.
18. Ibid, p.80-83.
19. Ibid, p.85-86.
20. Ibid, p.80-87.
21. CARONE, Edgar. "O Estado Novo" (1937-1945). Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988, p.165.
22. Ibid, p.165-166.
23. Ibid, p.166-167.
24. Ibid, p.168.
25. Ibid, p.168-169.
26. Ibid, p.169.
27. Ibid, p.170.
28. Ibid, p.170-171.
29. Ibid, p.171.
30. Ibid, p.171.
31. Ibid, p.172.

32. FARO, J.S. "A Comunicação Populista no Brasil: O DIP e a SECOM". in.: MELO, op. cit. p.85-86.
33. Ibid, p.86.
34. Ibid, p.87-90.
35. SKIDMORE, T. E. "Brasil: de Getúlio a Castelo". Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p.21-40.
36. IANNI, O. "O Estado e Planejamento Econômico no Brasil". Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986, 4a Edição, p.26-30.
37. Ibid, p.30-37.
38. Ibid, p.35-36.
39. ALMEIDA JR., ANTONIO, M. "Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas". in.: FAUSTO, op. cit, p.228.
40. Ibid, p.229.
41. Ibid, p.230.
42. Ibid, p.231.
43. Ibid, p.232.
44. Ibid, p.233.
45. Ibid, p.234-235.
46. Ibid, p.233-235.

47. Ibid, p.232-234.
48. SODRÉ, N.W. "História da Imprensa no Brasil", Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1977, 2a Edição, p.267-268.
49. Ibid, p.440.
50. Ibid, p.441.
51. Ibid, p.442-444.
52. Ibid, p.441-445.
53. Ibid, p.440-446.
54. Ibid, p.442-446.
55. BRASIL. Ministério da Agricultura. "Boletim do Ministério da Agricultura", Ano 29, Rio de Janeiro, 1940, p.101.
56. BRASIL. Ministério da Agricultura "Regimento do Serviço de Informação Agrícola". Rio de Janeiro, 1940, p.1-10.
57. VIETRA, J.A. "Informação Agrícola e Relações Públicas". Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Série Documentária n. 03, Rio de Janeiro, 1958, p.42.
58. Ibid, p.42-43.
59. Ibid, p.50-52.
60. MOURÃO, M.D.G. "O Cinema Brasileiro e o Populismo na Década de 30". in.: MELO, op. cit, p.145-146.

61. Ibid, p.147-148.
62. Ibid, p.151.
63. VIEIRA, op. cit, p.22-24.
64. Ibid, p.25.
65. BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. "Grandioso Plano de Ensino e Pesquisas Agronômicas". Separata do Boletim do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1938, p.2-7.
66. Ibid, p.12-22.
67. BRASIL. Ministério da Agricultura. "Ação do Ministério da Agricultura no Quinquênio 1938-1942". Separata do Boletim do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1942, p.1-18.
68. BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. "Marcha Para o Oeste: Conferências Culturais". Rio de Janeiro, 1943, p.1-17.
69. Ibid, Rio de Janeiro, 1944, p.65-69.
70. BORDENAVE, J.E.D. "O Que é Comunicação Rural". Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983, p.24-25.
71. Ibid, p.26.
72. Ibid, p.24-28.

Capítulo IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa, de um modo geral, demorou a ser instalada no Brasil por razões essencialmente políticas e econômicas. Portugal, resguardando seus interesses de metrópole colonizadora, utilizou todos os recursos disponíveis para impedir o funcionamento de qualquer tipografia na Colônia. Essa posição teria fundamento na intransigência dos dirigentes lusos ante a possibilidade de se concretizar a independência brasileira.

Os dirigentes lusitanos consideravam a imprensa como o instrumento que poderia induzir a independência: - "o arbítrio da realza estava acima da menor aspiração de cultura, que pudesse, de longe, conduzir a Colônia ao grande crime de querer ser livre". (Melo, op. cit.). Portugal poderia também ter suas razões políticas para evitar que a imprensa se desenvolvesse no Brasil, dentro do contexto global das limitações impostas pelas nações colonialistas aos seus territórios de além mar. Tanto assim, que nenhuma providência formal foi tomada para introduzir prelos e tipografias em nosso país, durante três séculos de colonização, somente ocorrendo isto no início do século XIX.

No conjunto dos estudos acerca da instalação da imprensa no Brasil, Sodré privilegia a questão econômica, conforme já vimos. De acordo com Sodré, a atividade capitalista representava condição indispensável para a existência e o desenvolvimento da imprensa. Ele explica o retardamento do surgimento da imprensa, como consequência natural da ausência de

capitalismo, ausência de burguesia, enfatizando: "só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu" (Melo, op.cit).

Somos inteiramente solidários com os postulados de Sodré em relação à instalação da imprensa no Brasil, pois a imprensa agrícola surgiu estimulada e protegida pelo Império, visando desenvolver a agricultura e o comércio o que, aliás, já estava previsto na Carta Régia, de 28 de janeiro de 1808, conforme foi analisado.

Desta forma, o Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, editado entre os anos de 1832-1836, e o Jornal Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1891), primeiros jornais especializados em agricultura que surgiram no Brasil, foram patrocinados e protegidos pelo Império, visando promover o desenvolvimento do setor primário, ou seja, o embrionário sistema capitalista brasileiro.

A Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que passou a ser editada em setembro de 1869 surgiu como tentativa de o Império vencer a indiferença com que a imprensa convencional tratava a agricultura e, também, objetivando promover o desenvolvimento agrícola, o que, aliás, está bastante explícito no editorial da primeira Revista do IIFA.

Por outro lado, há que acrescentar ainda que a lavoura nesta época enfrentava problemas de doenças, conforme foi descrito no Capítulo I, além das preocupações econômicas do Império com a economia de divisas. O Império procurou divulgar conhecimentos desenvolvidos nas Escolas e Institutos de pesquisas agrícolas através da informação agrícola (Revista do IIFA), a fim

de aumentar as suas receitas pelo aumento da produtividade agrícola.

A partir da Proclamação da República em 1889 e, principalmente, depois da virada do século, é que começa a surgir no Brasil uma imprensa agrícola capitalista, afirmando a cultura burguesa emergente, com base no modelo econômico agrário-exportador. Rompidas as barreiras do Império, o comércio livre atraiu para o Brasil capitais estrangeiros, principalmente o norte-americano, o que contribuiu para formar um incipiente mercado editorial agrícola com ampla cobertura publicitária.

Surgiu também no âmbito do Ministério da Agricultura (1911) um Departamento de Publicidade Agrícola, o qual sistematizou a nível de Estado um modelo de divulgação especializado em agricultura.

Conforme foi descrito, a passagem do século assinala a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa nas relações de produção: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista.

O jornal como empreendimento individual desaparece nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá até

os nossos dias.

Inúmeras revistas e jornais especializadas em agricultura da iniciativa privada passaram a ser editadas com anúncios e patrocinadores. O discurso publicitário dessas revistas e jornais retrata a cultura da burguesia emergente no Brasil, a partir do início do século XX.

Como vimos, de acordo com Sodré, a imprensa artesanal deixa de existir como aventura isolada e eclode a imprensa em moldes empresariais (capitalista). A cultura burguesa agrária mantém consonância com a imprensa burguesa agrária, que será o marco da Primeira República.

Com o Golpe de 30 e o Estado Novo, há uma tentativa de impor um modelo urbano-industrial no país para atender as elites empresariais urbanas, que clamavam por mudanças.

No âmbito da comunicação, o Estado Novo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual agia com "mão de ferro", segundo os interesses do Estado. Para o setor primário, foi criado o Serviço de Informação Agrícola (SIA), como órgão auxiliar do DIP. O Estado tentou trazer para dentro do seu aparelho as contradições existentes no meio rural, utilizando-se dos meios de comunicação.

O fortalecimento do Executivo durante o Estado Novo configura o clímax de um processo político marcado por uma crise de poder, em que a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto impor-se aos demais seria o traço dominante. Nesse sentido, o autoritarismo corporativista do Estado Novo, sem representar uma partilha do Estado entre os diferentes setores da elite dominante, seria uma alternativa para canalizar conflitos e

interesses heterogêneos para o interior do aparelho de Estado.

Através do SIA, o Estado desenvolveu um amplo sistema de comunicação com o meio rural, usando todo tipo de publicações impressas, cinema, e, principalmente, rádio. Foi montada uma rede de rádio que cobria todo território nacional, para transmitir sistematicamente programas agrícolas e realizar a prática do populismo nos moldes do governo de Getúlio Vargas. O SIA, portanto, fez parte das ações do governo de Getúlio Vargas, visando o fechamento institucional, à semelhança do que o DIP fazia nos grandes centros urbanos.

As elites do meio agrário, que dirigiam o Brasil desde a instalação da República, foram destituídas, em parte, do poder via burocracia do Estado, através do controle da produção, taxa cambial e de preços dos produtos agrícolas. O governo de Vargas, conforme nós vimos, criou inúmeros organismos que fortaleceram o Aparelho de Estado, alterando as correlações de forças existentes no Brasil desde o início da 1ª República. Neste contexto, as populações rurais passaram a ser assistidas, de forma paternalista pelo Estado que, inclusive, criou várias instituições com esse fim, sendo que o SIA cumpria importante papel no jogo de poder e de manipulação da opinião do campesinato, conforme os interesses da ditadura do Estado Novo.

O núcleo central do processo de manipulação de opinião foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), através do seu órgão auxiliar, o SIA. O aperfeiçoamento dos meios de comunicação correu bem próximo com o fechamento institucional. Conforme nós

vimos, não se pretendeu estabelecer uma relação mecânica entre o fechamento institucional e isolamento social do Estado e a intensificação da intervenção na área de comunicação. O projeto de comunicação populista do DIP-SIA foi decorrência também da necessidade de atenuar os conflitos que a Revolução de 30 suscitou nas cidades e no campo. Todos os meios de comunicação foram visados; o rádio adquiriu força, atingindo todo território nacional, incluindo o campo, o cinema e o teatro também ganharam impulso a partir das décadas de 30 e 40. O DIP exercia uma forte censura sobre os meios de comunicação. O jornal O Estado de S. Paulo ficou sob o seu controle até 1945. Por último, instalou-se a verdadeira prática da corrupção e suborno da imprensa em moldes até então desconhecidos.

O populismo, enquanto proposta político-ideológica de uma burguesia dita nacionalista, enraizou-se profundamente na sociedade brasileira, em particular na cultura produzida no período. Diversas são as manifestações da cultura industrializada, em que a visão populista da sociedade estava presente: no rádio, na sua fase áurea; nos períodos iniciais do cinema e da televisão tanto de maneira ingênua nas chanchadas quanto de forma mais trabalhada no Cinema Novo, bem como nas publicações agrícolas, conforme foi demonstrado.

O SIA, na prática, só foi ser desativado depois do Golpe de 64. Durante a sua existência, os vários governos que estiverem à frente do poder, de 1930 a 1960, fizeram uso da sua estrutura de acordo com as suas conveniências e ideologias.

Neste nosso trabalho, não pudemos aprofundar nosso estudo em relação ao SIA, pois a literatura existente respeito é muito escassa ou, praticamente, inexistente. Faltam estudos acerca do papel do SIA no Estado Novo. Neste nosso trabalho, tivemos a intenção principal de sinalizar para essa necessidade. A literatura existente sobre o SIA é composta exclusivamente de documentos e publicações oficiais do Ministério da Agricultura. Não existem estudos críticos, históricos ou sociológicos. O único estudo existente de José Anastácio Vieira, refere-se ao período do governo de Juscelino Kubistchek, sob a forma de relatório. Bordenave faz uma pequena referência ao SIA em seu livro *O Que é Comunicação Rural*.

Esperamos com esse trabalho estimular pesquisadores a desvendar a história da imprensa agrícola no Brasil e, em particular, do SIA, pois o DIP (seu tutor) já está relativamente dissecado e analisado.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Ronaldo C. "Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil". Ed. Polis/CNPq, São Paulo, 1986.
- ALBUQUERQUE, M.C. & NICOL, R. "Economia Agrícola: O Setor Primário e A Evolução da Economia Brasileira". Ed. McGraw-Hill, São Paulo, 1987.
- ALVES, E. "Pobreza Rural no Brasil: Desafios da Extensão e da Pesquisa". CODEVASF, Brasília, 1988.
- ALVES, Maria H.M. "Estado e Oposição no Brasil". (1964/84). Editora Vozes, Petrópolis, 1984.
- BUENO, Wilson da Costa "Jornalismo Científico no Brasil: Os Compromissos de uma Pátria Dependente". ECA/USP. Tese de Doutorado. São Paulo, 1984.
- CARDOSO, F.H. & FALETTI, E. "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981 (7a Ed.).
- CARNOY, Martin. "Estado e Teoria Política". Ed. Papyrus, São Paulo, 1988.
- CARONE, Edgar. "O Estado Novo" (1937-1945). Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988, 5a ed.

- CASTRO, Ana Célia & Outros. "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira, Síntese das Transformações". Ministério da Agricultura / BINAGRI, Brasília, 1979.
- CHACON, Vamireh. "História dos Partidos Brasileiros". Ed. UnB, Brasília, 1981.
- COHN, Gabriel. "Sociologia da Comunicação". Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973.
- -----, "Comunicação e Indústria Cultural". Cia. Ed. Nacional. São Paulo, 1978.
- DREIFUSS, René. "A Internacional Capitalista". Ed. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1986.
- EVANS, Peter. "A Triplice Aliança: As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- FADUL, Ana Maria. "Novas Tecnologias de Comunicação". Summus Editorial. São Paulo, 1986.
- FAUSTO, B. (org.) "O Brasil Republicano". (3o Volume: Sociedade e Política - 1930-1964). Editora Difel, 2a Edição, São Paulo, 1983.

- FEDERICO, Maria Elvira B. "História da Comunicação: Rádio e TV no Brasil". Ed. Vozes, Petrópolis, 1982.
- FURTADO, Celso. "Formação Econômica do Brasil". Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959.
- GRAMSCI, Antônio. "Os Intelectuais e a Organização da Cultura". Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto, P. "Quatro Séculos de Latifúndio". Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, S/D.
- IANNI, Otávio. "Imperialismo e Cultura" Ed. Vozes. Petrópolis, 1976.
- , "Estado e Planejamento Econômico no Brasil". Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, 1986, 4a Ed.
- JUNIOR, Caio Prado. "História Econômica do Brasil". Editora Brasiliense, São Paulo, 1945.
- KNOPLCH, Zilda. "Ideologia do Publicitário". Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, 1980.
- LAFER, Betty M. "Planejamento no Brasil". Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.
- LAGE, Nilson. "Ideologia e Técnica da Notícia". Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.

- LINHARES, M.Y. "História do Abastecimento; Uma Problemática em Questão (1530/1918)". Ministério da Agricultura / BINAGRI, Brasília, 1969.
- LINHARES, M.Y. & DA SILVA. "História Política do Abastecimento (1918/1974)". Ministério da Agricultura / BINAGRI, Brasília, 1979.
- MARCONDES, Ciro. (org.). "Imprensa e Capitalismo". Ed. Kairós, São Paulo, 1982.
- , "Política e Imaginário nos Meios de Comunicação de Massas no Brasil". Summus Ed. São Paulo, 1985.
- , "O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza". Ed. Ática. São Paulo, 1986.
- MARTINE, G. & GARCIA, R. "Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola", Ed. Caetés, São Paulo, 1987.
- MATTELART, Armand. "Multinacionais e Sistemas de Comunicação". Ed. Li Ciências Humanas, São Paulo, 1976.
- MAZZI, Angela, P.R. "Comunicação e Desenvolvimento Rural". Associação Brasileira de Tecnologia Educacional-ABT, Rio de Janeiro, 1980.
- MELO, José Marques. "Sociologia da Imprensa Brasileira". Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.

- , Teoria e Pesquisa em Comunicação. Ed. Cortez. São Paulo, 1985.
- , "Populismo e Comunicação". Ed. Cortez. São Paulo, 1981.
- MELO, J.M. & OUTROS. "Comunicação Modernização e Difusão de Invação no Brasil". Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.
- MINISTERIO DA AGRICULTURA. Serviço de Informação Agrícola. "Em favor da Agricultura (Coletânea de 50 Artigos e Comentários)". SIA/MA, Rio de Janeiro, 1960.
- , Serviço de Informação Agrícola. "Vinte Anos de Informação Agrícola". SIA/MA, Rio de Janeiro, 1959.
- MOTA, Carlos G. "Brasil em Perspectivas". Ed. Difel, Rio de Janeiro, 1977.
- NEOTTI, Clarêncio. "Comunicação e Ideologia". Edição Loyola. São Paulo, 1980.
- OLIVEIRA, F. "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". Edição Cebrap N. 2, São Paulo, 1972.
- OLIVEIRA, L.C.F.S. "A Televisão e a Integração do Empresariado Rural com o Complexo Agropecuário - O Programa "Globo Rural" na Região Sul do Estado de Minas Gerais - um estudo de caso. UnB, Departamento de Comunicação, Brasília, 1986.

- ORTRIWANO, Gisela S. "A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos". Summus Editorial. São Paulo, 1985.
- PERUZZO, Cicília K. "Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista". Ed. Cortez. São Paulo, 1982.
- RODRIGUES, C.M. "Gênese e Evolução da Pesquisa Agropecuária no Brasil: da Instalação da Corte Portuguesa ao Início da República". in: EMBRAPA, Cadernos de Difusão de Tecnologia, Vol. 04, N. 1, Jan-Abr. 87.
- SCHILLER, H.J. "O Império Norte-Americano das Comunicações". Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins. "Comunicação, Hegemonia e Contra-Infomação". Ed. Cortez, São Paulo, 1982.
- SILVA, J.G. "A Modernização Dolorosa". Zahor Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- SIMONSEN, Roberto C. "História Econômica do Brasil". Cia, Editora Nacional, São Paulo, 1969.
- SINGER, Paul. "A Crise do Milagre". Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1982.
- SKIDMORE, T.E. "Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 1964)". Editora Paz e Terra, 4a Edição, Rio de Janeiro, 1985.

- SODRÉ, Nelson W. "História da Imprensa no Brasil". Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1977.
- SORJ, Bernardo. "Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira". Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1980.
- VIANNA, H. "História da Imprensa Brasileira". Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1945.
- VIEIRA, José A. "Informação Agrícola e Relações Públicas". Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1958.
- "Problemas Agrícola em Foco: Coletanea de 50 artigos e Comentários". Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1959.

ANEXOS